

# **Demonstrações Financeiras**

## **DME Distribuição S.A. - DMED**

31 de dezembro de 2016  
com Relatório do Auditor Independente

## **DME Distribuição S.A. - DMED**

### **Demonstrações financeiras**

31 de dezembro de 2016

### **Índice**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	5
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Demonstrações do valor adicionado .....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	11

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**DME Distribuição S.A. - DMED**  
Poços de Caldas – Minas Gerais

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da DME Distribuição S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DME Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

#### *Reapresentação dos valores correspondentes*

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa 2(e) foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 4 de março de 2016, incluindo parágrafos de ênfase relacionado ao plano de pensão da Companhia e com

relação à provisão para auto de infração relativo a tributos e contribuições federais não recolhidos nos anos de 1999 a 2004 e 2007 a 2010. Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2016, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 2(e) que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2015. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2015 tomadas em conjunto.

#### *Demonstração do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para Companhias, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório de auditoria**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeira, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 7 de abril de 2017.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Adilvo França Junior  
Contador CRC-1BA021419/O-4-T-SP

**DME Distribuição S.A.**  
**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014**  
*(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	01/01/2015 (Reapresentado)
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	73.020	70.816	84.803
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	33.320	34.830	34.629
Tributos e contribuições sociais compensáveis		1.709	3.827	6.017
Ativo financeiro a receber - MP 579/12		-	-	155
Serviços em curso		2.440	679	436
Estoque		1.574	2.773	1.774
Despesas pagas antecipadamente		292	333	249
Ativos financeiros setoriais	6	6.315	34.228	16.592
Depósitos judiciais e cauções	7	-	2.822	-
Subsídios tarifários e redução tarifária equilibrada	8	2.887	4.067	1.735
Outros créditos	9	12.102	1.551	2.893
<b>Total do circulante</b>		<b>133.659</b>	<b>155.926</b>	<b>149.283</b>
<b>Não circulante</b>				
Títulos de crédito a receber		546	694	840
Ativo financeiro indezível (concessão)	10	2.697	3.455	119.228
Cauções e depósitos vinculados	7	8.361	5.112	4.782
Tributos a compensar		1.173	1.078	28
Tributos diferidos	25	4.112	-	-
Diferimento Revisão Tarifária		-	-	12.851
Superávit - Plano de benefício definido	11	4.231	3.911	4.203
<b>Total do não circulante</b>		<b>21.120</b>	<b>14.250</b>	<b>141.932</b>
<b>Ativo total</b>		<b>345.084</b>	<b>352.955</b>	<b>351.241</b>
Inobilizado	12	42.373	42.389	31.178
Intangível	13	147.932	140.390	28.848
<b>Total do ativo</b>		<b>345.084</b>	<b>352.955</b>	<b>351.241</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	14	6.819	13.453	8.161
Folha de pagamento		435	447	198
Credores diversos	15	5.267	4.686	5.871
Passivos financeiros setoriais	6	32.981	13.741	12.495
Encargos regulatórios	16	1.647	2.995	458
Pesquisa e desenvolvimento	17	2.681	2.275	2.128
Programa de eficiência energética	17	3.396	3.768	3.272
Tributos e contribuições sociais	18	11.358	7.599	2.420
Obrigações estimadas		2.443	2.855	2.394
Outros passivos circulantes		1	1	327
<b>Total do circulante</b>		<b>67.028</b>	<b>51.820</b>	<b>37.724</b>
<b>Não circulante</b>				
Reversão amortização - retenção de quotas		-	164	164
Tributos diferidos	25	-	2.425	36
Provisões para contingências	19	26.270	23.398	25.285
<b>Total do não circulante</b>		<b>26.270</b>	<b>25.987</b>	<b>25.485</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	20	222.950	158.585	158.585
Reserva de lucros		22.343	110.172	123.664
Reserva legal		6.493	6.391	5.783
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>251.786</b>	<b>275.148</b>	<b>288.032</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido total</b>		<b>345.084</b>	<b>352.955</b>	<b>351.241</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DME Distribuição S.A.

Demonstração do resultado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> (Reapresentado)
Receita operacional líquida	21	84.699	119.271
Custo do serviço	22	<u>(58.456)</u>	<u>(97.321)</u>
Lucro bruto		26.243	21.950
<b>Despesas operacionais:</b>			
Despesas com vendas	22	(1.101)	(864)
Despesas gerais e administrativas	22	(25.818)	(16.267)
Outras despesas operacionais	22	<u>(4.183)</u>	<u>(2.414)</u>
		<u>(31.102)</u>	<u>(19.545)</u>
<b>Resultado operacional</b>		(4.859)	2.405
<b>Receitas financeiras, líquidas</b>			
Receitas financeiras	24	20.963	19.312
Despesas financeiras	24	<u>(11.303)</u>	<u>(3.637)</u>
		9.660	15.675
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>4.801</u>	<u>18.080</u>
Contribuição social corrente	25	(2.516)	(941)
Imposto de renda corrente	25	(6.781)	(2.591)
Impostos diferidos		<u>6.537</u>	<u>(2.389)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u><u>2.041</u></u>	<u><u>12.159</u></u>



## DME Distribuição S.A.

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u>2.041</u>	<u>12.159</u>
<b>Resultados abrangentes</b>		
Perdas atuariais de plano de benefícios definido, líquidas	(183)	(1.429)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u>1.858</u>	<u>10.730</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DME Distribuição S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Dividendos complementares	Lucros acumulados	Total
		Lucros acumulados	Reserva Legal	Reserva Legal			
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2015 (reapresentado)</b>	<b>158.585</b>	<b>122.895</b>	<b>5.783</b>	<b>769</b>	<b>-</b>	<b>288.032</b>	
Lucro líquido	-	-	-	-	12.159	12.159	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(4.447)	(4.447)	
Resultados abrangentes	-	(1.429)	-	-	-	(1.429)	
Dividendos complementares	-	(19.333)	-	(769)	-	(20.102)	
Constituição de reserva legal	-	-	608	-	(608)	-	
Destinação do lucro líquido após constituição de reserva legal e distribuição de dividendos	-	7.104	-	-	(7.104)	-	
Outros	-	935	-	-	-	935	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)</b>	<b>158.585</b>	<b>110.172</b>	<b>6.391</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>275.148</b>	
Lucro líquido	-	-	-	-	2.041	2.041	
Aumento de capital social	64.365	(64.365)	-	-	-	-	
Juros sobre capital próprio	-	203	-	-	(845)	(642)	
Resultados abrangentes	-	(183)	-	-	-	(183)	
Dividendos complementares	-	(26.000)	-	-	-	(26.000)	
Constituição de reserva legal	-	-	102	-	(102)	-	
Destinação do lucro líquido após constituição de reserva legal e distribuição de dividendos	-	1.094	-	-	(1.094)	-	
Outros	-	1.422	-	-	-	1.422	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>222.950</b>	<b>22.343</b>	<b>6.493</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>251.786</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DME Distribuição S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> (Reapresentado)
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>		
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	2.041	12.159
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	634	325
Depreciação e amortização	10.583	9.995
Valor residual de imobilizado e intangível baixado	570	545
Tributos diferidos	(6.537)	2.389
(Reversão) constituição de provisões para contingências, líquidas	<u>2.872</u>	<u>(1.887)</u>
	10.163	23.526
<b>Redução (aumento) nos ativos:</b>		
Consumidores e revendedores	876	526
Serviços em curso	-	(243)
Estoque	-	(999)
Ativo Financeiro Indenizável (Concessão)	758	115.927
Ativos (Passivos) Financeiros Setoriais	47.153	(16.390)
Superávit - Plano de Benefício Definido	(503)	293
Diferimento Revisão Tarifária	-	12.851
Subsídios tarifários e redução tarifária equilibrada	1.180	(2.332)
Demais ativos circulantes e não circulantes	<u>(7.703)</u>	<u>(2.025)</u>
	41.761	107.608
<b>Aumento (redução) nos passivos:</b>		
Fornecedores	(6.634)	5.291
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	(12)	250
Tributos e contribuições sociais	9.297	(16.404)
Encargos Regulatórios	(1.348)	2.537
Demais passivos circulantes e não circulantes	39	16.147
<b>Caixa Oriundo das Operações</b>		
Imposto de Renda e contribuições sociais Pagos	<u>(5.538)</u>	<u>4.900</u>
	(4.196)	12.721
<b>Caixa líquido gerados pelas atividades operacionais</b>		
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>	47.728	143.855
Adições no imobilizado e intangível	<u>(18.679)</u>	<u>(133.293)</u>
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	(18.679)	(133.293)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Pagamento de Dividendos	(26.000)	(20.102)
Pagamento de juros sobre capital próprio	<u>(845)</u>	<u>(4.447)</u>
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>	(26.845)	(24.549)
<b>Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>2.204</u>	<u>(13.987)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No fim do exercício	73.020	70.816
No início do exercício	<u>70.816</u>	<u>84.803</u>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>2.204</u>	<u>(13.987)</u>

## DME Distribuição S.A.

Demonstrações do valor adicionado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> (Reapresentado)
<b>Receitas</b>		
Venda de energia e serviços	198.533	237.569
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.101)	(865)
Outros resultados	<u>24.613</u>	<u>14.014</u>
	222.045	250.718
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Insumos consumidos - Custos energia comprada	(47.722)	(74.945)
Material e serviços de terceiros	<u>(17.292)</u>	<u>(13.173)</u>
	(65.014)	(88.118)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<u>157.031</u>	<u>162.599</u>
(=) Valor adicionado líquido	<u>157.031</u>	<u>162.599</u>
(+) Valor adicionado transferido		
Receitas financeiras, líquidas	<u>9.660</u>	<u>15.675</u>
	9.660	15.675
Valor adicionado total a distribuir	<u><b>166.691</b></u>	<u><b>178.274</b></u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	17.083	16.443
Encargos sociais (exceto inss)	1.636	1.503
Entidade de previdência privada	564	1.460
Auxílio-alimentação	2.947	2.817
Provisões de férias e 13º	3.611	3.747
Convênio assistencial e outros benefícios	2.236	2.449
Participação nos resultados	1.576	508
Programa de Demissão Voluntária - PIDV	3.044	-
Custos imobilizados	(4.171)	(2.970)
Provisão (Reversão) trabalhista	(558)	(1.180)
Outros	<u>141</u>	<u>-</u>
	28.110	24.777
Governo		
INSS (sobre folha de pagamento)	5.374	5.156
ICMS	55.460	46.969
Provisão (Reversão) fiscal	3.484	221
Provisão (reversão) indenizatória	119	(60)
Outros	<u>72.104</u>	<u>89.053</u>
	136.541	141.339
Acionistas		
Resultados retidos	<u>2.041</u>	<u>12.159</u>
<b>Total</b>	<u><b>166.691</b></u>	<u><b>178.275</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)**

### **1 Contexto operacional**

A DME Distribuição S.A. - DMED é uma empresa pública, sociedade anônima de capital fechado, tendo como único acionista o Município de Poços de Caldas. A reestruturação societária do antigo DME-PC – Departamento Municipal de Poços de Caldas, se deu em cumprimento da segregação de atividades estabelecidas pela Lei nº 10.848/2004, a qual ocorreu após anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 2.269, de 08 de fevereiro de 2010, e a sua transformação jurídica de autarquia para empresa pública, bem como, a alteração de sua denominação social de “DME-PC para “DMED”, ocorreu em 06 de maio de 2010, conforme autorização pela Lei Complementar nº 111 de 26 de março de 2010”. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com sede no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ MF nº 23.664.303/0001-04 e Inscrição Estadual nº 518.601.288.0094.

A Companhia tem como objeto social a geração de energia elétrica sob o regime de serviço público, por meio das usinas hidrelétricas atualmente existentes, e a distribuição desta energia elétrica na sua área de concessão, no Município de Poços de Caldas, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O Contrato de Concessão nº 48/1999 referente à geração, foi assinado em 28 de junho de 1999 entre a União (via delegado ANEEL) e a DMED, antigo DME-PC.

Em 09 de dezembro de 2015, foi assinado o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 49/1999 – ANEEL, para distribuição de energia elétrica que celebram a União e a DME Distribuição S/A – DMED, o qual formaliza a prorrogação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 49/1999 até 07 de julho de 2045, de acordo com o Despacho do Ministro do Estado de Minas e Energia de 09 de novembro de 2015, com fulcro na Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015.

A DMED detém a concessão compartilhada para exploração da UHE Machadinho, situada na bacia do Rio Pelotas, entre os municípios de Pirituba - SC e Maximiliano de Almeida - RS, por meio da participação de 2,7326% no Consórcio Machadinho, o que lhe garantiu em 2016 uma quota de energia de 110.856 MWh.

A DME Distribuição conta atualmente com o quadro de 217 funcionários, atendendo 73.309 consumidores que em 2016 requisitaram 321.232 MWh. Seu parque gerador no Município de Poços de Caldas é composto de três usinas hidrelétricas, com geração da ordem de 102.444 MWh.

**DME DISTRIBUIÇÃO S.A.**

*Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2016*

A participação da DMED na UHE Machadinho é de 3,2899%, a qual está registrada em seu ativo imobilizado desde o exercício de 2013, devido à cisão total da MAESA – Machadinho Energética S/A, sociedade de propósito específico a qual foi constituída para viabilizar a construção e o financiamento da referida Usina.

Desta forma, considerando a energia gerada pelas três usinas instaladas no Município de Poços de Caldas e a quota-parte referente à Usina de Machadinho, a geração própria total foi de 213.300 MWh.

A DMED possui as seguintes centrais geradoras e subestações em operação no Município:

- UHE Walther Rossi - Antas II.
- MCH José Togni - Bortolan.
- PCH Eng.º Ubirajara Machado de Moraes - Vêu das Noivas.
- Subestação de Interligação DME/Furnas.
- Subestação Saturnino.
- Subestação Osório.

A DMED detém com a ANEEL as seguintes concessões de Geração:

USINAS	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Capacidade Utilizada (MW)	Data da Concessão	Final da Concessão
PCH José Togni	Antas	0,715	0,715	Registro	-
PCH Engº Ubirajara Machado de Moraes	Antas	0,8	0,8	Registro	-
PCH Walther Rossi – Antas II	Antas	16,5	16,5	13/03/1979	13/03/2029
UHE Machadinho (2,7326%)	Pelotas	1.140	12,93	15/07/1997	15/07/2032

Através da Portaria nº 629 de 3 de novembro de 2011, do Ministério de Minas e Energia, foi prorrogada por mais 20 anos a concessão para exploração da Usina Hidrelétrica denominada Walther Rossi - Antas II, prazo contado a partir de 14 de março de 2009 e regulada conforme Resolução Autorizativa ANEEL Nº 4547 de 11 de fevereiro de 2014.

**Reajuste Tarifário de 2016 da DMED:**

Através da Resolução Homologatória nº 2174 de 22 de novembro de 2016, os consumidores atendidos pela DME Distribuição S/A (DMED) tiveram as tarifas reduzidas em 29,13%, que estarão em vigor no período de 22 de novembro de 2016 a 21 de novembro de 2017. Para os consumidores residenciais, a redução foi de 26,30%, para os consumidores de baixa tensão pagarão, em média, a redução foi de 26,83% e os de alta tensão – em geral indústrias – terão redução nas tarifas de 32,07%.

## **2 Base de preparação**

### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A autorização para a conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 07 de abril de 2017.

### **b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### **c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Dado o grau de julgamento envolvido, os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 21 - Receita de fornecimento de energia faturada e não faturada.
- Nota nº 5 - Consumidores, concessionárias e permissionárias.

**DME DISTRIBUIÇÃO S.A.**

*Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2016*

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 6 – Ativos e Passivos Financeiros Setoriais-Conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A”;
- Nota nº 10 - Ativo Financeiro Indenizável (concessão);
- Nota nº 11 - Superávit – Plano de benefício definido;
- Nota nº 20 - Provisões e contingências;
- Nota nº 25 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido;

**e. Reapresentação das demonstrações financeiras:**

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro, procedeu, conforme as orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a realização de ajustes e reclassificações de forma retrospectiva em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, originalmente autorizadas para publicação em 4 de março de 2016.

As mudanças efetuadas estão apresentadas a seguir:

	31/12/2015			01/01/2015		
	Divulgado	Ajustes	Reapresentado	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
<b>Balço patrimonial - Ativo</b>						
<b>Ativo circulante</b>						
Ativos financeiros setoriais (a)	34.292	(64)	34.228	-	-	-
Demais ativos circulante	121.698	-	121.698	149.283	-	149.283
	<b>155.990</b>	<b>(64)</b>	<b>155.926</b>	<b>149.283</b>	-	<b>149.283</b>
<b>Ativo não circulante</b>						
Tributos a compensar (b)	41	1.037	1.078			
Demais ativos não circulante (b)	195.950	1	195.951	201.958	-	201.958
	<b>195.991</b>	<b>1.038</b>	<b>197.029</b>	<b>201.958</b>	-	<b>201.958</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>351.981</b>	<b>974</b>	<b>352.955</b>	<b>351.241</b>	-	<b>351.241</b>
<b>Balço patrimonial - Passivo</b>						
<b>Passivo circulante</b>						
Passivos financeiros setoriais (a)	9.446	4.295	13.741	12.495	-	12.495
Dividendos propostos (b)	4.244	(4.244)	-	2.280	(2.280)	-
Demais passivos circulante (b)	38.078	1	38.079	25.229	-	25.229
	<b>51.768</b>	<b>52</b>	<b>51.820</b>	<b>40.004</b>	<b>(2.280)</b>	<b>37.724</b>
<b>Passivo não circulante</b>						
Tributos Diferidos (b)	-	2.425	2.425	-	36	36
Demais passivos não circulante	23.562	-	23.562	25.449	-	25.449
	<b>23.562</b>	<b>2.425</b>	<b>25.987</b>	<b>25.449</b>	<b>36</b>	<b>25.485</b>
<b>Patrimônio líquido (a) (b)</b>	<b>276.651</b>	<b>(1.503)</b>	<b>275.148</b>	<b>285.788</b>	<b>2.244</b>	<b>288.032</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>351.981</b>	<b>974</b>	<b>352.955</b>	<b>351.241</b>	-	<b>351.241</b>



**DME DISTRIBUIÇÃO S.A.**

*Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2016*

Demonstração do resultado	31/12/2015		
	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida (a)	124.260	(4.989)	119.271
Custo do serviço	(97.321)	-	(97.321)
<b>Lucro bruto</b>	<b>26.939</b>	<b>(4.989)</b>	<b>21.950</b>
Receitas (despesas) operacionais (a)	(4.500)	630	(3.870)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>22.439</b>	<b>(4.359)</b>	<b>18.080</b>
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes (b)	(4.569)	1.037	(3.532)
Diferido (b)	-	(2.389)	(2.389)
Lucro líquido do exercício	<b>17.870</b>	<b>(5.711)</b>	<b>12.159</b>

(a) Reconhecimento a menor do passivo setorial no montante líquido de R\$ 4.295 e reconhecimento a maior do ativo setorial no montante líquido de R\$ 64, gerando um efeito no lucro antes dos impostos no montante de R\$ 4.359 por conta de (i) diferenças provenientes do mecanismo de bandeiras tarifárias, no montante de R\$ 1.990 (ii) erro na atualização pela taxa Selic aplicada aos saldos amortizados no montante de R\$ 236; e (iii) erro no cálculo da CVA por neutralidade de encargos, no montante de R\$ 2.133.

(b) De acordo com as orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia está refletindo em suas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 1º de janeiro de 2015 o reconhecimento dos impostos de renda e contribuição social diferidos decorrentes de provisões e diferenças temporárias por conta da Lei 12.973 que revogou o Regime Tributário de Transição. A Companhia também está refletindo em suas demonstrações financeiras os respectivos ajustes na reserva legal, nos dividendos mínimos obrigatórios no patrimônio líquido e nos dividendos a pagar no passivo.

Os impactos nas demonstrações do resultado abrangente, nas demonstrações dos fluxos de caixa e nas demonstrações do valor adicionado são decorrentes do ajuste no lucro líquido e os efeitos não são relevantes para a apresentação da reconciliação. Os ajustes demonstrados acima não provocaram efeitos nos totais das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos nas demonstrações de fluxo de caixa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

### 3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

**a. Instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros**

Ativos e passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação e, que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui os seguintes principais ativos e passivos financeiros: i. mensurados ao valor justo por meio do resultado, ii. empréstimos e recebíveis, iii. caixa e equivalentes de caixa e iv. Passivos financeiros não derivativos. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

**i. Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos financeiros que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

**ii. Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os empréstimos e recebíveis abrangem consumidores e concessionárias.

**iii. Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

**iv. Ativos financeiros disponíveis para venda**

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não se classifiquem em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, os juros calculados pelo método da taxa efetiva de juros são reconhecidos na demonstração de resultado como parte do resultado financeiro, enquanto que as variações para registro ao valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

**v. Passivos financeiros não derivativos**

Os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

**b. Impairment de ativos e passivos financeiros**

***Redução ao valor recuperável (Impairment)***

*Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

*Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado*

## **DME DISTRIBUIÇÃO S.A.**

*Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2016*

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

### *Ativos disponíveis para venda*

Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda acumulada que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável atribuíveis a ao método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras.

Caso o valor justo de um ativo financeiro de dívida (*debt security*) disponível para venda para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável apresente aumento, em um período subsequente, e o aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento que ocorra após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida no resultado, então a perda de valor é revertida com o valor da reversão reconhecido no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

### *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que são os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

## **DME DISTRIBUIÇÃO S.A.**

*Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2016*

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou Unidade Geradora de Caixa. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o CPC 22.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes à Unidade Geradora de Caixa são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, a perda de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### **C. Consumidores, concessionárias e permissionárias**

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

São considerados ativos financeiros e classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias estão apresentadas líquidas da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer em face de eventuais perdas na realização dos créditos, e está em conformidade com as Instruções da ANEEL a seguir resumidas:

- Clientes com débitos relevantes (grandes clientes): análise individual de saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

**DME DISTRIBUIÇÃO S.A.**

*Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2016*

- Para os demais casos: (a) Consumidores residenciais - vencidos há mais de 90 dias; (b) consumidores comerciais - vencidos há mais de 180 dias e (c) consumidores industriais, rurais, poder público, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais de 360 dias.

**d. Estoques**

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e de obras e administrativo), estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

**e. Ativo financeiro indenizável (concessão)**

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a DME Distribuição S.A. (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.
- Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de geração e de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (Contratos de Concessão), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:
  - Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciada até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e.

## **DME DISTRIBUIÇÃO S.A.**

*Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2016*

- Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público.
- A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia, será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:
  - Uma parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e.
  - Outra parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou de quem ele delegar essa tarefa.

O ativo financeiro indenizável refere-se à parcela não amortizada até o final da concessão dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão.

No entendimento da Administração, há expectativa de receber ao término da concessão pelos investimentos não amortizados, o valor apurado com base na Base de Remuneração Regulatória - BRR. A Companhia considera as mudanças nos valores justos dos ativos que compõem a infraestrutura da concessão como alteração na expectativa dos fluxos de caixa estimados, e, portanto são reconhecidos em resultado financeiro, no resultado do exercício, de acordo com o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, parágrafo AG8.

### **f. Ativos intangíveis**

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo do prazo de concessão. Em consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), o ICPC 01 (Contratos de Concessão) e o OCPC 05 (Contratos de Concessão) os contratos de concessão tem vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado até o término da concessão, sendo este 07 de julho de 2045.

São avaliados ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e remuneração das imobilizações em curso, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

### **g. Imobilizado**

#### ***i. Reconhecimento e mensuração***

São mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

**DME DISTRIBUIÇÃO S.A.**

*Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2016*

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

\* o custo de materiais e mão de obra direta, custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Os gastos com manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

**ii. Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

**iii. Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

**h. Ajuste a valor presente**

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 12 - Ajuste a valor presente, a Companhia analisa suas contas de ativos e passivos que serão sujeitas a liquidação financeira frente a questões relacionadas a valores realizáveis no futuro, prazo de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto, com o objetivo de apurar o efetivo montante de realização ou liquidação por conta da desvalorização no tempo e incertezas associadas. Quando aplicável e relevante, a Companhia efetua a redução contábil do respectivo ativo ou passivo, efetuando a apropriação do ganho financeiro de acordo com a fruição do tempo.

Este conceito permeia todas as contas monetárias do balanço, a despeito de existirem pronunciamentos relativos a assuntos específicos que já orientavam a aplicação do conceito de ajuste a valor presente.

**i. Encargos Regulatórios**

**i. Contas de Desenvolvimento Energético (CDE)**

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica.



Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

**ii. Programas de Eficientização Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)**

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

**iii. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

**iv. Encargo do Serviço do Sistema (ESS)**

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria de consumo aos agentes de geração.

**v. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)**

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos, calculados pelo valor da energia produzida.

**vi. Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (ContaBandeiras)**

Foi criada pelo Decreto nº 8.401/2015 e tem como finalidade administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras são revertidos à Conta Bandeiras e os recursos disponíveis na Conta são repassados aos agentes de distribuição, considerados os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e de exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo, e a cobertura tarifária vigente.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE é responsável pela criação e manutenção da Conta Bandeiras, cuja regulamentação foi realizada pela ANEEL por meio do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - **PRORET**.

**j. Benefício a empregados**

**i. Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado

**DME DISTRIBUIÇÃO S.A.**

*Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2016*

nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos estejam disponíveis. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

A Companhia reconhece todas as despesas com os planos de contribuição definida no resultado como despesa com pessoal.

**ii. Planos de benefício definido**

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não um plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproxime das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionado ao serviço passado dos empregados devem ser reconhecidos no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na medida em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa deve ser reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2016, e exercícios anteriores a 2016, a Companhia incorreu em um superávit do plano de benefício definido, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12. Em decorrência do superávit do plano a Companhia não está reconhecendo despesas desde julho de 2012.

## **k. Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data do balanço, considerando-se os riscos e as incertezas relativos às obrigações.

Os riscos contingentes, devido a sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve, de maneira inerente, considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Companhia. Nesse contexto e frente às orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia registrou provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis (nota 19).

## **l. Imposto de renda e contribuição social corrente**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

### ***O imposto corrente***

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável ou prejuízo do exercício, com base nas taxas de impostos decretados ou substantivamente decretados na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

### ***O imposto diferido***

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

A Administração não reconhece o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias quando há incertezas significativas na estimativa dos lucros tributáveis futuros na época em que as provisões, que geram tais diferenças temporárias, sejam efetivamente incorridas.

### **m. Operações de compra e venda de energia elétrica na câmara de comercialização de energia elétrica (“CCEE”)**

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração, quando as informações disponibilizadas pela CCEE não estão disponíveis.

### **n. Reconhecimento da receita**

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre ela.

A receita de venda de energia é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

A receita não faturada, corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo muito próximas à zero, considerando que:

- i. A atividade-fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica;
- ii. Toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade-fim; e
- iii. A Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

A Receita Financeira está relacionada com as aplicações financeiras e remuneração do capital próprio para investimentos registrados em imobilizações em curso. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros.

**o. Distribuição de dividendos**

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado. De acordo com as práticas contábeis, CPC 24 e ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado, só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os dividendos não aprovados são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data da referida demonstração.

**p. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicáveis, quando entrarem em vigência. Outras normas emitidas não terão impacto na Companhia e em função disso, não estão destacadas abaixo.

<b>CPC 48</b>  Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)	O objetivo deste pronunciamento é estabelecer princípios para os relatórios financeiros de ativos financeiros e passivos financeiros que devem apresentar informações pertinentes e úteis aos usuários de demonstrações contábeis para a sua avaliação dos valores, época e incerteza dos fluxos de caixa futuros da entidade. O pronunciamento introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. Será exigido efeito retrospectivo, mas a informação comparativa não é obrigatória.
<b>CPC 47</b>  Receita de contrato de cliente	O objetivo deste pronunciamento é estabelecer os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações contábeis sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente. Além disso, substitui o CPC 30 – Receita e outros documentos do CPC correlacionados ao reconhecimento de receitas.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e Depósitos Bancários à Vista	563	766
Numerários em Trânsito	379	316
Aplicações Financeiras	<u>72.078</u>	<u>69.734</u>
<b>Total</b>	<b><u>73.020</u></b>	<b><u>70.816</u></b>

Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços pelo critério *pro rata*, que equivalem aos seus valores de mercado.

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo, com baixo risco de perda de valor em caso de resgate antecipado, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100% do Certificado de Depósito Bancário (CDB/CDI).

#### 5. Consumidores, concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Consumidores Faturados	21.159	28.161
Consumidores – Parcelamentos	4.366	2.540
Comercialização no âmbito da CCEE	4.286	158
Outros Créditos	148	99
	<u>29.959</u>	<u>30.958</u>
(-) Provisão para Créditos de liquidação Duvidosa	<u>(3.875)</u>	<u>(3.241)</u>
<b>Sub Total</b>	<b><u>26.084</u></b>	<b><u>27.717</u></b>
Fornecimento Não Faturado	7.236	7.113
<b>Total</b>	<b><u>33.320</u></b>	<b><u>34.830</u></b>

## 5.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica e ao parcelamento de débitos estão distribuídos da seguinte forma:

	Contas a Receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias				Provisão Para Crédito de Liquidação Duvidosa		Contas a Receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias, Líquidos	
	Vencidos	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 90 dias	Total	2016	2015	2016	2015
Residencial	4.355	4.050	2.666	11.071	(2.665)	(2.163)	8.406	9.456
Industrial	1.694	464	95	2.253	(44)	(29)	2.209	8.557
Comércio, Serviço e Outras	2.482	1.172	449	4.103	(400)	(474)	3.703	4.717
Rural	189	80	35	304	(16)	(16)	288	380
Poder Público	254	16	-	270	-	(18)	270	406
Iluminação Pública	422	-	-	422	-	-	422	712
Serviço Público	329	474	-	803	-	-	803	585
<b>Subtotal Consumidores</b>	<b>9.725</b>	<b>6.256</b>	<b>3.245</b>	<b>19.226</b>	<b>(3.125)</b>	<b>(2.700)</b>	<b>16.101</b>	<b>24.813</b>
Comercialização na CCEE:								
Concessionárias / Permissionárias	4.286	-	-	4.286	(3)	(3)	4.282	155
<b>Subtotal Consumidores/ Concessionárias e Permissionárias</b>	<b>14.011</b>	<b>6.256</b>	<b>3.245</b>	<b>23.512</b>	<b>(3.128)</b>	<b>(2.703)</b>	<b>20.384</b>	<b>24.968</b>
Consumidores Livres	1.933	-	-	1.933	-	-	1.933	648
Parcelamentos a Consumidores	4.366	-	-	4.366	(716)	(519)	3.650	2.021
Outras Contas a Receber de consumidores	148	-	-	148	(31)	(19)	117	80
<b>Total Consumidores/ Concessionárias e Permissionárias / Parcelamento a Consumidores e Outros</b>	<b>20.458</b>	<b>6.256</b>	<b>3.245</b>	<b>29.959</b>	<b>(3.875)</b>	<b>(3.241)</b>	<b>26.084</b>	<b>27.717</b>

## 6. Ativos e passivos financeiros setoriais:

### Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

A partir de 10 de dezembro de 2014, quando foi assinado o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Energia Elétrica nº 049/1999 – ANEEL, a DMED passou a reconhecer o saldo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e de outros componentes financeiros.

A CVA trata de valores realizados, uma vez que é responsável por registrar as variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos entre os processos tarifários anuais. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Segue abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros:

Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros	Item	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Saldo em 31/12/2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Saldo em 31/12/2015 (reapresentado)
<b>CVA Ativa - Parcela A a Receber</b>		<b>2.239</b>	<b>196</b>	<b>2.435</b>	<b>16.775</b>	<b>8.164</b>	<b>24.939</b>
Aquisição de Energia - (CVAenerg)		-	-	-	12.534	953	13.487
Custo da Energia de Itaipu		-	-	-	-	5.114	5.114
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa		784	-	784	151	83	234
Transporte Rede Básica		228	123	351	1.044	-	1.044
Transporte de Energia - Itaipu		84	11	95	56	45	101
Encargo de Energia de Sistema - ESS		1.109	-	1.109	-	1.119	1.119
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		-	55	55	2.966	850	3.816
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CUFJH		34	7	41	24	-	24
<b>Outros Itens Financeiros a Receber</b>		<b>2.754</b>	<b>1.126</b>	<b>3.880</b>	<b>377</b>	<b>-</b>	<b>9.289</b>
Quota Parte de Energia Nuclear		-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A		2.754	1.126	3.880	377	-	377
Diferimento de Reposição na RTP		-	-	-	8.912	-	8.912
<b>Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros</b>		<b>4.993</b>	<b>1.322</b>	<b>6.315</b>	<b>17.152</b>	<b>8.164</b>	<b>34.228</b>
Ativo Circulante		4.993	1.322	6.315	17.152	8.164	34.228

Valores a Devolver de Parcela A e Outros Itens Financeiros		Valores em Amortização	Valores em Constituição	Saldo em 31/12/2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Saldo em 31/12/2015 (reapresentado)
<b>CVA Passiva - Parcela A a Devolver</b>		<b>(21.668)</b>	<b>(5.798)</b>	<b>(27.466)</b>	<b>(5.240)</b>	<b>(4.274)</b>	<b>(9.514)</b>
Aquisição de Energia - (CVAenerg)		(15.256)	(2.498)	(17.754)	-	(3.920)	(3.920)
Custo da Energia de Itaipu		-	(31)	(31)	-	(172)	(172)
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa		-	-	-	(23)	-	(23)
Transporte Rede Básica		-	-	-	-	(182)	(182)
Encargo de Energia de Sistema - ESS		-	(1.451)	(1.451)	(5.183)	-	(5.183)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(6.412)	(1.818)	(8.230)	(34)	-	(34)
<b>Outros Itens Financeiros a Devolver</b>		<b>(971)</b>	<b>(4.543)</b>	<b>(5.515)</b>	<b>(4.227)</b>	<b>-</b>	<b>(4.227)</b>
Quota Parte de Energia Nuclear		-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A		-	(643)	(643)	-	-	-
Sobrecontratação de Energia		(971)	(1.956)	(2.927)	(4.227)	-	(4.227)
Receita de Ultrapassagem de Demanda e Excedentes de Reativos		-	(1.945)	(1.945)	-	-	-
<b>Valores a Devolver de Parcela A e Outros Itens Financeiros</b>		<b>(22.639)</b>	<b>(10.341)</b>	<b>(32.981)</b>	<b>(9.467)</b>	<b>(4.274)</b>	<b>(13.741)</b>
Passivo Circulante		(22.639)	(10.341)	(32.981)	(9.467)	(4.274)	(13.741)

## 6.1 Conta de compensação de variação de itens da Parcela A - CVA

Os valores a receber e a devolver de Parcela A referem-se às variações entre os custos não gerenciáveis efetivamente incorridos e os custos fixados quando da determinação da tarifa nas Revisões e/ou Reajustes Tarifários. Estes valores garantem a neutralidade tarifária da Parcela A.

## 6.2 Conta de desenvolvimento energético – CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE é um encargo setorial, pago pelas empresas de distribuição e estabelecido em lei. Este encargo é dividido em três categorias, sendo: (i) CDE Uso referente à parcela cobrada de clientes livres e cativos incidente na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD; (ii) CDE Energia, referente ao encargo pago pelos clientes cativos incidente na Tarifa de Energia (TE); e (iii) CDE Energia ACR, referente ao encargo pago pelos clientes cativos incidente na Tarifa de Energia com o intuito de quitar o empréstimo realizado pela CONTA-ACR. O mecanismo de ressarcimento concedido às distribuidoras em relação aos subsídios tarifários ocorre através de repasses operacionalizados pela Eletrobras.



**DME DISTRIBUIÇÃO S.A.**

*Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2016*

### 6.3 Neutralidade dos encargos setoriais na Parcela A

A neutralidade dos encargos refere-se ao cálculo das variações mensais apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais efetivamente faturados no período de referência e os respectivos valores contemplados no processo tarifário, baseados na expectativa de mercado para os 12 meses subsequentes ao reajuste.

### 6.4 Sobrecontratação de energia

Refere-se aos custos adicionais com exposição involuntária no mercado de curto prazo, diferenças de preços entre submercados e liquidação das sobras de energia para os períodos de 2015 e 2016.

### 6.5 Receita de ultrapassagem de demanda

O montante a devolver refere-se à reversão de receita obtida através do faturamento pela Companhia aos seus clientes finais de penalidades por ultrapassagem dos limites contratados para demanda e excedente de reativo que até o 3º Ciclo foram contabilizados como obrigações especiais em serviço, reduzindo o ativo intangível e financeiro, tanto no custo, quanto em sua atualização. A partir do 4º Ciclo, esses montantes passaram a constituir um passivo que será amortizado ao longo do Ciclo seguinte.

## 7. Cauções e Depósitos Vinculados

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b><u>Depósitos Judiciais e Cauções</u></b>		
Depósito Judicial - ANEEL/CCEE (a)	-	2.822
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>-</b>	<b>2.822</b>
ICMS - Depósito Judicial (b)	5.226	4.880
Depósito Judicial - ANEEL/CCEE (a)	2.843	-
Depósitos Judiciais - Outros	292	232
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>8.361</b>	<b>5.112</b>
<b>TOTAL CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE</b>	<b>8.361</b>	<b>7.934</b>

**DME DISTRIBUIÇÃO S.A.**

*Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2016*

- (a) ANEEL/CCEE: Termo de Notificação da CCEE e Auto de Infração decorrente deste, referente ao não reconhecimento do montante de 6,31 MW médios ou 10.733,392 MWh de exposição involuntária da DMED do período de janeiro a dezembro de 2013.
- (b) ICMS - Depósito judicial: Decorrente do aproveitamento de crédito do ativo imobilizado da DMED, considerado indevido pela Receita Estadual de Minas Gerais. O processo judicial atrelado a esse depósito judicial foi transitado e julgado durante o exercício de 2013, com êxito parcial à Companhia, e a Administração aguarda a definição da liquidação da sentença quanto aos valores a serem revertidos ao Estado de Minas Gerais, entretanto, a Companhia com base na estimativa de seus advogados responsáveis pelo processo, registrou provisão durante os exercícios de 2013 a 2016, proveniente da parcela a ser revertida a União na ordem de R\$ 1.012 mil.

A movimentação dos depósitos judiciais está demonstrada a seguir:

<u>Saldo em 31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualização</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Saldo em 31/12/2016</u>
7.934	12	429	(14)	8.361

## **8. Subsídios tarifários e redução tarifária equilibrada**

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis ao serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em cumprimento ao disposto no art. 1º do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013.

Tais subsídios referem-se aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica e referente ao equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, os quais são homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em dezembro de 2016 a DMED encerrou o respectivo exercício social com um saldo a receber registrado no ativo circulante de R\$ 1.885 mil para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis e R\$ 1.002 mil referente à redução das tarifas, totalizando R\$ 2.887.

## 9. Outros créditos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Títulos de Crédito a Receber	579	326
Desativações em Curso	305	378
Adiantamentos Empregados	239	252
Serviços Prestados a Terceiros	4	4
Indenização Complementar - MP 579/2012	10.224	-
Outros	751	591
	<u>12.102</u>	<u>1.551</u>

### Indenização Complementar – MP 579/2012:

Motivada por discussões de toda a comunidade do setor elétrico, a ANEEL aprovou em, 19 de dezembro de 2013, a Resolução Normativa nº 596/2013, esclarecendo assim o reconhecimento, para fins de indenização, os investimentos complementares àqueles ao Projeto Básico, das Usinas que tiveram seus contratos renovados antecipadamente a partir de 31 de dezembro de 2012, cujas concessões venceriam até 2015.

Com a publicação da citada Resolução, as concessionárias encontraram suporte regulatório para requerer indenização complementar nos casos de acréscimos de escopo em relação ao Projeto Básico e para os investimentos realizados após a entrada em operação da última unidade geradora. Essas reivindicações estão sujeitas à análise e validação da ANEEL, conforme consta na própria Resolução Normativa ANEEL nº 596/2013 e Lei nº 12.783/2013 (MP 579/2012).

Com suporte regulatório, a DMED realizou um estudo para verificar a existência de valor de indenização complementar para os bens reversíveis e ainda não depreciados ou amortizados, o qual foi identificado o montante de R\$ 10.224, representando assim o valor de indenização complementar sobre os investimentos em bens reversíveis da Usina Pedro Affonso Junqueira - UHE Antas I.

Tal montante foi submetido a ANEEL em 29 de dezembro de 2015, onde ainda aguarda-se homologação pelo Órgão Regulador.

## **10. Ativo financeiro indenizável (concessão)**

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está demonstrada a seguir:

<b>Saldo em 31/12/2015</b>	Adições	Baixas	<b>Saldo em 31/12/2016</b>
3.455	9	(767)	2.697

Através da assinatura do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica nº 49/1999, o qual ocorreu em 8 de dezembro de 2015, a ANEEL formalizou a prorrogação do referido Contrato de Concessão até 7 de julho de 2045.

Desta forma a DMED analisou o cálculo do ativo financeiro indenizável, levando em consideração a prorrogação da concessão por mais 30 anos, e procedeu a baixa do saldo do ativo financeiro indenizável para o ativo intangível, pertencente à parcela que será amortizada até o final da concessão, dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público vinculados ao Contrato de Concessão.

## **11. Superávit – Plano de Benefício Definido**

### **a) Plano de benefício definido**

Autorizada pela Lei Municipal nº 5.428, de 30 de setembro de 1993, a DME Distribuição S.A. patrocina dois planos de benefícios distintos, cujo objetivo é proporcionar a complementação de aposentadoria dos empregados que, após terem cumprido as exigências do plano, sejam elegíveis ao benefício. A Companhia, dado o seu porte, participa de um fundo multipatrocinado.

De acordo com o CPC 33, os saldos de ativos e passivos relacionados ao plano de benefício definido devem seguir as diretrizes de reconhecimento contábil conforme definido pela norma, atendendo as premissas contratuais e as exigências regulamentares. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia obteve um laudo atuarial preparado por especialistas externos que indica um montante de ativos e passivos atuariais de R\$ 14.512 e de R\$ 1.421, respectivamente.

A Companhia e os administradores do fundo de pensão estimam que os recursos relacionados ao excedente patrimonial (*superávit*) tiveram sua origem por conta da migração de uma grande parte dos participantes para o plano de benefícios da modalidade de contribuição definida em anos anteriores, tendo em vista, que a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 20 trouxe a necessidade de alterar o regulamento do plano de benefício DME quanto a elegibilidade e forma de cálculo dos benefícios programados. Com a alteração do Regulamento aprovado pelo Ministério de Previdência Social, verificou-se que houve um impacto nas reservas matemáticas, o qual foi sanado pela patrocinadora na ordem de R\$ 1.990 durante o exercício social de 2000. Considerando que os participantes estavam com uma contribuição normal

**DME DISTRIBUIÇÃO S.A.**

*Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2016*

elevada e que esta teria que ser paritária, foi solicitado a SUPREV, estudos para a implantação de um plano de benefícios na modalidade Contribuição Definida. Esse estudo foi realizado e aprovado pela PREVIC/ MPS gerando o Plano de Benefício DME II, para o qual a grande maioria dos participantes migraram. Os valores aportados pela patrocinadora para o Plano de Benefícios DME durante o exercício social de 2000, atualizados pela meta atuarial perfazem o montante de R\$ 18.140. Esse valor posicionado em dezembro de 2016 pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados resulta em um superávit de R\$ 13.092;

Demonstra-se assim, que mais de 50% do aporte realizado pela patrocinadora, foi para atender a melhoria dos benefícios gerada pela Emenda Constitucional nº 20, bem como para a redução da contribuição normal por parte dos participantes.

Em 21 de novembro de 2012, a SUPREV encaminhou processo à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, com o objetivo de obter aprovação quanto à destinação da Reserva Especial do Plano de Benefícios nº 006-DME. A Companhia aguarda a homologação e aprovação final da PREVIC quanto a destinação desse superávit.

Durante os exercícios sociais de 2014 a 2016, a Companhia vem reconhecendo apenas 50% do seu valor superavitário conforme estabelece a Resolução CGPC nº 26/2008, conjugada com o especificado na Interpretação Técnica nº ICPC 20, até que haja manifestação favorável da PREVIC quanto ao processo de destinação ao patrocinador.

**Segue abaixo a movimentação do plano de benefício definido:**

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Cobertura	(1.421)	(773)
Valor Justo dos Ativos em excesso aos montantes das obrigações	14.513	12.247
Valor Presente da obrigação descoberta	<u>13.092</u>	<u>11.474</u>
<b>Ativo Actuarial Líquido</b>	13.092	11.474
<b>Ativo do Plano</b>	<b>13.092</b>	<b>11.474</b>
Mudança no efeito do teto de ativo (Asset Ceiling)	<u>(8.861)</u>	<u>(7.563)</u>
<b>Ativo/ (Passivo) Líquido reconhecido</b>	<b>4.231</b>	<b>3.911</b>

Os valores reconhecidos no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e no resultado abrangente são os seguintes:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo reconhecido no início do período	3.911	4.203
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios	503	1.137
Valor reconhecido de resultados abrangentes	(183)	(1.429)
<b>Ativo/ (Passivo) Líquido reconhecido</b>	<u><b>4.231</b></u>	<u><b>3.911</b></u>

**A movimentação do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:**

<b>Valor Justo dos ativos do plano em 31/12/2015</b>	<b>12.247</b>
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	1.677
Contribuições Recebidas pelo fundo	-
Benefícios Pagos pelo fundo	(27)
Ganhos/ (Perdas) atuariais sobre os ativos do plano	616
	<b>14.513</b>
<b>Valor presente da Obrigação em 31/12/2015</b>	<b>773</b>
Custo dos Juros	108
Custo do Serviço Corrente	29
Benefícios Pagos pelo Fundo	(27)
(Ganhos)/Perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	538
<b>Valor presente da Obrigação em 31/12/2016</b>	<b>1.421</b>

**As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:**

<b>Premissas Atuariais</b>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Taxa Nominal de Desconto atuarial	10,79%	13,70%
Taxa Real de Juros	5,72%	6,99%
Inflação medida	4,80%	6,27%
Taxa Nominal de Rendimento Esperado para os Ativos do Plano	10,79%	13,70%
Ratatividade	-	-
Taxa Nominal de Progressão Salarial para Participantes Ativos	2,00%	2,00%
Taxa Nominal de Progressão Salarial para Participantes Autopatrocinados	-	-
Fator de Capacidade para Salários	-	-
Fator de Capacidade para Benefícios	-	-
Tábua de Mortalidade Participantes Ativos e Assistidos	AT-2000	AT-2000

***b) Plano de contribuição definida***

Para o plano de contribuição definida, o regime financeiro é de capitalização e repartição dos benefícios e os custos são realizados paritariamente pelos participantes e pela patrocinadora.

O valor atuarial do plano de benefícios de contribuição definida era de R\$ 36.445 no exercício de 2015 e no exercício de 2016 é de R\$ 44.436.

## 12. Imobilizado

A concessionária considera como ativo imobilizado, os prédios administrativos, móveis e utensílios, veículos, dentre outros, os quais são considerados como ativos não elétricos.

Também estão registrados como ativo imobilizado, a participação da DMED na UHE Machadinho, conforme Contrato de Concessão nº 09/1997 – ANEEL, conforme mencionado acima no Contexto Operacional.

A composição do ativo imobilizado e da depreciação acumulada são como segue:

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação e amortização acumuladas	Valor Líquido	
				31/12/2016	31/12/2015
Ativo Imobilizado em Serviço					
Geração	5,51%	30.274	(14.477)	15.797	16.775
Distribuição	6,11%	18.711	(6.455)	12.256	11.892
Administração	7,50%	21.659	(7.339)	14.320	13.722
		<b>70.644</b>	<b>(28.271)</b>	<b>42.373</b>	<b>42.389</b>

Segue abaixo a movimentação do custo do ativo imobilizado:

	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2016
Terrenos	3.921	-	-	-	3.921
Reserv. Barragens e Adutora - Machadinho	12.131	-	-	-	12.131
Edificações, Obras Civas e Benfeitoria	24.265	688	-	-	24.953
Máquinas e Equipamentos	22.071	1.329	(247)	5	23.158
Veículos	4.507	529	-	-	5.036
Móveis e Utensílios	1.450	-	-	(5)	1.445
	<b>68.345</b>	<b>2.546</b>	<b>(247)</b>	<b>-</b>	<b>70.644</b>

A movimentação da depreciação acumulada está assim apresentada:

	31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016
Edificações, Obras Civas e Benfeitoria	(5.155)	(815)	-	(5.970)
Reserv. Barragens e Adutora - Machadinho	(5.517)	(401)	-	(5.918)
Máquinas e Equipamentos	(10.403)	(871)	-	(11.274)
Veículos	(4.328)	(151)	-	(4.479)
Móveis e Utensílios	(553)	(83)	6	(630)
	<b>(25.956)</b>	<b>(2.321)</b>	<b>6</b>	<b>(28.271)</b>

### 13. Intangível

O direito de cobrar dos consumidores pelos serviços prestados ao longo do contrato de concessão, representado pelo ativo intangível, de vida útil definida, será completamente amortizado dentro do prazo da concessão. Este ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada que é calculada utilizando-se as taxas de depreciação definidas pela ANEEL na Resolução nº 674/2015 para depreciação da infraestrutura.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro da concessão.

O saldo de intangível está composto como segue:

	<b>Custo</b>	<b>Deprec. acumulada</b>	<b>Valor residual de 31/12/2016</b>	<b>Valor residual de 31/12/2015</b>
Geração:	49.858	(24.913)	24.945	26.164
Distribuição:	179.237	(57.585)	121.651	112.783
Administração:	1.726	(390)	1.336	1.443
	<b>230.821</b>	<b>(82.888)</b>	<b>147.932</b>	<b>140.390</b>

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	<b>Saldo de 31/12/2015</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Saldo de 31/12/2016</b>
Geração:	26.164	190	-	(1.409)	24.945
Distribuição:	112.783	15.689	(329)	(6.492)	121.651
Administração:	1.443	254	-	(361)	1.336
	<b>140.390</b>	<b>16.133</b>	<b>(329)</b>	<b>(8.262)</b>	<b>147.932</b>



**DME DISTRIBUIÇÃO S.A.**

*Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2016*

**Teste de redução ao valor recuperável dos ativos**

A Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor recuperável. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informações, levando em consideração o valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

O resultado de tal avaliação para todos os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução ao valor recuperável desses ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

**Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica**

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (a partir de junho de 2008). Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

**14. Fornecedores**

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fornecedores de energia elétrica	3.159	5.213
Fornecedores de energia elétrica - CCEE	458	2.860
Fornecedores - Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	900	778
Materiais e Serviços	2.302	4.602
	<u><b>6.819</b></u>	<u><b>13.453</b></u>

**15. Credores diversos**

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Consumidores	112	79
Empregados	287	91
Taxa de Iluminação Pública Arrecadada	1.131	1.155
Prefeitura Municipal de Poços de Caldas - CIP	3.031	2.938
Cauções em Garantia	193	136
Outros	513	287
	<u><b>5.267</b></u>	<u><b>4.686</b></u>

## 16. Encargos regulatórios

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - COFURH	260	145
Quota da CDE	1.340	2.602
Uso Vias Púb. Postes Ilumin.- P.M.P.C. - DEC. 8501/06	-	169
Taxa de Fiscalização – ANEEL	26	25
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias	-	33
Demais Encargos Setoriais	21	21
<b>Total</b>	<u>1.647</u>	<u>2.995</u>

## 17. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Programas de Eficiência Energética (PEE)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>PESQUISA E DESENVOLVIMENTO</b>		
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	46	32
Ministério de Minas e energia - MME	23	16
Recursos em Poder da Empresa	2.612	2.227
Total Circulante	<u>2.681</u>	<u>2.275</u>
 <b>PROGRAMA DE EFICIENCIA ENERGÉTICA</b>		
	<u>3.396</u>	<u>3.768</u>

## 18. Tributos e Contribuições Sociais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
ISS - Serviços de Terceiros	63	87
ICMS	3.517	4.605
IRRF - Serviços de Terceiros	14	28
IRPJ- Imposto de Renda Pessoa Jurídica	3.567	-
INSS	450	459
FGTS	192	188
Pis/Pasep	272	388
Cofins	1.283	1.816
CSLL	2.000	28
	<u>11.358</u>	<u>7.599</u>

**DME DISTRIBUIÇÃO S.A.**

*Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2016*

**19. Provisões para contingência**

A Companhia registrou provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, as quais foram constituídas mediante as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As provisões para contingências foram constituídas pela Administração com base em avaliação dos riscos de perdas em processo em que a Companhia, tenha probabilidade de perda mais provável do que não na opinião dos assessores legais e da Administração.

	31/12/2015	Constituição de provisão	Realização Pagamentos	Reversão da Provisão	31/12/2016
Cíveis	2.447	155	(25)	(34)	2.543
Trabalhistas	4.385	298	(150)	(856)	3.677
<u>Tributárias:</u>					
Federal	15.940	3.083	-	-	19.023
Estadual	626	401	-	-	1.027
Municipal	-	-	-	-	-
	23.398	3.937	(175)	(890)	26.270

O sumário dos principais assuntos que são parte da provisão para contingências são:

**a. Cíveis**

A Companhia discute questões de diversas naturezas que, com base na avaliação dos seus assessores jurídicos e seguindo critérios definido pela Administração, são consideradas de risco de perda provável e, portanto, são provisionadas. Os valores estimados dessas contingências são de R\$ 2.543. As ações cíveis classificadas pelo assessores jurídicos como risco de perda possível são de R\$ 173.

**b. Trabalhistas**

As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, reajuste salarial acordo coletivo, dentre outras reivindicações), que com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, seguindo os critérios definidos pela Administração são considerados com risco de perda provável, e portanto, provisionadas em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$ 3.677 (R\$ 4.385 em 2015). As ações trabalhistas classificadas pelo assessores jurídicos como risco de perda possível são de R\$ 155.

### **c. Fiscais - Não recolhimento de Tributos Federais**

Em 15 de dezembro de 2004 foi lavrado pela Secretaria da Receita Federal contra o então Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas – DME, auto de infração alegando o não recolhimento de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS para os períodos de 1999 a 2004 e 2007 a 2010. Ocorre que entre 2007 e 2010, a Companhia gozava de imunidade tributária para o recolhimento dos referidos impostos, no entanto, o Fisco lavrou Auto de Infração descaracterizando a imunidade (reciproca) da Companhia.

Em 2014, baseada em decisão final do CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, favorável à Companhia, foi efetuada reversão de parte do valor inicialmente provisionado. Dessa forma, a Companhia mantém provisionado o montante de R\$ 15.890 referente aos autos de 2007 a 2010 para o correspondente aos itens não julgados procedentes pelo CARF.

### **d. Fiscais – Não Recolhimento de INSS Terceiras Entidades**

A DMED sofreu fiscalização da Receita Federal, no que tange aos recolhimentos de contribuições previdenciárias. Sendo assim, foi identificado pelo Fisco, a falta de recolhimento de INSS Terceiras Entidades relativo ao período de 04/2004 a 09/2008. Para este Auto, o montante quantificado pelos Assessores Jurídicos da Companhia e classificado como risco provável de perda está na ordem de R\$ 3.083 e foi contabilizado pela Companhia.

O valor estimado das ações fiscais classificadas pelo assessores jurídicos como risco de perda possível é de R\$ 159.743.

## **20. Patrimônio líquido**

### **a) Capital social:**

O capital social da Companhia é integralmente subscrito pelo acionista e controlador DME Poços de Caldas Participações S.A., o qual está assim representado:

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor</u>
Capital Subscrito	476.785.114	222.950
Capital Social	476.785.114	222.950

## **Natureza e propósito das reservas**

### **b) Reserva legal:**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

### **c) Reservas de capital:**

A reserva de capital é formada basicamente pela remuneração do capital próprio aplicado em imobilização em curso e em bens para uso futuro nos serviços concedidos.

### **d) Destinação do lucro líquido:**

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei aos titulares de suas ações.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do período	2.041	12.159
(-) Reserva legal	<u>(102)</u>	<u>(608)</u>
Base de cálculo	1.939	11.551
Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)	485	2.888

## **Juros Sobre Capital Próprio**

No exercício de 2016 a Companhia deliberou pelo pagamento de juros sobre o capital próprio para a sua controladora DME Poços de Caldas Participações, conforme estabelecido no Estatuto Social da DMED, ou seja, não devendo o mesmo ultrapassar o limite de 25 % referente aos dividendos obrigatórios, do qual o mesmo será deduzido.

O montante de juros sobre capital próprio pagos em 2016 foi de R\$ 845.

## 21. Receita Operacional Líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
		<b>(Reapresentado)</b>
Fornecimento de energia elétrica	159.093	188.340
Suprimento de energia elétrica	27.242	35.373
Energia elétrica de curto prazo	10.843	12.641
	<b>197.178</b>	<b>236.354</b>
Serviço Taxado	259	113
Doações, Contrib. Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	1.078	1.079
Outros Serviços Cobráveis	18	23
	<u>198.533</u>	<u>237.569</u>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL:</b>		
<b>Impostos Sobre a Receita</b>		
ICMS	(55.460)	(46.970)
PIS/PASEP	(5.018)	(5.205)
COFINS	(23.345)	(23.835)
	<u>(83.823)</u>	<u>(76.010)</u>
<b>Encargos do Consumidor</b>		
Taxa de Fiscalização	(310)	(327)
Compensação Financeira Pela Utilização de Recursos Hidricos	(1.329)	(1.069)
Pesquisa e Desenvolvimento	(423)	(621)
Programa de Eficiência Energética	(423)	(621)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(27.469)	(28.447)
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias	(57)	(11.205)
	<u>(30.011)</u>	<u>(42.289)</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<u><b>84.699</b></u>	<u><b>119.271</b></u>

**a. Fornecimento de Energia Elétrica**

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	<u>31/12/2016</u>			<u>31/12/2015</u>		
				<u>Reapresentado</u>		
	<u>N.ºCONS</u>	<u>MWH</u>	<u>R\$/MIL</u>	<u>N.ºCONS</u>	<u>MWH</u>	<u>R\$/MIL</u>
<b>Fornecimento Faturado</b>						
Residencial	61.969	111.928	92.295	61.199	110.649	77.072
Residencial Baixa Renda	4.080	6.904	2	3.838	7.692	2.030
Industrial	352	80.064	54.969	380	152.418	72.001
Comercial	5.610	75.535	52.045	5.806	81.447	45.107
Rural	724	6.163	2.939	724	6.669	2.805
Poder Público	428	6.367	4.179	440	5.826	3.405
Ilum. Pública	10	19.415	7.285	10	20.327	6.964
Serviço Público	101	13.784	6.151	100	14.611	5.948
Energia Elétrica – CCEE	-	-	10.843	-	-	12.641
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	-	-	351	-	-	871
Receita - Custo de Conexão Cons. Livres	-	-	4	-	-	6
Receita - Consumidores Livres	-	-	8.448	-	-	5.674
Rec. Ultrapassagem de Demanda e Ex. Reativo	-	-	(1.023)	-	-	(978)
<b>SUBTOTAL</b>	<b>73.274</b>	<b>320.160</b>	<b>238.488</b>	<b>72.497</b>	<b>399.639</b>	<b>233.546</b>
Receita CVA Ativa/Passiva não faturada	-	-	(41.433)	-	-	2
Fornec. Não Faturado Exerc. Anterior	-	-	(7.113)	-	-	(4.305)
Fornec. Não Faturado	-	-	7.236	-	-	7.113
<b>TOTAL</b>	<b>73.274</b>	<b>320.160</b>	<b>197.178</b>	<b>72.497</b>	<b>399.639</b>	<b>236.354</b>

O consumo próprio da Companhia corresponde a 1.072 MWh e 25 instalações de consumo.

**a) Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição – Consumidores Livres**

Parcela referente ao consumidor industrial na área de concessão da Companhia que está na condição de “livre”. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição “TUSD” desse consumidor livre, é cobrado pela Companhia conforme demonstrado na nota explicativa acima como: receita pela disponibilidade da rede elétrica, receita custo de conexão consumidores livres e receita consumidores livres.

## b) Receita CVA Ativa/Passiva não faturada

As receitas decorrentes das variações da conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros passaram a ser registrados a partir de 10 de dezembro de 2014, mediante aditamento dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Os montantes registrados na receita decorrem das constituições realizadas durante o exercício de 2016, os quais serão homologados nos próximos reajustes tarifários da DMED.

## 22. Custo do Serviço e Despesas Operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Natureza de Gasto	Custo do Serviço de Energia Elétrica	Custo de Operação	SUB TOTAL CUSTO	Despesas Operacionais	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	-	23.446	23.446	11.632	35.078	31.112
Material	-	811	811	2.333	3.144	2.583
Serviços de Terceiros	-	4.770	4.770	9.378	14.148	10.591
Energia Comprada p/revenda Curto Prazo	-	-	-	-	-	2.892
PROINFA e Energia Comprada p/revenda	39.677	-	39.677	-	39.677	64.156
Encargos do Uso Sistema Transmissão/Distribuição	8.044	-	8.044	-	8.044	7.896
Depreciação	-	9.736	9.736	847	10.583	9.995
Arrendamentos e Aluguéis	-	19	19	-	19	1.064
Seguros	-	-	-	9	9	10
Tributos	-	2.282	2.282	165	2.447	2.315
Doações, Contribuições e Subvenções	-	(10.317)	(10.317)	130	(10.187)	(9.283)
Provisão	-	-	-	5.715	5.715	2.210
(-) Reversão da Provisão	-	-	-	(1.840)	(1.840)	(2.510)
(-) Recuperação de Despesas	-	(2.257)	(2.257)	(1.358)	(3.615)	(3.387)
Compartilhamento de Infra Estrutura	-	(1.792)	(1.792)	-	(1.792)	(1.243)
Serviços de Operação e Manutenção	-	(3.982)	(3.982)	-	(3.982)	(3.314)
Encerramento Contratual com Consumidores	-	(1.025)	(1.025)	-	(1.025)	-
Ganho pelo Valor de Indenização	-	(10.224)	(10.224)	-	(10.224)	-
Ganho Ativo Indenizável (Concessão)	-	-	-	-	-	(1.623)
Perda Ativo Indenizável (Concessão)	-	-	-	767	767	-
Perda Ativo Indenizável (Concessão/ Obrigações Especiais)	-	-	-	-	-	341
Contribuições Patrocínio/Apoio Cultural/Termo de Cooperação	-	-	-	767	767	130
Perda - Desativação de Bens e Direitos	-	-	-	1.367	1.367	1.593
Ganho Alienação de Bens e Direitos	-	-	-	(37)	(37)	(538)
Penalidades Contratuais e Regulatórias	-	-	-	79	79	-
Indenização por Perdas e Danos	-	-	-	259	259	1.004
Outros	-	506	506	(320)	186	855
<b>Total</b>	<b>47.721</b>	<b>10.735</b>	<b>58.456</b>	<b>31.102</b>	<b>89.587</b>	<b>116.865</b>



### 23. Detalhamento de Custos de Pessoal e Compra de Energia

Os custos e despesas com pessoal incorridos durante os exercícios de 2016 e 2015 são:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Pessoal</b>		
Remunerações	17.082	16.443
Encargos Sociais	6.019	5.546
Auxílio Alimentação	2.947	2.817
Convênio Assist. e Outros Benefícios	2.236	2.449
Provisões de Férias e 13º - com encargos	4.602	4.859
Entidade de previdência privada	1.602	1.459
Prêmio Produtividade	1.576	508
Programa de Demissão Voluntária - PIDV	3.044	-
Outros	141	-
(-)Transferências p/ imobilização em Curso	(4.170)	(2.969)
<b>Total</b>	<u><b>35.078</b></u>	<u><b>31.112</b></u>

Os custos com a compra de energia elétrica comprada para revenda por natureza são:

	Quantidade de MWh		Em R\$	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
BAESA - Barra Grande Energia	-	82.469	-	16.492
PROINFA	8.021	10.471	3.822	2.927
QUOTAS DE ITAIPU	110.188	108.513	20.155	28.636
CCEE	-	12.588	9.076	6.655
Usinas Termonucleares Angra I e Angra II	17.269	17.680	3.430	2.943
Regime de Cotas de Garantia Física	79.381	32.566	4.995	1.024
Energia de Microgeração	14	-	7	-
Leilão	8.442	19.219	1.576	14.876
	<u>223.315</u>	<u>283.506</u>	<u>43.061</u>	<u>73.553</u>
(-) Créditos Recuperáveis	-	-	(3.384)	(6.505)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>39.677</u>	<u>67.048</u>
Encargos de Conexão, Transmissão e Distribuição	-	-	8.044	7.896
<b>TOTAL</b>	<u><b>223.315</b></u>	<u><b>283.506</b></u>	<u><b>47.721</b></u>	<u><b>74.946</b></u>

## 24. Receitas e Despesas Financeiras

RECEITA FINANCEIRA	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> (Reapresentado)
Renda de aplicações financeiras	9.884	9.819
Varição monetária e acréscimo moratório - energia vendida	9.848	7.373
Atualização Depósitos Judiciais	430	352
Atualização Plano de Benefício Definido	502	1.196
Outras receitas financeiras	299	572
	<u>20.963</u>	<u>19.312</u>
<b>DESPESA FINANCEIRA</b>		
Atualização dos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	(607)	(724)
Varição Monetária - Passivo Financeiro Setorial	(10.074)	(2.693)
Outras despesas financeiras	(622)	(220)
	<u>(11.303)</u>	<u>(3.637)</u>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<u><u>9.660</u></u>	<u><u>15.675</u></u>

## 25. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

A demonstração do exercício de 2016 está com as adequações fiscais e tributárias em conformidade com a Lei nº 12.973/14:

- a. Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2016 e 2015:

	<b>2016</b>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Lucro antes dos tributos	4.801	4.801
Adições	48.932	48.932
Exclusões	(25.777)	(25.777)
<b>Base de cálculo</b>	<u>27.956</u>	<u>27.956</u>
Alíquota aplicável	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social correntes	4.193	2.516
Adicional de 10% conforme previsto pela legislação	2.772	-
Incentivos fiscais	(184)	-
<b>Total impostos correntes</b>	<u><u>6.781</u></u>	<u><u>2.516</u></u>

**DME DISTRIBUIÇÃO S.A.**

*Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2016*

	<b>2015</b>	
	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
Lucro antes dos tributos	18.080	18.080
Adições permanentes	2.098	2.098
Exclusões permanentes	<u>(9.721)</u>	<u>(9.721)</u>
<b>Base de cálculo</b>	<b>10.457</b>	<b>10.457</b>
Alíquota aplicável	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.568	941
Adicional de 10% conforme previsto pela legislação	<u>1.023</u>	<u>-</u>
<b>Total impostos correntes</b>	<b><u>2.591</u></b>	<b><u>941</u></b>

**b.** A movimentação dos impostos diferidos está apresentado a seguir:

<b>Diferenças Temporárias</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
	<u>13.382</u>	(Reapresentado) 7.983	(Reapresentado) 9.409
Provisões	13.382	7.983	9.409
Previd. Privada	(2.677)	(1.137)	-
Atualização do ativo financeiro	1.389	622	1.904
Ativos/Passivos Regulatórios	-	(16.388)	(16.953)
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	-	1.788	5.532
<b>Base impostos diferidos</b>	<b><u>12.094</u></b>	<b><u>(7.132)</u></b>	<b><u>(108)</u></b>
Alíquota aplicável	34%	34%	34%
Impostos diferido ativo (passivo) líquido	<u>4.112</u>	<u>(2.425)</u>	<u>(36)</u>
Total despesa imposto diferido líquido	<b><u>6.537</u></b>	<b><u>(2.389)</u></b>	

## 26. Transações Com Partes Relacionadas

A Companhia é controlada pela DME Poços de Caldas Participações S.A., que detém 100% das ações da sociedade.

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

### a. CIP – Contribuição para iluminação pública

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prefeitura Municipal de Poços de Caldas - CIP	3.031	2.938

### b. Compras de produtos e serviços

<u>Parte relacionada</u>	<u>Natureza da operação</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
DME - Energética S.A.	compra de energia elétrica	-	(16.493)

As contas a pagar a partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de compras e vencem dois meses após a data da compra. As contas a pagar não estão sujeitas a juros.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a remuneração total do pessoal-chave pela Administração da Companhia está composta como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Salários	386	497
Encargos sociais	134	175
Férias e 13º salário	143	210
Vale alimentação/refeição	20	28
Outros benefícios	<u>78</u>	<u>122</u>
	<b>761</b>	<b>1.032</b>

## 27. Instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros

Instrumentos financeiros por categoria são como segue:

31/12/2016				
Ativos Financeiros	Empréstimos e Recebíveis	Valor justo através do Resultado	Disponível para Venda	Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	73.020	-	73.020
Consumidores e Concessionárias	33.320	-	-	33.320
Ativos Financeiros Setoriais	6.315	-	-	6.315
Ativo Financeiro Indenizável	-	-	2.697	2.697
	<u>39.636</u>	<u>73.020</u>	<u>2.697</u>	<u>115.352</u>

Passivos Financeiros	Outros ao Custo Amortizado			Total
Fornecedores	-	-	6.819	6.819
Passivos Financeiros Setoriais	32.981	-	-	32.981
	<u>32.981</u>	<u>-</u>	<u>6.819</u>	<u>39.800</u>

31/12/2015				
Ativos Financeiros	Empréstimos e Recebíveis	Valor justo através do Resultado	Disponível para Venda	Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	70.816	-	70.816
Consumidores e Concessionárias	34.830	-	-	34.830
Ativos Financeiros Setoriais	34.228	-	-	34.228
Ativo Financeiro Indenizável	-	-	3.455	3.455
	<u>69.058</u>	<u>70.816</u>	<u>3.455</u>	<u>143.329</u>

Passivos Financeiros	Outros ao Custo Amortizado			Total
Fornecedores	-	-	13.453	13.453
Passivos Financeiros Setoriais	13.741	-	-	13.741
	<u>13.741</u>	<u>-</u>	<u>13.453</u>	<u>27.194</u>

## **28. Gestão de risco Financeiro**

### **Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, como risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Supervisão Financeira da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A Supervisão Financeira da DMED identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

A Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

### ***Risco de crédito***

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores, o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

### ***Risco de liquidez***

A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pela Gerência Financeira. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Supervisão Financeira. A Supervisão Financeira investe o excesso de caixa em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do relatório, a Companhia mantinha fundos de curto prazo de R\$ 72.078 (em 2015 R\$ 69.734) e outros ativos líquidos de R\$ 57.683 (em 2015 R\$ 90.218), os quais se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez a valores nominais.

**DME DISTRIBUIÇÃO S.A.**

*Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2016*

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Vencimento:</b>	<b>Em 2017</b>	<b>Em 2016</b>
Encargos Regulatórios	1.647	2.995
Passivos Financeiros Setoriais	32.981	9.446
	<u><b>34.628</b></u>	<u><b>12.441</b></u>

Devido a não incidência de juros sobre os fornecedores, os valores acima são conciliados com os valores apresentados no balanço patrimonial.

**Risco regulatório**

As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pelas empresas de distribuição de energia elétrica dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL. A metodologia de revisão tarifária (ciclo de revisão) é de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão.

As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, o que pode gerar reajustes menores em relação ao esperado pelas empresas do setor, embora possam ser compensadas em períodos subsequentes por outros reajustes.

**Risco de escassez de energia elétrica**

A energia vendida pela Companhia é basicamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva, aliado a um crescimento de demanda acima do planejado, pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento. Conforme análise feita pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), não há risco de déficit de energia no Sistema Interligado Nacional (SIN). Segundo o CMSE, o risco de qualquer déficit de energia em 2017 é igual a 0,3% e 0,0%, para os subsistemas Sudeste/Centro – Oeste e Nordeste, respectivamente, considerando a configuração do sistema do programa Mensal de Operação (PMO) de janeiro de 2017.

**Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno ao acionista e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

**DME DISTRIBUIÇÃO S.A.**

*Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2016*

Como a DMED era uma autarquia até 6 de maio de 2010, todo o seu lucro líquido até então era incorporado ao seu capital social, pois não havia distribuição de dividendos. Sendo assim, todo o capital da Companhia hoje é formado pelos resultados obtidos anteriormente, o que gerou caixa suficiente para cumprir com todas as suas obrigações.

**Estimativa do valor justo**

Os saldos das contas de instrumentos financeiros refletem essencialmente seus valores justos, devido à natureza dos saldos e ao curto prazo das operações.

**29. Cobertura de seguros**

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros em montante adequado aos possíveis riscos com sinistros de seu patrimônio. O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2016 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especializados em seguros, para cobrir eventuais perdas.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela administração da Companhia.

\* \* \*

**Diretoria**

Alexandre Afonso Postal  
Diretor Superintendente

Miguel Gustavo Durante de Oliveira  
Diretor Administrativo Financeiro

Alexandre Afonso Postal  
Diretor Técnico Interino

**Responsável Técnico**

Sandra Cristina Rodrigues Ribeiro Bertozzi  
Gerente de Contabilidade  
CRC-MG 090512/O-2

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores representantes do Acionista,

A DME Distribuição S.A. – DMED (“Companhia” ou “DMED”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2016.

### 1 – EVOLUÇÃO DO MERCADO DE ENERGIA

#### 1.1 – Número de consumidores

Em 2016 foram adicionadas 777 unidades consumidoras representando aumento de 1% em relação a 2015, totalizando 73.299 consumidores. A Classe Residencial, foi responsável pelo incremento de 1.012 unidades. Em contrapartida, as Classes Comercial e Industrial decresceram 196 e 28 unidades, respectivamente.

Classe de Consumo	Mercado de Consumidores					
	Quantidade		Participação (%)		Variação Horizontal	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	Unid.	%
Residencial	66.049	65.037	90%	90%	1.012	2%
Industrial	352	380	0%	1%	(28)	-7%
Comercial	5.610	5.806	8%	8%	(196)	-3%
Rural	724	724	1%	1%	-	0%
Poder Público	428	440	1%	1%	(12)	-3%
Iluminação Pública	10	10	0%	0%	-	0%
Serviço Público	101	100	0%	0%	1	1%
Próprio	25	25	0%	0%	-	0%
<b>Total</b>	<b>73.299</b>	<b>72.522</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>777</b>	<b>1%</b>

#### 1.2 – Consumo de Energia

O consumo total de energia elétrica foi de 321,2 MWh, 20% inferior ao ano de 2015.

Classe de Consumo	Mercado de Consumo					
	MWh		Participação (%)		Variação Horizontal	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	MWh	%
Residencial	118.832	118.340	37%	30%	492	0%
Industrial	80.065	152.418	25%	38%	(72.354)	-47%
Comercial	75.535	81.447	24%	20%	(5.913)	-7%
Rural	6.163	6.669	2%	2%	(506)	-8%
Poder Público	6.367	5.826	2%	1%	540	9%
Iluminação Pública	19.415	20.327	6%	5%	(912)	-4%
Serviço Público	13.784	14.611	4%	4%	(827)	-6%
Próprio	1.072	1.138	0%	0%	(67)	-6%
<b>Total</b>	<b>321.232</b>	<b>400.777</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>(79.545)</b>	<b>-20%</b>

As maiores reduções de consumo foram nas classes Industrial e Comercial, com quedas de 72.354 MWh e 5.913 MWh, respectivamente. O principal motivo da redução do consumo industrial foi a migração de grandes consumidores cativos para o tipo livre/especial. A crise econômica vivida pelo País também contribuiu para a queda no mercado.

#### 1.3 – Balanço Energético

O Balanço Energético apura as sobras ou déficits de energia elétrica considerando o período de referência anual. Nele, estão contemplados os totais de energia disponível e energia requerida do período, sendo realizado o cálculo das sobras ou déficits a partir da diferença entre os totais das disponibilidades e requisitos energéticos. A energia disponível é proveniente da Geração Própria, Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEARs, Contratos Bilaterais e quotas de energia de Itaipu, do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, das Usinas Angra I e Angra II e de Garantia Física e de Potência das usinas hidrelétricas enquadradas na Lei 12.783/2013. A energia requerida corresponde ao mercado de venda da concessionária, adicionado de perdas.

A geração própria cresceu 12% em 2016 quando comparada ao ano anterior puxada principalmente pela geração da UHE Walther Rossi (Antas II).

Unidade Geradora	Geração Própria					
	MWh		Participação (%)		Variação Horizontal	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	MWh	%
PCH Engº Ubirajara M. Moraes	6.942	6.543	3%	3%	399	6%
MCH Jose Togni	4.465	3.816	2%	2%	649	17%
UHE Walther Rossi	91.037	69.611	43%	36%	21.426	31%
UHE Machadinho	110.856	110.798	52%	58%	58	0%
<b>Total</b>	<b>213.300</b>	<b>190.768</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>22.532</b>	<b>12%</b>

A compra de energia apresentou decréscimo de 18% conforme tabela a seguir – ocasionado principalmente pelo término do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica – CCVEE BAESA/DME nº 001/2003 ocorrido na metade do ano de 2015; além disso, não foi



necessário adquirir energia em leilão próprio em 2016. Outro fator relevante foi o aumento de 46.830MWh na energia compulsória proveniente das Quotas de Garantia Física e de Potência das usinas hidrelétricas enquadradas na Lei 12.783/2013.

Unidade Geradora	Energia Comprada						
	MWh			Participação (%)		Variação Horizontal	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	MWh	%	
BAESA	0	82.469	0%	31%	(82.469)	-100%	
Itaipu	104.313	102.205	48%	39%	2.108	2%	
PROINFA	8.021	10.471	4%	4%	(2.450)	-23%	
Angra I e Angra II	17.268	17.681	8%	7%	(412)	-2%	
Quotas de Garantia Física	79.381	32.551	37%	12%	46.830	144%	
Leilão Regulado (14º LEE)	8.442	8.419	4%	3%	23	0%	
Leilão Próprio	0	10.800	0%	4%	(10.800)	-100%	
<b>Total</b>	<b>217.425</b>	<b>264.595</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>(47.170)</b>	<b>-18%</b>	

Por fim, o Balanço Energético encerrou o ano de 2016 com superávit de 89.766 MWh (+344% ante 2015). Os principais fatores que contribuíram para esse cenário foram: migração de grandes consumidores industriais do tipo cativo para o tipo especial (-79.545 MWh, -20%); retração do mercado cativo de consumo; aumento das Quotas de garantia Física em 46.830 MWh (+144%); e, por fim, aumento da Geração Própria em 22.532 MWh (+12%). Cabe esclarecer ainda que a sobra de energia elétrica é negociada no Mercado de Curto Prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Descrição	Balanço Energético			
	MWh		Variação Horizontal	
	31/12/2016	31/12/2015	MWh	%
Geração Própria	213.300	190.768	22.532	12%
Energia Comprada	217.425	264.595	(47.170)	-18%
Carga Própria	430.725	455.363	(24.638)	-5%
Consumo	321.232	400.777	(79.545)	-20%
Perdas	19.727	34.363	(14.636)	-43%
Técnicas				
Energia Requerida	340.959	435.140	(94.181)	-22%
Mercado - CCEE	89.766	20.223	69.543	344%

## 2 – DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### 2.1 – Receitas, Deduções e Receita Operacional Líquida

As receitas operacionais, compostas principalmente pelo fornecimento de energia elétrica, encerraram 2016 com R\$ 198,5 milhões, isto é, redução de 16% ante o mesmo período de 2015. Essa queda é reflexo principal da migração de consumidores industriais do tipo cativo para o tipo livre/especial.

De forma mais acentuada os encargos regulatórios apresentaram decréscimo de 30% - encerrando 2016 com R\$ 30 milhões. Por fim, a receita operacional líquida foi de R\$ 84,7 milhões (-29% ante 2015).

Demonstração do Resultado do Exercício - DRE	2016	2015
<i>Valores em R\$ mil</i>		<i>Reapresentado</i>
<b>Receitas</b>	<b>198.533</b>	<b>237.569</b>
Fornecimento de energia	186.335	223.713
Venda de energia no curto prazo	10.843	12.641
Outras Receitas	1.355	1.215
<b>Deduções das receitas</b>	<b>(83.823)</b>	<b>(76.010)</b>
Estaduais	(55.460)	(46.969)
Federais	(28.363)	(29.039)
<b>Encargos Regulatórios</b>	<b>(30.011)</b>	<b>(42.289)</b>
Taxa de Fiscalização	(310)	(327)
Compensação Financeira Pela Utilização de Recursos Hídricos	(1.329)	(1.069)
Pesquisa e Desenvolvimento	(423)	(621)
Programa de Eficiência Energética	(423)	(621)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(27.469)	(28.447)
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias	(57)	(11.204)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>84.699</b>	<b>119.271</b>

### 2.2 – Gastos

Os Gastos representam os desembolsos (custo e despesas) registrados para a manutenção das atividades administrativas e operacionais da empresa. Em 2016 somaram R\$ 89,6 milhões – redução de 23% em relação a 2015 puxada principalmente pela queda na compra de energia.

<b>Demonstração do Resultado do Exercício - DRE</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<i>Valores em R\$ mil</i>		<i>Reapresentado</i>
<b>Gastos</b>	<b>(89.557)</b>	<b>(116.865)</b>
Pessoal	(35.078)	(31.112)
Material	(3.144)	(2.583)
Serviços	(14.148)	(10.591)
Outros	(37.187)	(72.579)

### 2.3 - Resultado Operacional, Financeiro e Lucro Líquido

O resultado operacional encerrou 2016 com o saldo negativo de R\$ 4,9 milhões, sendo que o resultado financeiro ficou em R\$ 9,7 milhões.

Por fim, refletindo as reduções percebidas nas receitas, os lucros bruto e líquido encerraram o exercício com R\$ 4,8 e R\$ 2 milhões, respectivamente (-73 e -83% ante o mesmo período de 2015).

<b>Demonstração do Resultado do Exercício - DRE</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<i>Valores em R\$ mil</i>		<i>Reapresentado</i>
<b>Resultado Operacional</b>	<b>(4.859)</b>	<b>2.404</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>9.660</b>	<b>15.675</b>
<b>Lucro Bruto</b>	<b>4.801</b>	<b>18.079</b>
CSLL/IRPJ	(2.760)	(5.921)
<b>Lucro Líquido</b>	<b>2.041</b>	<b>12.158</b>

## 3 – ASPECTOS REGULATÓRIOS E TARIFÁRIOS

### 3.1 – Reposicionamento Tarifário – IRT

A ANEEL deliberou em 22/11/2016 o resultado do Reajuste Tarifário da DMED. O efeito médio percebido pelos consumidores foi de -29,13%, sendo -32,07% para a alta tensão e -26,83% para a baixa tensão.

O efeito médio de -29,13% decorre: (i) do reajuste dos itens de custos de Parcela A e B, calculado conforme Índice de Reajuste Tarifário – IRT estabelecido no contrato de concessão; (ii) da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual reajuste tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes; e (iii) da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no processo de reajuste tarifário anual de 2015, que vigoraram até a data do reajuste em processamento.

A atualização dos custos de Parcela A e B resultou em um índice de reajuste tarifário de -7,28%, ao se ter como base de comparação para a Parcela A e a B na Data do Reajuste Anterior – DRA apenas os custos estabelecidos no reajuste de 2015.

Desse índice de reajuste tarifário, a variação dos custos de Parcela A contribuiu para o efeito médio em -10,28% enquanto a variação de custos de Parcela B foi responsável em 3,01%.

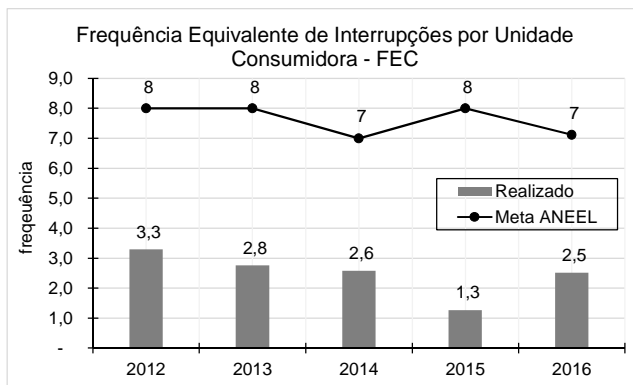
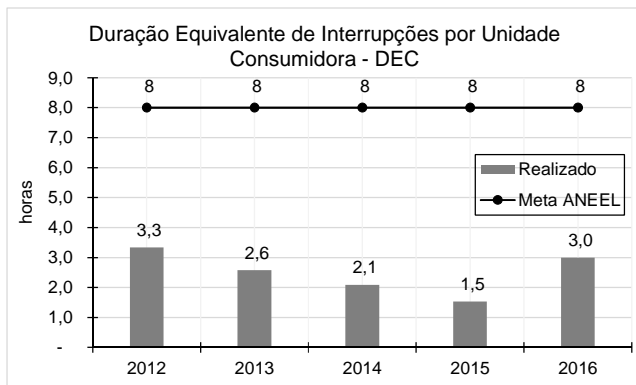
## 4 – INVESTIMENTOS

Durante o ano de 2016 a DMED priorizou investimentos nos sistemas de distribuição de energia elétrica totalizando cerca de R\$ 11 milhões. Os principais valores foram: R\$ 6,2 milhões destinados diretamente em melhorias das redes de distribuição, R\$ 2,2 milhões em sistemas de medição, R\$ 1 milhão para aquisição de novos softwares/hardwares, R\$ 925 mil para construção do novo laboratório e R\$ 530 mil para aquisição de novos veículos. Todo o valor investido tem o objetivo de garantir a qualidade da energia elétrica distribuída, bem como melhorar a qualidade dos serviços prestados aos consumidores finais.

## 5 – QUALIDADE DO SERVIÇO

### 5.1 – Indicadores de qualidade

O desempenho das concessionárias quanto à qualidade e continuidade do serviço prestado de energia elétrica é medido pela ANEEL com base em indicadores específicos, denominados DEC e FEC. O DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) indica o número de horas, em média, que um consumidor fica sem energia elétrica durante um período, geralmente o mês ou o ano. O FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) indica quantas vezes, em média, houve interrupção na unidade consumidora durante um determinado período. Nos gráficos abaixo, apresentamos os índices alcançados pela DMED nos últimos anos, bem como as metas estabelecidas pela ANEEL para cada indicador.



O DEC alcançado pela DMED em 2016 foi de 3 horas, apresentando aumento de 96% em relação ao resultado de 2015. O mesmo aconteceu com o FEC, que passou para 2,5x em 2016 (+98%). Apesar dos excelentes resultados, os índices sofreram aumentos de 2015 para 2016, sendo que a principal causa foi a baixa incidência de chuvas em 2015 quando comparado ao ano de 2016 – o que contribuiu para a redução dos indicadores daqueles anos.

## 6 – OUTRAS ATIVIDADES

### 6.1 – Recursos Humanos / Treinamento e Desenvolvimento

Em 2016 a DMED continuou investindo em treinamentos no âmbito operacional e também de gestão como, por exemplo, “Gerenciamento pela Gestão Estratégica”. Eventos importantes foram realizados tais como Dia da Mulher e a Semana Interna de Prevenção de Acidentes com palestras sobre saúde e segurança. Teve continuidade do programa de redução de custos e consumo consciente, através do desenvolvimento da consciência no uso dos materiais do escritório e a otimização do uso da energia elétrica, tais ações são exemplos de boas práticas empresariais que podem reduzir bastante os gastos de uma empresa. Por fim, foi instituído ainda o Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV com a adesão de 21 (vinte e um) empregados.

### 6.2 – Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico é um processo gerencial que se refere à formulação de objetivos para a seleção de programas de ação e sua execução, de maneira disciplinada e organizada. Planejar estrategicamente significa compatibilizar as oportunidades oferecidas pelo ambiente externo com as condições internas, favoráveis ou não, de modo a satisfazer seus objetivos futuros. Em 2016, deu-se continuidade às atividades do Planejamento Estratégico sendo que os principais trabalhos foram:

Revisão do Planejamento Estratégico – Ciclo 2017-2021: levantamento do diagnóstico organizacional; entrevistas com os Conselheiros, Diretores, Gestores e alguns colaboradores de diversos setores das empresas; diagnóstico estratégico; realizações de oficinas de estudos sobre a entidade organizacional; atualização da Missão, Visão e Valores; desenvolvimento de Diretrizes Estratégicas; atualização do desenvolvimento do Mapa Estratégico do grupo DME (É a representação gráfica da estratégia. O mapa ajuda a visualizar a estratégia de uma forma mais simples, garantindo coerência e facilitando todo o processo de comunicação, divulgação e apresentação da estratégia da organização);

Modelo de Excelência da Gestão – MEG: mapeamento de processos; e, elaboração de Perfil Organizacional.

### 6.3 – Segurança do Trabalho

Manteve-se a continuidade de realização de exames médicos diversos para os colaboradores com destaque para o eletroencefalograma, visando avaliar a saúde de trabalhadores que exercem atividades acima de 2 metros de altura, e exames radiológicos, para a equipe de leitura. Por sua vez, a CIPA permanece ativa e atuante, realizando inspeções constantes em todas as áreas da empresa. Foi implementado também o Procedimento de Orientação Técnica (Segurança e Meio Ambiente) para contratação de empresas terceirizadas, contribuindo para levar o padrão de segurança da Distribuidora para seus parceiros. Por fim, a DMED permanece investindo na segurança de seus empregados e também de seus ativos – refletindo em maior qualidade de serviços e produto para seus consumidores.

## 7 – MEIO AMBIENTE

A DMED, buscando atingir o menor impacto ambiental possível em suas atividades, desenvolve cotidianamente várias ações preventivas e corretivas. Relaciona-se a seguir as principais ações e resultados de 2016.

Controle de Impactos Ambientais: minimização dos impactos com a arborização urbana, por meio da ampliação de seu sistema de distribuição com a implantação de redes compacta (MT), isolada (BT) e subterrânea; campanha interna de consumo consciente e racional de materiais de consumo, energia e água, visando a redução na geração de resíduos e menor impacto ambiental; gerenciamento e destinação final adequada de resíduos e efluentes gerados, conforme legislação vigente; contratação de empresa especializada para licenciamento, manipulação, acondicionamento, transporte e destinação final de todos os resíduos e equipamentos contaminados com PCB, identificados e retirados da rede de distribuição. Monitoramento da qualidade da água em diversos pontos das bacias do Ribeirão Cipó e Ribeirão das Antas e dos sistemas de tratamento de efluentes localizados nas áreas das PCH's e subestações; monitoramento pluviométrico, limnimétrico, fluviométrico e sedimentométrico associado à UHE Walther Rossi (Antas II), através da operação de estação hidrométrica, possibilitando a obtenção de relevantes informações hidrológicas sobre importantes cursos d'água da cidade. Monitoramento da conformidade legal ambiental por meio de sistema online.

Melhoria da Qualidade Ambiental: proteção ambiental da fauna, flora e mananciais nas áreas de usinas e represas da DMED, através de convênio celebrado com a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – 18ª Companhia de Meio Ambiente e Trânsito, que busca intensificar as ações de fiscalização nestas áreas; realização de atividades diversas de educação ambiental na área da Reserva Particular do Patrimônio Natural do Rio das Antas e entorno; execução do “Projeto Adotando Nascentes – Ano 2”, que visa à proteção de áreas adjacentes a nascentes existentes na área rural de Poços de Caldas, por meio de cercamento e recuperação da vegetação nativa; e, por fim, extensão do programa de coleta seletiva na sede central da DMED, possibilitando aos funcionários entregarem seus resíduos recicláveis domésticos para serem encaminhados à Ação Reciclar (Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Poços de Caldas).

## **8 – RESPONSABILIDADE SOCIAL**

### **8.1 – Programas de Eficiência Energética – PEE e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D**

Os PEEs e P&Ds instituídos pela ANEEL, visam incentivar a busca constante por inovações e fazer frente aos desafios tecnológicos do setor elétrico, bem como, promover o uso eficiente da energia elétrica em todos os setores da economia por meio de projetos que demonstrem a importância e a viabilidade econômica de melhoria da eficiência energética de equipamentos, processos e usos finais de energia.

Em 2016, através de PEE, a DMED concluiu o projeto de substituição de refrigeradores de alto consumo de energia por equipamentos mais eficientes (Selo A – Procel) e de lâmpadas incandescentes ou LCF por lâmpadas LED, em 610 residências de consumidores enquadrados como Baixa Renda. Também realizou dois projetos de instalação de sistemas de aquecimento de água com utilização de energia solar e substituição de lâmpadas fluorescentes por LED nos Condomínios Residenciais Parque das Nações e Jardim dos Pássaros, atendendo 407 famílias, através da implantação de 104 sistemas de aquecimento e a substituição de 1.990 lâmpadas. Além destes, também houve continuidade no projeto educacional de eficiência energética “Escola e Cidadãos Ecoeficientes” o qual é realizado junto às escolas estaduais do ensino fundamental, tendo como objetivos principais o uso racional e seguro da energia elétrica e o consumo consciente, devendo ser finalizado em 2017. Todos os projetos de PEE foram executados na cidade de Poços de Caldas, área de concessão da DMED.

Por sua vez, o P&D, possibilitou que a DMED desenvolvesse dois projetos em 2016. O primeiro, iniciado em 2014 e com término previsto para 2017, se refere a uma parceria estabelecida com a Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP, para execução do projeto: “Estudos da qualidade química, física, radiométrica e biológica da água e do sedimento em bacia hidrográfica sob influência de mineração de urânio e elevada radioatividade natural: técnicas convencionais e nucleares”, na cidade de Poços de Caldas. O outro, trata-se do projeto: “Desenvolvimento de um Mecanismo para Ganho de Capacidade de Armazenamento em Reservatório”, objetivando o ganho na capacidade instalada de centrais hidrelétricas a jusante, em parceria com a Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI e a Fundação de Pesquisa e Extensão de Itajubá – FAPEPE, e em cooperação com a DME Energética S.A – DMEE. Este último projeto foi iniciado em 2016 com término previsto para 2017.

Gastou-se em 2016 cerca de R\$ 2,4 milhões com PEEs e R\$ 300 mil com P&Ds.

### **8.2 – Projetos sociais e culturais**

Os projetos selecionados buscam promover cidadania, saúde, lazer e cultura na nossa cidade, confirmando, mais uma vez, o compromisso com a responsabilidade e inclusão social. Por isso, o Programa recebe apenas projetos originários e que atendam exclusivamente o município de Poços de Caldas. Em 2016, o Grupo DME apoiou 88 projetos ao valor de R\$ 2,8 milhões, sendo R\$ 1,94 milhão de patrocínio direto e R\$ 0,8 milhão de incentivo ICMS e R\$ 0,13 milhão de incentivo Lei Rouanet. A seguir são apresentados alguns dos projetos realizados.

O projeto “Superação e Arte e Dança Adaptada” oferece aulas de dança para usuários da ADEFIP - Associação dos Deficientes Físicos de Poços de Caldas, promovendo o desenvolvimento global individual e coletivo por meio da dança adaptada. Realiza apresentações artísticas como forma de valorização das potencialidades e fomento à cultura por meio da dança.

O projeto “Superar Limites no Paradesportivo” tem o propósito de beneficiar a inclusão de deficientes visuais e físicos em atividades ligadas ao esporte e lazer, sendo o maior projeto paralímpico do Sul e Sudoeste de Minas. As atividades desenvolvidas são: Iniciação esportiva, psicomotricidade e atividades lúdicas; treinamento de goalball; bocha paralímpica; programa de atividades físicas para terceira idade - alongamento e caminhada; voleibol paraolímpico.

O projeto “Tom da Juventude” é um dos projetos desenvolvidos pela Associação Amigos do Conservatório Musical que incentiva os integrantes da Banda Sinfônica e da Orquestra de Cordas, a buscarem estudo e profissionalização. Esse projeto também leva música a escolas municipais e PMJ com atividades de Coral/Musicalização.

O projeto “#Esquina” é um encontro entre poetas, escritores, músicos, fotógrafos, atrizes/atores, artistas e inventores famosos e anônimos da cidade. E entre as atrações oferecidas, destacam-se as entrevistas com poetas e escritores convidados, a audição de bandas, grupos e músicos autorais e as exposições fotográficas, literárias e teatrais.

O projeto “Viva Urca” oferece atrações musicais, teatrais, além de apresentações de dança e a exposição de imagens, contribuindo com a ação artístico-cultural de Poços de Caldas.

O projeto “O Violão do Brasil” traz a trajetória do violão no Brasil, sua evolução, seus compositores e intérpretes, resgata a história de um dos instrumentos mais característicos da cultura do país. As apresentações contemplam trabalhos de diversos momentos históricos e contam trechos da trajetória dos grandes nomes que escrevem a história do violão popular no Brasil, com uma linguagem acessível aos diversos públicos. Toda a diversidade da música popular brasileira está representada pelo projeto.

## 9 – BALANÇO SOCIAL

			31/12/2016		31/12/2015	
			R\$ mil		R\$ mil	
<b>1 – Base de Cálculo</b>					<b>Reapresentado</b>	
Receita Líquida (RL)			84.699			119.271
Resultado Operacional (RO)			(4.859)			2.405
Folha de Pagamento Bruta (FBP)			(35.078)			(31.112)
						<b>% sobre</b>
<b>2 - Indicadores Sociais Internos</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>FBP</b>	<b>RL</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>FBP</b>	<b>RL</b>
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	(2.947)	8	(3)	(2.817)	9	(2)
Encargos sociais compulsórios	(6.019)	17	(7)	(5.546)	18	(5)
Entidade de previdência privada	(1.602)	5	(2)	(1.459)	5	(1)
Saúde – Convênio assistencial e outros benefícios	(2.236)	6	(3)	(2.449)	8	(2)
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	(74)	0	(0)	(86)	0	(0)
Educação - Auxílio educação	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	(59)	0	(0)	(25)	0	(0)
Auxílio creche	(70)	0	(0)	(106)	0	(0)
Participação nos resultados	(1.576)	4	(2)	(508)	2	(0)
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	3.044	(9)	4	-	-	-
Vale-transporte – excedente	(92)	0	(0)	(105)	0	(0)
<b>Total</b>	<b>(11.631)</b>	<b>33</b>	<b>(14)</b>	<b>(13.102)</b>	<b>42</b>	<b>(11)</b>
<b>3 - Indicadores Sociais Externos</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>RO</b>	<b>RL</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>RO</b>	<b>RL</b>
Cultura	558	(11)	1	87	4	0
Esporte e lazer	209	(4)	0	-	-	-
Doações e Contribuições	216	(4)	0	178	7	0
Incentivo Fiscal - Lei Rouanet	-	-	-	31	1	0
Projetos Sociais, ambientais e culturais (projetos que não utilizaram incentivos fiscais)	-	-	-	3	0	0
<b>Total de contribuição para a sociedade</b>	<b>982</b>	<b>(20)</b>	<b>1</b>	<b>299</b>	<b>11</b>	<b>0</b>
<b>Tributos - excluídos encargos sociais</b>	<b>44.523</b>	<b>(916)</b>	<b>53</b>	<b>33.406</b>	<b>1.389</b>	<b>28</b>
<b>Total</b>	<b>45.505</b>	<b>(936)</b>	<b>54</b>	<b>33.705</b>	<b>1.401</b>	<b>28</b>
						<b>% sobre</b>
						<b>% sobre</b>
<b>4 - Indicadores Ambientais</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>RO</b>	<b>RL</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>RO</b>	<b>RL</b>
<b>Relacionamento com a operação da empresa</b>						
Rede Compacta	1.087	(22)	1	1.465	61	1
Rede Subterrânea	915	(19)	1	1.742	72	1
Convênio / Policiamento ambiental nas Represas e Usinas	4	(0)	0	2	0	0
Recomposição e manutenção de vegetação florestal em área de preservação permanente	36	(1)	0	40	2	0
Gerenciamento de Resíduos (destinação final adequada e tratamento)	81	(2)	0	12	1	0
Processos de Licenciamento Ambiental e atendimento de Condicionantes e Planos de controle Ambiental	12	(0)	0	71	3	0
Análises de água, efluentes e resíduos	15	(0)	0	16	1	0
Estações hidrométricas	138	(3)	0	218	9	0
Melhoria da Arborização Urbana	-	-	-	20	1	0
Projetos de Eficiência Energética	2.363	(49)	3	717	30	1
P&D - Meio Ambiente	278	(6)	0	301	13	0
Campanha Consumo Consciente	13	(0)	0	-	-	-
<b>Programas especiais / Projetos externos</b>						
Descontaminação de lâmpadas fluorescentes da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas	1	(0)	0	1	0	0

CEMA-Centro de Excelência em Meio Ambiente	2	(0)	0	0	0	0
Reserva Particular do Patrimônio Natural do Rio das Antas	2	(0)	0	-	-	-
Projeto Adotando Nascentes	2	(0)	0	13	1	0
Sistema de gestão ambiental	4	(0)	0	18	1	0
<b>Total</b>	<b>4.953</b>	<b>(103)</b>	<b>5</b>	<b>4.637</b>	<b>192</b>	<b>3</b>
<b>5 - Indicadores do corpo funcional</b>						
	<b>em unidades</b>			<b>em unidades</b>		
<b>Empregados no final do período</b>	217			268		
<b>Escolaridade dos empregados</b>						
Superior e extensão universitária	80			101		
2º Grau	117			131		
1º Grau	20			36		
<b>Faixa etária dos empregados</b>						
Abaixo de 30 anos	17			42		
De 30 até 45 anos (exclusive)	113			131		
Acima de 45 anos	87			95		
<b>Admissões durante o período</b>	<b>11</b>			<b>26</b>		
<b>Mulheres que trabalham na empresa</b>	<b>44</b>			<b>66</b>		
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	18,18%			12,12%		
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	22,22%			22,22%		
<b>Negros que trabalham na empresa</b>	<b>14</b>			<b>17</b>		
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	11,76%			11,76%		
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	5,56%			5,56%		
<b>Portadores de deficiência física</b>	<b>2</b>			<b>2</b>		
<b>Dependentes</b>	416			475		
<b>Estagiários</b>	6			9		
<b>6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial</b>						
<b>Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa</b>	23,23			22,61		
<b>Acidentes de trabalho</b>	<b>2</b>			<b>2</b>		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:						
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:						
A previdência privada contempla:	155			200		
A participação nos lucros ou resultados contempla:	228			242		
<b>Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:</b>						
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	0			0		

## 10 – AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos a todos os segmentos do Poder Executivo, representados pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito e seu Vice-Prefeito, e aos ilustres membros da Câmara Municipal, pelo apoio e encaminhamento das questões de interesse da DME Distribuição S/A.

Nosso reconhecimento também aos fornecedores, clientes e prestadores de serviços e, em especial, ao quadro de empregados e a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a consecução dos objetivos propostos e obtenção dos resultados do exercício 2016 que ora apresentamos.

# **Demonstrações contábeis regulatórias**

**DME Distribuição S.A. - DMED**

31 de dezembro de 2016

## **DME Distribuição S.A. - DMED**

### Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2016

#### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras .....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	5
Demonstração do resultado.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração do resultado abrangente.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10
Relatório de Administração Regulatório.....	47



## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**DME Distribuição S.A. – DMED**  
Poços de Caldas – Minas Gerais

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da DME Distribuição S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DME Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfases – Base de elaboração das demonstrações contábeis**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a DME Distribuição S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Outros assuntos**

### *Reapresentação dos valores correspondentes*

O exame das demonstrações contábeis regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa 3(e) foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 4 de março de 2016, incluindo parágrafos de ênfase relacionado ao plano de pensão da Companhia e com relação à provisão para auto de infração relativo a tributos e contribuições federais não recolhidos nos anos de 1999 a 2004 e 2007 a 2010. Como parte de nosso exame das demonstrações contábeis regulatórias de 2016, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 3(e) que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2015. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia referentes ao exercício de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis regulatórias de 2015 tomadas em conjunto.

A Companhia preparou demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, datado de 7 de abril de 2017.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

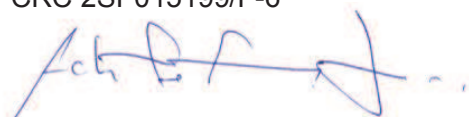
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 27 de abril de 2017.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP015199/F-6



Adilvo França Junior  
Contador CRC-1BA021419/O-4-T-S

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
		(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
<b>ATIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e Equivalentes de Caixa		73.020	70.816	84.803
Consumidores		29.037	34.675	18.482
Concessionárias e Permissonárias		4.284	155	16.147
Serviços em Curso		2.440	679	436
Tributos Compensáveis		1.709	3.827	6.016
Depósitos Judiciais e Cauções		-	2.822	-
Ativo Imobilizado Operacional		1.574	2.773	1.774
Ativos Financeiros Setoriais		6.315	34.228	16.592
Despesas Pagas Antecipadamente		292	333	249
Subsídios Tarifários e Redução Tarifária Equilibrada		2.887	4.067	1.735
Outros Ativos Circulantes		12.157	1.551	3.048
		<u>133.715</u>	<u>155.926</u>	<u>149.282</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Títulos de crédito a receber		546	694	840
Cauções e depósitos vinculados		8.361	5.112	4.681
Tributos a compensar		1.173	1.078	28
Superávit - Plano de Benefício Definido		4.231	3.911	4.203
Tributos Diferidos		4.112	-	-
Ativos Financeiros Setoriais		-	-	12.851
Imobilizado Intangível		144.454	145.511	164.117
		<u>284</u>	<u>519</u>	<u>1.553</u>
		<u>163.141</u>	<u>156.825</u>	<u>188.273</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>296.854</b>	<b>312.751</b>	<b>337.555</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
Fornecedores		6.819	13.453	8.161
Folha de pagamento		435	447	198
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		-	-	-
Credores diversos		5.268	4.855	5.871
Passivos Financeiros Setoriais		32.981	13.741	12.495
Encargos Setoriais		1.647	2.826	498
Pesquisa e desenvolvimento		2.681	2.275	2.128
Programa de eficiência energética		3.396	3.768	3.272
Tributos e contribuições sociais		11.358	7.599	2.420
Obrigações estimadas		2.443	2.855	2.394
Outras contas a pagar		1	1	325
		<u>67.029</u>	<u>51.820</u>	<u>37.723</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Reversão/amortização - retenção de quotas		-	164	164
Tributos Diferidos		-	2.425	36
Obrigações Vinculadas a Concessão e Perm. Serv. Públicos		7.037	7.783	7.032
Provisões para contingências		26.270	23.398	25.285
		<u>33.307</u>	<u>33.770</u>	<u>32.517</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Capital social		222.950	156.585	158.585
Reserva de capital		21.681	20.259	19.323
Outros Resultados Abrangentes		(1.731)	(1.549)	-
Reserva Legal		6.494	6.391	5.783
Reserva de Reavaliação e Ajustes Patrimoniais		(55.782)	(47.735)	(21.746)
Lucros / Prejuízos Acumulados		2.906	91.210	105.370
		<u>196.518</u>	<u>227.161</u>	<u>287.315</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>296.854</b>	<b>312.751</b>	<b>337.555</b>

## Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Notas	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> (reapresentado)
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>		<b>198.533</b>	<b>237.570</b>
Fornecimento de energia elétrica		191.724	181.788
Suprimento de energia elétrica		27.242	35.373
Energia elétrica de curto prazo		10.843	12.641
Receita pela Disponibilidade da Rede Eletrica		8.802	6.550
Ativos e Passivos Regulatórios		(41.433)	3
Outras Receitas Vinculadas ( 12 )		1.355	1.215
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>			
<b>Tributos e Encargos</b>		<b>(113.834)</b>	<b>(118.297)</b>
<b>Tributos</b>		<b>(83.823)</b>	<b>(76.008)</b>
Federais		(28.363)	(29.039)
Estaduais		(55.460)	(46.969)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>		<b>(30.011)</b>	<b>(42.289)</b>
Reserva Global de Reversão - RGR		-	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D		(423)	(621)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(27.469)	(28.447)
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC		-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		(423)	(621)
Taxa de Fiscalização - TFSEE		(310)	(327)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(1.329)	(1.069)
Conta Centralizadora dos Recursos das Bandeiras Tarifárias		(57)	(11.204)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		<b>84.698</b>	<b>119.273</b>
<b>CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - Parcela "A"</b>		<b>(47.722)</b>	<b>(74.945)</b>
Energia elétrica comprada para revenda		(35.855)	(64.122)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa		(3.823)	(2.927)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		(8.044)	(7.896)
<b>RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>		<b>36.977</b>	<b>44.330</b>
<b>CUSTOS GERENCIÁVEIS - Parcela "B"</b>		<b>(63.688)</b>	<b>(55.935)</b>
Pessoal e Administradores		(35.078)	(31.112)
Serviço de Terceiros		(14.148)	(10.591)
Material		(3.144)	(2.583)
Arendamentos e Alugueis		(21)	(1.065)
Tributos		(2.448)	(2.315)
Seguros		(9)	(10)
Doações, Contrib e Subvenções		(193)	(221)
Provisão para Devedores Duvidosos		(1.101)	(864)
Provisões - Outras		(3.935)	(1.345)
Depreciação		(7.111)	(9.386)
Amortização		-	-
( - ) Recuperação de Despesas		3.616	3.387
( - ) Reversão da Provisão		1.161	2.510
Gastos Diversos		(1.277)	(2.340)
<b>Outras Receitas Operacionais</b>		<b>27.735</b>	<b>14.635</b>
<b>Outras Despesas Operacionais</b>		<b>(2.275)</b>	<b>(1.904)</b>
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO</b>		<b>(1.252)</b>	<b>1.126</b>
Receita Financeira		20.964	19.312
Despesas Financeiras		(12.149)	(8.085)
<b>Lucro (Prejuízo) Antes da IR e CSLL</b>		<b>7.563</b>	<b>12.351</b>
Imposto de Renda Corrente		(6.781)	(2.591)
Contribuição Social Corrente		(2.516)	(941)
Impostos Diferidos		6.537	(2.389)
Reversão de Juros sobre o Capital Próprio		846	4.448
<b>Lucro / Prejuízo</b>		<b>5.650</b>	<b>10.878</b>

<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>						
<b>Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 01.01.2015</b>						
<i>(Em milhares de Reais)</i>						
	<b>Capital social</b>	<b>Reservas de capital</b>	<b>Reserva de Reavaliação</b>	<b>Reserva Legal</b>	<b>Lucros/ (prejuízos) acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2015 (reapresentado)</b>	<b>158.585</b>	<b>19.323</b>	<b>(21.746)</b>	<b>5.783</b>	<b>105.370</b>	<b>267.315</b>
Remuneração das imobilizações em curso	-	936	-	-	-	936
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(4.447)	(4.447)
Juros Sobre Capital Próprio imputados aos dividendos	-	-	-	-	1.510	1.510
Resultados Abrangentes	-	-	(27.538)	-	120	(27.419)
Dividendos Obrigatórios Complementares	-	-	-	-	(19.332)	(19.332)
Destinação do Lucro Líquido:	-	-	-	-	10.878	10.878
Constituição de reserva legal	-	-	-	608	(608)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(2.280)	(2.280)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>158.585</b>	<b>20.259</b>	<b>(49.284)</b>	<b>6.391</b>	<b>91.210</b>	<b>227.160</b>
Remuneração das imobilizações em curso	-	1.422	-	-	-	1.422
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(845)	(845)
Juros Sobre Capital Próprio imputados aos dividendos	-	-	-	-	(2.157)	(2.157)
Resultados Abrangentes	-	-	(8.229)	-	-	(8.229)
Dividendos Complementares	-	-	-	-	(26.000)	(26.000)
Aumento de Capital	64.365	-	-	-	(64.365)	-
Destinação do Lucro Líquido:	-	-	-	-	5.650	5.650
Constituição de reserva legal	-	-	-	102	(102)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(485)	(485)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>222.950</b>	<b>21.681</b>	<b>(57.513)</b>	<b>6.493</b>	<b>2.906</b>	<b>196.516</b>

## Demonstração de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

*(Em milhares de Reais)*

	31/12/2016	31/12/2015 (reapresentado)
<b>Resultados do exercício</b>	<u>5.650</u>	<u>10.878</u>
<b>Resultados abrangentes</b> (Perdas) Ganhos atuariais de plano de benefícios definido	<u>(183)</u>	<u>(1.429)</u>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u><b>5.467</b></u>	<u><b>9.448</b></u>



## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015 (reapresentado)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	5.650	10.878
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	634	325
Depreciação e amortização	7.821	9.995
Valor residual de imobilizado e intangível baixado	(276)	545
Tributos Diferidos	(6.537)	2.389
(Reversão) constituição de provisões para contingências, líquidas	<u>2.872</u>	<u>(1.887)</u>
	10.164	22.245
<b>Redução (aumento) nos ativos:</b>		
Consumidores e revendedores	876	526
Serviços em curso	-	(243)
Estoque	-	(999)
Ativos (Passivos) Financeiros Setoriais	47.153	(20.749)
Superávit - Plano de Benefício Definido	(503)	293
Diferimento Revisão Tarifária	-	12.851
Subsídios Tarifários e Redução Tarifária Equilibrada	1.180	(2.332)
Demais ativos circulantes e não circulantes	<u>(6.946)</u>	<u>192</u>
	41.760	-10.461
<b>Aumento (redução) nos passivos:</b>		
Fornecedores	(6.634)	5.291
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	(12)	250
Tributos e contribuições sociais	9.297	(14.919)
Encargos Regulatórios	(1.348)	2.537
Demais passivos circulantes e não circulantes	<u>39</u>	<u>20.058</u>
	1.342	13.217
<b>Caixa Oriundo das Operações</b>		
Imposto de Renda e contribuições sociais Pagos	<u>(5.538)</u>	<u>3.863</u>
	(4.196)	17.080
<b>Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais</b>		
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>	47.728	28.864
Adições no imobilizado e intangível	<u>(18.679)</u>	<u>(18.303)</u>
<b>Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento</b>	(18.679)	(18.303)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Pagamento de Dividendos	(26.000)	(20.102)
Pagamento de Juros Sobre Capital Próprio	<u>(845)</u>	<u>(4.447)</u>
<b>Recursos líquidos (utilizados nas) provenientes das atividades de financiamento</b>	(26.845)	(24.549)
<b>Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>2.204</u>	<u>(13.987)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No fim do exercício	73.020	70.816
No início do exercício	<u>70.816</u>	<u>84.803</u>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>2.204</u>	<u>(13.987)</u>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)**

**1. Setor Elétrico no Brasil**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)**

**2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias**

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa por apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

**3. Principais Práticas Contábeis Societárias e Regulatórias**

**3.1 Práticas contábeis gerais**

**a. Estimativas**

A preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias requer o uso de certas estimativas contábeis e, mais do que isso, torna necessário um exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Contábeis Societárias e Regulatórias, segundo avaliação da DME Distribuição, são: registro de receita não faturada e respectivas contas a receber; custo de energia; vida útil do ativo imobilizado e intangível; provisão para crédito de liquidação duvidosa; avaliação de ativos e passivos financeiros ao valor justo e análise de sensibilidade; provisão para ações judiciais e regulatórias; premissas atuariais do plano de pensão; e provisão do plano de incentivo baseado em ações.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)**

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das Demonstrações Contábeis, estão descritas a seguir.

**b. Instrumentos Financeiros**

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

**b.1) Ativos Financeiros**

**Empréstimos e Recebíveis:** O reconhecimento inicial é efetuado pelo seu valor justo e ajustado pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método da taxa de juros efetiva, e por qualquer ajuste para redução do seu valor recuperável ou de liquidação duvidosa. A Companhia classifica os saldos de consumidores, parcelamento de débitos e supridores, e os valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros nessa categoria.

**Mantidos para negociação:** São reconhecidos inicialmente pelo valor justo; alterações posteriores são refletidas no resultado do exercício em que ocorram (valor justo por meio do resultado). A Companhia tem como principais ativos mantidos para negociação os equivalentes de caixa, caução de fundos e depósitos vinculados (vide nota 8).

**b.2) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado”, empréstimos e financiamentos ou itens objeto de *hedge*. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e supridores de energia elétrica, empréstimos e financiamentos, debêntures, valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros e outras contas a pagar.

Os itens objetos de *hedge* da Companhia são mensurados ao valor justo através do resultado e estão atrelados a derivativos designados como um instrumento de *hedge* efetivo.

Após o reconhecimento inicial pelo valor justo, líquido dos custos da transação, quando sujeitos a juros, os empréstimos e financiamentos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

**c. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira**

A moeda funcional da Companhia é o Real. Para as transações denominadas em moeda estrangeira, os ativos e passivos monetários indexados são convertidos para reais utilizando a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas no resultado.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)**

**d. Redução ao valor recuperável de ativos de vida longa ou indefinida**

A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado e se alguma perda for mensurada, será imediatamente reconhecida no resultado. A Companhia verificou que não há qualquer indicador de desvalorização que requeira qualquer provisionamento.

**e. Reapresentação das demonstrações financeiras:**

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro, procedeu, conforme as orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a realização de ajustes e reclassificações de forma retrospectiva em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, originalmente autorizadas para publicação em 4 de março de 2016.

As mudanças efetuadas estão apresentadas a seguir:

Balanco patrimonial - Ativo	31/12/2015			01/01/2015		
	Divulgado	Ajustes	Reapresentado	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
<b>Ativo circulante</b>						
Ativos financeiros setoriais (a)	34.292	(64)	34.228	-	-	-
Demais ativos circulante	121.698	-	121.698	149.283	-	149.282
	<b>155.990</b>	<b>(64)</b>	<b>155.926</b>	<b>149.283</b>	<b>-</b>	<b>149.282</b>
<b>Ativo não circulante</b>						
Tributos a compensar (b)	41	1.037	1.078			
Imobilizado (c)	137.728	7.783	145.511	157.085	7.032	164.117
Demais ativos não circulante (b)	10.236	-	10.236	24.156	-	24.156
	<b>148.005</b>	<b>8.820</b>	<b>156.825</b>	<b>181.241</b>	<b>7.032</b>	<b>188.273</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>303.995</b>	<b>8.756</b>	<b>312.751</b>	<b>330.524</b>	<b>7.032</b>	<b>337.555</b>
Balanco patrimonial - Passivo	31/12/2015			01/01/2015		
	Divulgado	Ajustes	Reapresentado	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
<b>Passivo circulante</b>						
Passivos financeiros setoriais (a)	9.446	4.295	13.741	12.495	-	12.495
Dividendos propostos (b)	4.244	(4.244)	-	2.280	(2.280)	-
Demais passivos circulante (b)	38.078	1	38.079	25.229	-	25.228
	<b>51.768</b>	<b>52</b>	<b>51.820</b>	<b>40.004</b>	<b>(2.280)</b>	<b>37.723</b>
<b>Passivo não circulante</b>						
Tributos Diferidos (b)	-	2.425	2.425	-	36	36
Obrigações Vinculadas ao serviço da concessão (c)	-	7.783	7.783	-	7.032	7.032
Demais passivos não circulante	23.563	(1)	23.562	25.449	-	25.449
	<b>23.563</b>	<b>10.207</b>	<b>33.770</b>	<b>25.449</b>	<b>7.068</b>	<b>32.517</b>
<b>Patrimonio líquido (a) (b)</b>	<b>228.664</b>	<b>(1.503)</b>	<b>227.161</b>	<b>265.071</b>	<b>2.244</b>	<b>267.315</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>303.995</b>	<b>8.756</b>	<b>312.751</b>	<b>330.524</b>	<b>7.032</b>	<b>337.555</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)**

Demonstração do resultado	31/12/2015		
	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida (a)	124.260	(4.987)	119.273
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(74.945)	-	(74.945)
	<b>49.315</b>	<b>(4.987)</b>	<b>44.328</b>
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(55.935)	0	(55.935)
Receitas (despesas) operacionais (a)	12.731	0	12.731
<b>Lucro bruto</b>	<b>6.111</b>	<b>(4.987)</b>	<b>1.124</b>
Resultado Financeiro	10.597	630	11.227
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>16.708</b>	<b>(4.357)</b>	<b>12.351</b>
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes (b)	(121)	(3.411)	(3.532)
Diferido (b)	-	(2.389)	(2.389)
Reversão de juros sobre capital próprio	-	4.448	4.448
Lucro líquido do exercício	<b>16.587</b>	<b>(5.709)</b>	<b>10.878</b>

(a) Reconhecimento a menor do passivo setorial no montante líquido de R\$ 4.295 e reconhecimento a maior do ativo setorial no montante líquido de R\$ 64, gerando um efeito no lucro antes dos impostos no montante de R\$ 4.359 por conta de (i) diferenças provenientes do mecanismo de bandeiras tarifárias, no montante de R\$ 1.990 (ii) erro na atualização pela taxa Selic aplicada aos saldos amortizados no montante de R\$ 236; e (iii) erro no cálculo da CVA por neutralidade de encargos, no montante de R\$ 2.133.

(b) De acordo com as orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia está refletindo em suas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 1º de janeiro de 2015 o reconhecimento dos impostos de renda e contribuição social diferidos decorrentes de provisões e diferenças temporárias por conta da Lei 12.973 que revogou o Regime Tributário de Transição. A Companhia também está refletindo em suas demonstrações financeiras os respectivos ajustes na reserva legal, nos dividendos mínimos obrigatórios no patrimônio líquido e nos dividendos a pagar no passivo.

(c) Através da publicação do Despacho de Encerramento nº 3371 de 2016, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, alterou a divulgação das Obrigações Vinculadas a Concessão do Serviço Público no Balanço Patrimonial, a qual era apresentada como uma conta redutora do ativo imobilizado.

Os impactos nas demonstrações do resultado abrangente e nas demonstrações dos fluxos de caixa são decorrentes do ajuste no lucro líquido e os efeitos não são relevantes para a apresentação da reconciliação. Os ajustes demonstrados acima não provocaram efeitos nos totais das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos nas demonstrações de fluxo de caixa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)**

**3.2 Práticas contábeis específicas**

As práticas contábeis específicas utilizadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão descritas a seguir:

**Imobilizado em serviço:** Compreende o custo de aquisição ou construção, acrescido do valor de reavaliação compulsória registrado em 28 de setembro de 2015 movimentado por adições, baixas e depreciação até 31 de dezembro de 2016. Os bens e direitos em função do serviço são cadastrados e controlados em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015.

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução Normativa ANEEL nº 674 publicada em 11 de agosto de 2015. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos promovidos pela ANEEL de revisão das taxas de depreciação regulatória.

**Imobilizado em curso:** Os custos de mão de obra própria e serviços de terceiros são capitalizados como investimentos realizados no período. Os custos das áreas suporte e que são elegíveis para capitalização são apropriados como investimentos mensalmente proporcionais à alocação da mão de obra de instalação dos investimentos. A alocação dos custos é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

**Intangível:** Compreende servidão e software e são registrados ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

**Obrigações especiais vinculadas à concessão:** As obrigações especiais representam doações, subvenções e recursos pagos por terceiros para investimentos e cobertura dos custos necessários para atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. O saldo das contas de obrigações especiais é amortizado pela taxa média de depreciação dos ativos da conta de máquinas e equipamentos homologados pela ANEEL.

**Reserva de reavaliação:** É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social (vide nota 6).

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)**

**4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias**

A composição das Contas a Receber estão apresentadas como segue:

DESCR IÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					TOTAL 2016	TOTAL 2015
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
<b>Fornecimento de Energia</b>	<b>22.602</b>	-	<b>342</b>	<b>430</b>	<b>740</b>	<b>2.076</b>	<b>(3.126)</b>	<b>1.204</b>	<b>2.385</b>	-	<b>642</b>	<b>(715)</b>	<b>26.580</b>	<b>33.595</b>
- Residencial	7.885	-	217	355	593	1.718	(2.666)	138	396	-	487	(561)	8.562	9.636
- Industrial	2.077	-	43	18	33	44	(44)	6	1.962	-	28	(28)	4.139	9.591
- Comercial	3.503	-	77	49	102	298	(400)	1.052	23	-	124	(124)	4.704	5.091
- Rural	257	-	5	8	12	16	(16)	8	4	-	3	(3)	294	383
- Poderes Públicos	268	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	268	405
- Iluminação Pública	422	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	422	712
- Serviço Público	803	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	803	585
- Serviço Taxado	151	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	151	78
- Fornecimento Não Faturado	7.236	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.236	7.113
- ( - ) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	4.286	-	-	-	-	-	(3)	-	-	-	-	-	4.284	155
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento   Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>26.888</b>	-	<b>342</b>	<b>430</b>	<b>740</b>	<b>2.076</b>	<b>(3.129)</b>	<b>1.204</b>	<b>2.385</b>	-	<b>642</b>	<b>(715)</b>	<b>30.863</b>	<b>33.750</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados e está em conformidade com as Instruções da ANEEL a seguir resumidas:

- Clientes com débitos relevantes (grandes clientes): análise individual de saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.
- Para os demais casos: (a) Consumidores residenciais - vencidos há mais de 90 dias; (b) consumidores comerciais - vencidos há mais de 180 dias e (c) consumidores industriais, rurais, poder público, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais de 360 dias.



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)**

**5. Imobilizado**

**5.1 A composição do imobilizado é como segue:**

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015	Obriga- ções Especiais Brutas	Amorti- zação Acum.	Obriga- ções Especiais Líquidas
<b>Geração</b>	<b>99.530</b>	-	-	<b>24</b>	<b>(3)</b>	<b>99.551</b>	<b>24</b>	<b>(46.835)</b>	<b>52.716</b>	<b>55.659</b>	<b>(140)</b>	<b>33</b>	<b>(107)</b>
Terrenos	878	-	-	-	-	878	-	-	878	878	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	37.522	-	-	-	-	37.522	-	(15.224)	22.298	23.317	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	11.665	-	-	-	-	11.665	-	(4.956)	6.709	7.017	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	49.434	-	-	24	(3)	49.455	24	(26.629)	22.826	24.442	(140)	33	(107)
Veículos	6	-	-	-	-	6	-	(4)	2	3	-	-	-
Móveis e Utensílios	25	-	-	-	-	25	-	(22)	3	2	-	-	-
<b>Distribuição</b>	<b>153.821</b>	-	<b>(1.122)</b>	<b>9.285</b>	<b>(9.651)</b>	<b>152.333</b>	<b>8.163</b>	<b>(85.090)</b>	<b>67.243</b>	<b>72.160</b>	<b>(8.710)</b>	<b>1.937</b>	<b>(6.773)</b>
Terrenos	1.614	-	-	-	-	1.614	-	-	1.614	1.614	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	5.176	-	-	690	(690)	5.176	690	(2.377)	2.799	2.963	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	146.038	-	(1.119)	8.595	(8.959)	144.555	7.476	(81.943)	62.612	67.326	(8.710)	1.937	(6.773)
Veículos	255	-	-	-	-	255	-	(255)	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	738	-	(3)	-	(2)	733	(3)	(515)	218	257	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>11.196</b>	-	<b>(2)</b>	<b>1.603</b>	<b>(1.605)</b>	<b>11.192</b>	<b>1.601</b>	<b>(9.818)</b>	<b>1.374</b>	<b>1.566</b>	<b>(114)</b>	<b>114</b>	-
Terrenos	1.054	-	-	-	-	1.054	-	-	1.054	1.054	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.430	-	-	-	-	1.430	-	(1.210)	220	268	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	1.773	-	-	1.074	(1.074)	1.773	1.074	(1.712)	61	104	(114)	114	-
Veículos	6.688	-	-	529	(529)	6.688	529	(6.688)	-	93	-	-	-
Móveis e Utensílios	251	-	(2)	-	(2)	247	(2)	(208)	39	47	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>264.547</b>	-	<b>(1.124)</b>	<b>10.912</b>	<b>(11.259)</b>	<b>263.076</b>	<b>9.788</b>	<b>(141.743)</b>	<b>121.333</b>	<b>129.385</b>	<b>(8.964)</b>	<b>2.084</b>	<b>(6.880)</b>

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015	Obriga- ções Especiais Brutas	Amorti- zação Acum.	Obriga- ções Especiais Líquidas
<b>Geração</b>	<b>156</b>	<b>215</b>	-	<b>(27)</b>	-	<b>344</b>	<b>188</b>	-	<b>344</b>	<b>156</b>	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	17	60	-	(27)	-	50	33	-	50	17	-	-	-
Outros	139	155	-	-	-	294	155	-	294	139	-	-	-
<b>Distribuição</b>	<b>15.174</b>	<b>15.893</b>	-	<b>(9.286)</b>	-	<b>21.781</b>	<b>6.607</b>	-	<b>21.781</b>	<b>15.174</b>	-	-	<b>(156)</b>
Máquinas e Equipamentos	7.920	11.496	-	(8.596)	-	10.820	2.900	-	10.820	7.920	-	-	(156)
Outros	7.254	4.397	-	(690)	-	10.961	3.707	-	10.961	7.254	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>795</b>	<b>1.544</b>	-	<b>(1.344)</b>	-	<b>995</b>	<b>200</b>	-	<b>995</b>	<b>795</b>	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	553	337	-	(815)	-	75	(478)	-	75	553	-	-	-
Outros	242	1.207	-	(529)	-	920	678	-	920	242	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>16.125</b>	<b>17.652</b>	-	<b>(10.657)</b>	-	<b>23.120</b>	<b>6.995</b>	-	<b>23.120</b>	<b>16.125</b>	-	-	-
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>280.672</b>	<b>17.652</b>	<b>(1.124)</b>	<b>255</b>	<b>(11.259)</b>	<b>286.196</b>	<b>16.783</b>	<b>(141.743)</b>	<b>144.454</b>	<b>145.511</b>	<b>(9.120)</b>	<b>2.084</b>	<b>(6.880)</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)**

**5.2 A composição do intangível é como segue:**

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti- zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>										
<b>Geração</b>	5	-	-	-	-	5	-	(5)	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do Bem Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	5	-	-	-	-	5	-	(5)	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Distribuição</b>	2.384	-	-	355	(355)	2.384	355	(2.120)	264	264
Servidões	264	-	-	-	-	264	-	-	264	264
Softw ares	2.120	-	-	355	(355)	2.120	355	(2.120)	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Adminis tração</b>	309	-	-	-	-	309	-	(309)	-	-
Softw ares	309	-	-	-	-	309	-	(309)	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>2.698</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>355</b>	<b>(355)</b>	<b>2.698</b>	<b>355</b>	<b>(2.434)</b>	<b>264</b>	<b>264</b>
<b>Ativo Intangível em Curso</b>										
<b>Adminis tração</b>	255	3	-	(258)	-	-	(255)	-	-	255
Softw ares	255	3	-	(258)	-	-	(255)	-	-	255
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>255</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>(258)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(255)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>255</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>2.953</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>97</b>	<b>(355)</b>	<b>2.698</b>	<b>100</b>	<b>(2.434)</b>	<b>264</b>	<b>519</b>

**DME DISTRIBUIÇÃO S.A. - DMED**

Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2016

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**(Em milhares de Reais)**

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/201	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/201	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
<b>AIS Bruto</b>	<b>146.038</b>	<b>-</b>	<b>(1.119)</b>	<b>8.595</b>	<b>(8.959)</b>	<b>144.555</b>	<b>7.476</b>
Transformador de Distribuição	10.739	-	(338)	1.474	-	11.875	1.136
Medidor	8.309	-	(180)	1.886	-	10.015	1.706
Redes Baixa Tensão ( < 2,3 kV)	18.825	-	(201)	1.666	-	20.290	1.465
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	37.650	-	(400)	3.333	-	40.583	2.933
Redes Alta Tensão (69 kV)	2.772	-	-	-	-	2.772	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	4.718	-	-	-	-	4.718	-
Redes Alta Tensão ( >= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	800	-	-	-	-	800	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	15.284	-	-	-	-	15.284	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	42.473	-	-	-	-	42.473	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	4.468	-	-	236	(8.959)	(4.255)	236
<b>Obrigações Especiais do AIS Bruto</b>	<b>(8.950)</b>	<b>505</b>	<b>-</b>	<b>(265)</b>	<b>-</b>	<b>(8.710)</b>	<b>240</b>
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(5.966)	(8)	-	(265)	-	(6.239)	(273)
Outros	(2.984)	513	-	-	-	(2.471)	513
Originadas da Receita	(2.984)	513	-	-	-	(2.471)	513
Ultrapassagem de demanda	(918)	207	-	-	-	(711)	207
Excedente de reativos	(1.953)	306	-	-	-	(1.647)	306
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(113)	-	-	-	-	(113)	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

**DME DISTRIBUIÇÃO S.A. - DMED**

Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2016

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)**

A composição das adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2016			2015
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Geração	47,05%	99.551	(46.835)	52.716	55.659
Custo Histórico		99.551	(46.835)	52.716	55.659
Correção Monetária Especial					
Reavaliação					
Distribuição	55,86%	152.333	(85.090)	67.243	72.160
Custo Histórico		152.333	(85.090)	67.243	72.160
Correção Monetária Especial					
Reavaliação					
Administração	87,72%	11.192	(9.818)	1.374	1.566
Custo Histórico		11.192	(9.818)	1.374	1.566
Correção Monetária Especial					
Reavaliação					
		<b>263.076</b>	<b>(141.743)</b>	<b>121.333</b>	<b>129.385</b>
<b>Em Curso - R\$ Mil</b>					
Geração				344	156
Distribuição				21.782	15.175
Administração				995	795
		-	-	23.121	16.126
		<b>263.076</b>	<b>(141.743)</b>	<b>144.454</b>	<b>145.511</b>

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação / Amortização	Outros Gastos	Total
Software				3			3
Terrenos							-
Reservatórios, Barragens e Adutoras							-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	39	403	84	22			548
Máquinas e Equipamentos	4.395	3.948	2.874	718			11.935
Veículos		1.195		12			1.207
Móveis e Utensílios							-
A Ratar							-
Desenvolvimento de Projetos		85	43	4			132
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	(222)		1	1			(220)
Material em Depósito	3.435			663			4.098
Compras em Andamento		(51)	44	1			(6)
Adiantamentos a Fornecedores							-
Depósitos Judiciais							-
Outros				3			3
<b>Total das Adições</b>	<b>7.647</b>	<b>5.580</b>	<b>3.046</b>	<b>1.427</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17.700</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)**

**Nota:** A DME Distribuição S/A – DMED não executou nenhuma reavaliação de elementos de ativos imobilizados, nas contas do imobilizado em curso.

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 2015, são as seguintes:

	<b>Taxas Anuais de depreciação (%)</b>
<b>Geração</b>	
Equipamento Geral	6,25%
Equipamentos da tomada d'água	3,70%
Estrutura da tomada d'água	2,86%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%
Turbina hidráulica	2,50%
<b>Transmissão</b>	
Condutor do Sistema	N/A
Equipamento Geral	N/A
Estrutura do Sistema	N/A
Religadores	N/A
<b>Distribuição</b>	
Banco de Capacitores (Tensão inferior a 69 KV)	6,67%
Chave de Distribuição	6,67%
Condutor do Sistema (Tensão inferior a 69 KV)	3,57%
Estrutura do Sistema (Tensão inferior a 69 KV)	3,57%
Regulador de Tensão	4,35%
Transformador de Distribuição	4,00%
<b>Administração central</b>	
Edificação	3,33%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento de informática	16,67%
Urbanização e benfeitorias	3,33%
Veículos	14,29%
<b>Comercialização</b>	
N/A	N/A

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)**

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	em R\$ mil
1. MEDIDOR - MEDIDOR ELETRÔNICO - ENERGIA - BIFÁSICO (1.906 UNIDADES)	797
2. MICROCOMPUTADOR DELL OPTILEX 9020 (75 UNIDADES)	418
3. EDIFICAÇÃO DENOMINADA LABORATÓRIO DE MEDIÇÃO COM 374,79 M²	382
4. EDIFICAÇÃO DENOMINADA SUPERVISÃO DE SISTEMAS COM 251,25 M²	256
5. LICENÇA DE SOFTWARE EW TAC E OS NMS R-50 / 97003R-50	192
6. CALIBRADOR PORTATIL	187
7. UNIDADE DE ARMAZENAMENTO DELL DR4300 18TB	146
8. CONDUTOR - INFERIOR A 69 KV - ALUMINIO - PROTEGIDO - EPR - 150 MM2 - MONOFASICO (7.320 METROS)	144
9. CONDUTOR - INFERIOR A 69 KV - ALUMÍNIO - ISOLADO - XLPE - 240 MM² - MONOFASICO (870 METROS)	70
10. MEDIDOR - MEDIDOR ELETRÔNICO - ENERGIA - TRIFÁSICO (154 UNIDADES)	66

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	em R\$ mil		
	VALOR ORIGINAL	DEPRECIÇÃO	LÍQUIDO
1. TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO - AEREO - 13,8kV - 220/127 V - 225 KVA - TRIFASICO - CONVENCIONAL (1 UNIDADE)	34	8	26
2. TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO - AEREO - 13,8kV - 220/127 V - 30 KVA - TRIFASICO - CONVENCIONAL (2 UNIDADES)	28	10	18
3. CHAVE - SECCIONADORA - 15kV - 600A - TRIFASICO - MANUAL - A ÓLEO (1 UNIDADE)	16	5	11
4. CONDUTOR - INFERIOR A 69 KV - ALUMINIO - PROTEGIDO - EPR - 150 MM² - MONOFASICO (763 METROS)	15	4	11
5. MEDIDOR - MEDIDOR ELETRÔNICO - ENERGIA - BIFÁSICO (74 UNIDADES)	13	5	8
6. MEDIDOR - MEDIDOR ELETROMECÂNICO - ENERGIA - MONOFÁSICO (400 UNIDADES)	12	12	0
7. CONDUTOR - INFERIOR A 69 KV - ALUMINIO - ISOLADO - XLPE - 50 MM2 - MONOFASICO (870 METROS)	12	4	8
8. MEDIDOR - MEDIDOR ELETRÔNICO - ENERGIA - TRIFÁSICO (61 UNIDADES)	12	5	7
9. MEDIDOR - MEDIDOR ELETROMECÂNICO - ENERGIA - TRIFÁSICO (75 UNIDADES)	6	6	0
10. TRANSFORMADOR DE MEDIDA - TRANSFORMADOR DE CORRENTE - 15kV - até 60:1 - anterior até 200-5A - 0,3C12,5 - INTERNO (4 UNIDADES)	6	1	5

**6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais**

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

**a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”**

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de outubro de 2015 a outubro de 2016, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último processo tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação/devolução da Parcela “A” foi iniciada em 22 de novembro de 2016, a partir da homologação das tarifas.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)**

Os créditos/débitos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos/devolvidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo/passivo para o resultado.

**b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais**

*i) Neutralidade da Parcela A*

A Neutralidade da Parcela A é calculada com relação à variação de mercado no período de referência, consideradas as diferenças mensais entre os valores faturados de cada item da Parcela A e os respectivos valores contemplados no reajuste ou revisão tarifária anterior.

*ii) Sobrecontratação*

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição.

*iii) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária*

A ANEEL autorizou a empresa, por meio da Resolução Homologatória nº 2174 de 22 de novembro de 2016, a aplicar em suas tarifas de fornecimento, a partir de 22 de novembro de 2016, reajuste médio de -29,13%, sendo -7,28% relativos ao índice de reajuste tarifário e -21,85% relativos aos componentes financeiros pertinentes, dentre os quais, a CVA, representando o total de -R\$ 15.368.146,54, sendo composta por 2 parcelas: a CVA em processamento, relativa ao ano tarifário 2015-2016, no valor de R\$ 213.841,59, e o saldo a compensar da CVA de períodos anteriores no valor de -R\$ 15.581.988,13.

**DME DISTRIBUIÇÃO S.A. - DMED**

Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2016

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)**

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2015	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
<b>CVA Ativa</b>	<b>24.939</b>	<b>(3.158)</b>	<b>(22.086)</b>	<b>129</b>	<b>2.610</b>	<b>2.435</b>	<b>2.239</b>	<b>195</b>	<b>2.435</b>	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	13.487	(829)	(14.586)	(281)	2.210	0	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	5.114	(4.555)	-	(560)	-	0	-	-	-	-
Proinfa	234	826	(371)	117	(23)	784	784	-	784	-
Transporte Rede Básica	1.044	1.138	(1.727)	(103)	-	352	228	123	352	-
Transporte de Energia - Itaipu	101	93	(105)	6	-	95	84	11	95	-
ESS	1.119	(227)	(274)	1.033	(542)	1.109	1.109	-	1.109	-
CDE	3.816	347	(4.988)	(87)	966	55	-	55	55	-
CFURH	24	48	(36)	5	-	41	34	7	41	-
<b>Demais Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>9.289</b>	<b>4.189</b>	<b>(9.782)</b>	<b>185</b>	<b>-</b>	<b>3.881</b>	<b>2.754</b>	<b>1.126</b>	<b>3.881</b>	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	377	4.189	(870)	185	-	3.881	2.754	1.126	3.881	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	8.912	-	(8.912)	-	-	(0)	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>34.228</b>	<b>1.031</b>	<b>(31.868)</b>	<b>314</b>	<b>2.610</b>	<b>6.316</b>	<b>4.993</b>	<b>1.322</b>	<b>6.315</b>	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2015	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
<b>CVA Passiva</b>	<b>(9.515)</b>	<b>(16.794)</b>	<b>8.850</b>	<b>(2.644)</b>	<b>(7.363)</b>	<b>(27.467)</b>	<b>(21.668)</b>	<b>(5.799)</b>	<b>(27.467)</b>	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	(3.920)	(12.496)	2.534	(1.663)	(2.210)	(17.755)	(15.256)	(2.499)	(17.755)	-
Custo da Energia de Itaipu	(172)	277	-	22	(127)	-	-	-	-	-
Proinfa	(23,28)	(28)	-	(3)	23	(31)	-	(31)	(31)	-
Transporte Rede Básica	(182)	161	-	21	-	0	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	(5.183)	(732)	4.634	(670)	500	(1.451)	-	(1.451)	(1.451)	-
CDE	(34)	(3.976)	1.681	(351)	(5.549)	(8.230)	(6.412)	(1.818)	(8.230)	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Demais Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>(4.227)</b>	<b>(60)</b>	<b>53</b>	<b>(1.280)</b>	<b>-</b>	<b>(5.514)</b>	<b>(971)</b>	<b>(4.543)</b>	<b>(5.514)</b>	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	-	(636)	-	(7)	-	(643)	-	(643)	(643)	-
Sobrecontratação de Energia	(4.227)	2.319	53	(1.072)	-	(2.927)	(971)	(1.956)	(2.927)	-
Receita de Ultrapassagem de Demanda e Exo-Bandeiras Tarifárias	-	(1.744)	-	(201)	-	(1.945)	-	(1.945)	(1.945)	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>(13.742)</b>	<b>(16.854)</b>	<b>8.902</b>	<b>(3.924)</b>	<b>(7.363)</b>	<b>(32.981)</b>	<b>(22.638)</b>	<b>(10.343)</b>	<b>(32.981)</b>	-

## 7. Reembolso Subsídios Tarifários

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis ao serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em cumprimento ao disposto no art. 1º do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013.



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)**

Tais subsídios referem-se aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica e referente ao equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, os quais são homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em dezembro de 2016 a DMED encerrou o respectivo exercício social com um saldo a receber registrado no ativo circulante de R\$ 1.885 mil para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis e R\$ 1.002 mil referente à redução das tarifas.

**8. Superávit do Plano de Benefício Definido**

Autorizada pela Lei Municipal nº 5.428, de 30 de setembro de 1993, a DME Distribuição S.A. patrocina dois planos de benefícios distintos, cujo objetivo é proporcionar a complementação de aposentadoria dos empregados que, após terem cumprido as exigências do plano, sejam elegíveis ao benefício. A Companhia, dado o seu porte, participa de um fundo multipatrocinado.

De acordo com o CPC 33, os saldos de ativos e passivos relacionados ao plano de benefício definido devem seguir as diretrizes de reconhecimento contábil conforme definido pela norma, atendendo as premissas contratuais e as exigências regulamentares. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia obteve um laudo atuarial preparado por especialistas externos que indica um montante de ativos e passivos atuariais de R\$ 14.512 e de R\$ 1.421, respectivamente.

A Companhia e os administradores do fundo de pensão estimam que os recursos relacionados ao excedente patrimonial (*superávit*) tiveram sua origem por conta da migração de uma grande parte dos participantes para o plano de benefícios da modalidade de contribuição definida em anos anteriores, tendo em vista, que a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 20 trouxe a necessidade de alterar o regulamento do plano de benefício DME quanto a elegibilidade e forma de cálculo dos benefícios programados. Com a alteração do Regulamento aprovado pelo Ministério de Previdência Social, verificou-se que houve um impacto nas reservas matemáticas, o qual foi sanado pela patrocinadora na ordem de R\$ 1.990 durante o exercício social de 2000. Considerando que os participantes estavam com uma contribuição normal elevada e que esta teria que ser paritária, foi solicitado a SUPREV, estudos para a implantação de um plano de benefícios na modalidade Contribuição Definida. Esse estudo foi realizado e aprovado pela PREVIC/ MPS gerando o Plano de Benefício DME II, para o qual a grande maioria dos participantes migraram. Os valores aportados pela patrocinadora para o Plano de Benefícios DME durante o exercício social de 2000, atualizados pela meta atuarial perfazem o montante de R\$ 18.140. Esse valor posicionado em dezembro de 2016 pela CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados resulta em um superávit de R\$ 13.092;

Demonstra-se assim, que mais de 50% do aporte realizado pela patrocinadora, foi para atender a melhoria dos benefícios gerada pela Emenda Constitucional nº 20, bem como para a redução da contribuição normal por parte dos participantes.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)**

Em 21 de novembro de 2012, a SUPREV encaminhou processo à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, com o objetivo de obter aprovação quanto à destinação da Reserva Especial do Plano de Benefícios nº 006-DME. A Companhia aguarda a homologação e aprovação final da PREVIC quanto a destinação desse superávit.

Durante os exercícios sociais de 2014 a 2016, a Companhia vem reconhecendo apenas 50% do seu valor superavitário conforme estabelece a Resolução CGPC nº 26/2008, conjugada com o especificado na Interpretação Técnica nº ICPC 20, até que haja manifestação favorável da PREVIC quanto ao processo de destinação ao patrocinador.

Segue abaixo a movimentação do plano de benefício definido:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Cobertura	(1.421)	(773)
Valor Justo dos Ativos em excesso aos montantes das obrigações	14.513	12.247
Valor Presente da obrigação descoberta	<u>13.092</u>	<u>11.474</u>
Ganhos Atuariais não reconhecidos	-	-
<b>Ativo Actuarial Líquido</b>	13.092	11.474
Reserva de Contingência	-	-
<b>Ativo do Plano</b>	<u>13.092</u>	<u>11.474</u>
Mudança no efeito do teto de ativo (Asset Ceiling)	<u>(8.861)</u>	<u>(7.564)</u>
<b>Ativo/ (Passivo) Líquido reconhecido</b>	<b>4.231</b>	<b>3.910</b>

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

<b>Valor Justo dos ativos do plano em 31/12/2015</b>	<b>12.247</b>
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	1.676
Contribuições Recebidas pelo fundo	-
Benefícios Pagos pelo fundo	(27)
Ganhos/ (Perdas) atuariais sobre os ativos do plano	616
	<u>14.512</u>
<b>Valor presente da Obrigação em 31/12/2015</b>	<b>773</b>
Custo dos Juros	108
Custo do Serviço Corrente	29
Benefícios Pagos pelo Fundo	(27)
(Ganhos)/Perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	539
<b>Valor presente da Obrigação em 31/12/2016</b>	<u>1.422</u>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

**DME DISTRIBUIÇÃO S.A. - DMED**

Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2016

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)**

<b>Premissas Atuariais</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015 (reapresentado)</b>
Taxa Nominal de Desconto atuarial	10,79%	13,70%
Taxa Real de Juros	5,72%	6,99%
Inflação medida	4,80%	6,27%
Taxa Nominal de Rendimento Esperado para os Ativos do Plano Rataatividade	10,79%	13,70%
Taxa Nominal de Progressão Salarial para Participantes Ativos	-	-
Taxa Nominal de Progressão Salarial para Participantes Autopatrocinaados	2,00%	2,00%
Fator de Capacidade para Salários	-	-
Fator de Capacidade para Benefícios	-	-
Tábua de Mortalidade Participantes Ativos e Assistidos	AT-2000	AT-2000

**Plano de contribuição definida**

Para o plano de contribuição definida, o regime financeiro é de capitalização e repartição dos benefícios e os custos são realizados paritariamente pelos participantes e pela patrocinadora.

O valor atuarial do plano de benefícios de contribuição definida era de R\$ 36.445 no exercício de 2015 e no exercício de 2016 é de R\$ 44.436.

**9. Empréstimos e Financiamentos**

A DMED não possui empréstimos e financiamentos.

**9.1 Abertura dos Ativos Financeiros**

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal+ Juros LP	Saldo Total	Adim-plente?	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização						
														2018	2019	2020	2021	2022	2022+	Total
Ativos Financeiros	-	73.020	-	73.020										-	-	-	-	-	-	-
Caixa e Aplicações Financeiras	-	73.020	-	73.020	sim	n/a								-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final de Caixa - Conta 111		73.020		73.020																
Aplic. Franc. CDB				-																
Aplic. Franc. Fundos DI				-																
Aplic. Franc. Outros Fundos de Invest.				-																
Aplic. Franc. ou Ativo Financ. 01				-																
Aplic. Franc. ou Ativo Financ. 02				-																
Mútuos Ativos	-	-	-	-	n/a	n/a								-	-	-	-	-	-	-
Mútuos 01				-																
Mútuos 02				-																

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)**

**10. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

Diferenças Temporárias	<u>2016</u>	<u>2015</u> (Reapresentado)	<u>2014</u> (Reapresentado)
Provisões	13.382	7.983	9.409
Previd. Privada	(2.677)	(1.137)	-
Atualização do Ativo Financeiro	1.389	622	1.904
Ativos/Passivos Regulatórios	-	(16.388)	(16.953)
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	-	1.788	5.532
<b>Base Impostos Diferidos</b>	<b><u>12.094</u></b>	<b><u>(7.132)</u></b>	<b><u>(108)</u></b>
Aliquota aplicável	-	-	-
Imposto diferido ativo (passivos) líquido	<u>4.112</u>	<u>(2.425)</u>	<u>(36)</u>
Total despesa imposto diferido líquido	<u>6.537</u>	<u>(2.389)</u>	

**11. Provisões para Litígios**

A Companhia registrou provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, as quais foram constituídas mediante as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processo em que a Companhia, tenha probabilidade de perda mais provável do que não na opinião dos assessores legais e da Administração.

	<u>31/12/15</u>	Constituição de provisão	Realização Pagamentos	Reversão da Provisão	Encargos/Desp. Financeiras/IRRF/INSS	<u>31/12/16</u>
Cíveis	2.447	155	(25)	(34)	-	2.543
Trabalhistas	4.385	298	(150)	(856)	-	3.677
<u>Tributárias:</u>						
Federal	15.940	3.083	-	-	-	19.023
Estadual	626	401	-	-	-	1.027
Municipal	-	-	-	-	-	-
	<u>23.398</u>	<u>3.937</u>	<u>(175)</u>	<u>(890)</u>	<u>-</u>	<u>26.270</u>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)**

O sumário dos principais assuntos que são parte da provisão para contingências são:

**a. Cíveis**

A Companhia discute questões de diversas naturezas que, com base na avaliação dos seus assessores jurídicos e seguindo critérios definido pela Administração, são consideradas de risco de perda provável e, portanto, são provisionadas. Os valores estimados dessas contingências são de R\$ 2.543. As ações cíveis classificadas pelos assessores jurídicos como risco de perda possível é de R\$ 173.

**b. Trabalhistas**

As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, reajuste salarial acordo coletivo, dentre outras reivindicações), que com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, seguindo os critérios definidos pela Administração são considerados com risco de perda provável, e portanto, provisionadas em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$ 3.677 (R\$ 4.385 em 2015). As ações trabalhistas classificadas pelos assessores jurídicos como risco de perda possível é de R\$ 155.

**c. Fiscais - Não recolhimento de Tributos Federais**

Em 15 de dezembro de 2004 foi lavrado pela Secretaria da Receita Federal contra o então Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas - DME, auto de infração alegando o não recolhimento de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, para os períodos de 1999 a 2004 e 2007 a 2010. Ocorre que entre 2007 e 2010 a Companhia gozava de imunidade tributária para o recolhimento dos referidos impostos, no entanto, o Fisco lavrou Auto de Infração descaracterizando a imunidade (reciproca) da Companhia.

Em 2014, baseada em decisão final do CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, favorável à Companhia, foi efetuada reversão de parte do valor inicialmente provisionado. Dessa forma, a Companhia, mantém provisionado o montante de R\$ 15.890 referente aos autos de 2007 a 2010 para o correspondente aos itens não julgados procedentes pelo CARF.

**d. Fiscais – Não Recolhimento de INSS Terceiras Entidades**

A DMED sofreu fiscalização da Receita Federal, no que tange aos recolhimentos de contribuições previdenciárias. Sendo assim, foi identificado pelo Fisco, a falta de recolhimento de INSS Terceiras Entidades relativo ao período de 04/2004 a 09/2008. Para este Auto, o montante quantificado pelos Assessores Jurídico da Companhia e classificado como risco provável de perda está na ordem de R\$ 3.083 e foi contabilizado pela Companhia.

O valor estimado das ações fiscais classificadas pelos assessores jurídicos como risco de perda possível é de R\$ 159.743.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)****12. Encargos Regulatórios**

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - COFURH	260	145
Quota da CDE	1.340	2.602
Taxa de Fiscalização – ANEEL	26	25
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias	-	33
Demais Encargos Setoriais	21	21
<b>Total</b>	<b>1.647</b>	<b>2.826</b>

(\*) A elevação da cota da CDE em 2015, se explica tanto pelo aumento das despesas quanto pela redução das receitas não tarifárias. As despesas abarcadas pela Conta de Desenvolvimento Energético – CDE são: indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis – CCC. Dentre as receitas, a diferença mais representativa se deve à previsão de não haver aportes do Tesouro Nacional.

**13. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Programas de Eficiência Energética (PEE)**

O saldo da conta de P&D e PEE estão assim apresentados:

<b>PESQUISA E DESENVOLVIMENTO</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	46	32
Ministério de Minas e energia - MME	23	16
Recursos em Poder da Empresa	2.612	2.227
	<b>2.681</b>	<b>2.275</b>
<b>PROGRAMA DE EFICIENCIA ENERGÉTICA</b>	<b>3.396</b>	<b>3.768</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)**

**14. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica**

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
<b>Em serviço</b>	23,25%	(8.965)	-	-	(8.965)
Participação da União, Estados e Municípios	23,57%	(140)			(140)
Participação Financeira do Consumidor	22,36%	(5.107)			(5.107)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	53,48%	(1.135)			(1.135)
Programa de Eficiência Energética - PEE Pesquisa e Desenvolvimento	100,00%	(112)			- (112)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica					-
Outros	7,69%	(2.471)	-	-	(2.471)
Ultrapassagem de demanda	6,61%	(711)			(711)
Excedente de reativos	6,56%	(1.647)			(1.647)
Diferença das perdas regulatórias					-
Outros	30,97%	(113)			(113)
<b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>		2.084	-	-	2.084
Participação da União, Estados e Municípios		33			33
Participação Financeira do Consumidor		1.142			1.142
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		607			607
Programa de Eficiência Energética - PEE Pesquisa e Desenvolvimento		112			- 112
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica					-
Outros		190	-	-	190
Ultrapassagem de demanda		47			47
Excedente de reativos		108			108
Diferença das perdas regulatórias					-
Outros		35			35
<b>Total</b>		<b>(6.881)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.881)</b>

**DME DISTRIBUIÇÃO S.A. - DMED**

Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2016

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)**

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti- zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
<b>Em curso</b>	(285)	(135)	-	264	-	(156)	129	-	(156)	(285)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(48)	(340)	-	264	-	(124)	(76)	-	(124)	(48)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	(28)	(4)	-	-	-	(32)	(4)	-	(32)	(28)
Valores Não Aplicados	(209)	209	-	-	-	-	209	-	-	(209)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	(65)	65	-	-	-	-	65	-	-	(65)
Excedente de reativos	(144)	144	-	-	-	-	144	-	-	(144)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	(285)	(135)	-	264	-	(156)	129	-	(156)	(285)

**As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:**

Descrição do bem	em R\$ mil
1. Elos Construtora e Empreendimentos Imobiliários Ltda.	238
2. Vital Incorporadora e Administradora Ltda.	26
3. Anderson José de Oliveira	6
4. Auto Onmibus Circulare Poços de Caldas	2

## 15. Patrimônio Líquido

### Capital Social

O capital social da Companhia é integralmente subscrito pelo acionista e controlador DME Poços de Caldas Participações S.A., o qual está assim representado:

	Quantidade de ações	Valor
Capital Subscrito	476.785.114	222.950
Capital Social	476.785.114	222.950



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)**

**Reserva de Capital**

A reserva de capital é formada basicamente pela remuneração do capital próprio aplicado em imobilização em curso e em bens para uso futuro nos serviços concedidos.

**Reserva de Lucros**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

**Reserva de Reavaliações – VNR**

Constituída de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.367 de 09 de outubro de 2012 - ANEEL, representa a diferença entre o valor original contábil e o valor de mercado em uso, dos bens que integram o sistema elétrico da concessionária.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Valor Novo de Reposição - VNR - Intangível	(1.557)	(1.873)
Valor Novo de Reposição - VNR - Terrenos	(2.332)	(2.332)
Valor Novo de Reposição - VNR - Reservatórios, Barragens e Adutoras	5.135	5.314
Valor Novo de Reposição - VNR - Edificações	(15.310)	(15.264)
Valor Novo de Reposição - VNR - Máquinas e Equipamentos	(40.611)	(32.906)
Valor Novo de Reposição - VNR - Veículos	(552)	(84)
Valor Novo de Reposição - VNR - Móveis e Utensílios	(555)	(591)
	<u>(55.782)</u>	<u>(47.736)</u>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)**

**16. Receita Operacional Bruta**

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
						(reapresentado)
<b>Fornecimento - Faturado</b>	<b>73.274</b>	<b>72.497</b>	<b>320.161</b>	<b>399.638</b>	<b>219.866</b>	<b>215.332</b>
Residencial	66.049	65.037	118.832	118.340	92.298	79.102
Industrial	352	380	80.065	152.418	54.969	72.001
Comercial	5.610	5.806	75.535	81.447	52.045	45.107
Rural	724	724	6.163	6.669	2.939	2.805
Poder público	428	440	6.367	5.826	4.179	3.405
Iluminação pública	10	10	19.415	20.327	7.285	6.964
Serviço público	101	100	13.784	14.611	6.151	5.948
<b>Suprimento Faturado (Energia CCEE)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.843</b>	<b>12.641</b>
<b>Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.802</b>	<b>6.551</b>
Consumidores Cativos	-	-	-	-	-	-
Consumidores Livres	10	1	-	-	8.452	5.680
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	351	871
Permissionárias	-	-	-	-	-	-
<b>Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>(-) Transferências</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.023)</b>	<b>(978)</b>
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(358)	(335)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(665)	(643)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias	-	-	-	-	-	-
<b>Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>124</b>	<b>2.807</b>
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	(31.413)	3.190
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	(8.912)	(5.920)
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.	-	-	-	-	(1.108)	2.733
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	1.355	1.215
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>73.284</b>	<b>72.498</b>	<b>320.161</b>	<b>399.638</b>	<b>198.534</b>	<b>237.570</b>

**17. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE**

As operações na CCEE realizadas em 2016 e 2015 são como segue:

	31/12/2016		31/12/2015	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Compra	-	-	12.588	2.892
Venda	85.654	10.843	39.415	12.641

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)****18. Pessoal e Administradores**

<b>Pessoal e Administradores</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Pessoal</b>	<b>34.317</b>	<b>30.079</b>
Remuneração	16.671	15.913
Encargos	6.845	6.430
Previdência privada	1.562	1.345
Previdência - Déficit ou superávit atuarial	-	59
Assistência médica e Outros Benefícios	1.888	1.805
Programa de demissão voluntária	2.165	-
Despesas rescisórias	879	33
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	1.571	506
Auxílio Alimentação	2.927	2.789
Provisões de Férias e 13º salário	3.500	3.591
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
(-) Transferência para Imobilização em Curso	(4.171)	(2.970)
Outros	480	580
<b>Administradores</b>	<b>761</b>	<b>1.032</b>
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	546	726
Benefícios dos administradores	103	151
Provisões de Férias e 13º salário	112	156
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
<b>Total</b>	<b>35.078</b>	<b>31.112</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)****19. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social**

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrado a seguir:

	2016	
	IRPJ	CSLL
Lucro Antes dos Tributos	3.956	3.956
(+) JCP	845	845
	4.801	4.801
Adições	48.932	48.932
Exclusões	<u>(25.777)</u>	<u>(25.777)</u>
<b>Base de Cálculo</b>	27.956	27.956
Aliquota Aplicável	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	4.193	2.516
Adicional de 10% conforme previsto pela legislação	2.772	-
Incentivos Fiscais	<u>(184)</u>	-
Total Impostos Correntes	<u>6.781</u>	<u>2.516</u>

	2015	
	IRPJ	CSLL
Lucro Antes dos Tributos	13.632	13.632
(+) JCP	4.448	4.448
	18.080	18.080
Adições	2.098	2.098
Exclusões	<u>(9.721)</u>	<u>(9.721)</u>
<b>Base de Cálculo</b>	10.457	10.457
Aliquota Aplicável	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	1.568	941
Adicional de 10% conforme previsto pela legislação	1.023	-
Total Impostos Correntes	<u>2.591</u>	<u>941</u>

**Nota: A DMED adota o resultado societário para cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social.**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)****20. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade**

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos a Demonstração do Resultado do Exercício Segregado por atividade e simplificada - até a rubrica de Resultado da Atividade - de 31 de dezembro de 2016:

<b>R\$ Mil em 2016</b>	<b>Geração</b>	<b>Distribuição</b>	<b>Total</b>
<b>Receita / Ingresso</b>	<b>38.155</b>	<b>160.377</b>	<b>198.533</b>
Fornecimento de energia elétrica	-	218.966	218.966
Suprimento de energia elétrica	27.242	(27.242)	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	10.843	-	10.843
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	-	8.802	8.802
Ativos e Passivos Regulatórios	70	(41.504)	(41.433)
Serviços cobráveis	-	277	277
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	1.078	1.078
<b>Tributos</b>	<b>(4.722)</b>	<b>(79.101)</b>	<b>(83.823)</b>
ICMS	-	(55.460)	(55.460)
PIS-PASEP	(842)	(4.176)	(5.018)
Cofins	(3.880)	(19.465)	(23.345)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>	<b>(1.409)</b>	<b>(28.602)</b>	<b>(30.011)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	(423)	(423)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	(423)	(423)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	-	(27.469)	(27.469)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(1.329)	-	(1.329)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(80)	(230)	(310)
Conta Centralizadora dos Recursos das Bandeiras Tarifárias	-	(57)	(57)
<b>Receita líquida / Ingresso líquido</b>	<b>32.024</b>	<b>52.674</b>	<b>84.698</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)**

<b>Custos não gerenciáveis - Parcela "A"</b>	-	<b>(47.722)</b>	<b>(47.722)</b>
Energia elétrica comprada para revenda	-	(39.678)	(39.678)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	(8.044)	(8.044)
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>	<b>32.024</b>	<b>4.952</b>	<b>36.976</b>
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>	<b>13.611</b>	<b>(51.840)</b>	<b>(38.229)</b>
Pessoal e administradores	(7.258)	(27.820)	(35.078)
Material	(632)	(2.512)	(3.144)
Serviços de terceiros	(2.712)	(11.436)	(14.148)
Arrendamento e aluguéis	-	(21)	(21)
Seguros	(2)	(7)	(9)
Doações, contribuições e subvenções	(28)	(165)	(193)
Provisões	(350)	(3.525)	(3.875)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-	-
(-) Recuperação de despesas	2.359	1.257	3.616
Tributos	(100)	(2.348)	(2.448)
Depreciação e amortização	(2.744)	(4.367)	(7.111)
Gastos diversos	(382)	(896)	(1.277)
Outras Receitas Operacionais	27.735	-	27.735
Outras Despesas Operacionais	(2.275)	-	(2.275)
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>45.635</b>	<b>(46.888)</b>	<b>(1.253)</b>

**Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por Unidade de Negócio:**

A receita de fornecimento de energia elétrica é contabilizada inicialmente na atividade de distribuição.

Para a atividade de geração, o valor transferido da atividade de distribuição, resulta da multiplicação da geração das usinas da DMED (MW) pelo valor da tarifa de geração, a qual é conhecida através da publicação da Resolução Homologatória da concessionária a cada IRT – Índice de Reajuste Tarifário ou RTP – Revisão Tarifária Periódica, estabelecido no contrato de concessão.

Receita da Unidade	G	T	D	C	AV	Total
Geração - G	38.156	-	-	-	-	38.156
Transmissão - T	-	-	-	-	-	-
Distribuição - D	(27.242)	-	187.619	-	-	160.377
Comercialização - C	-	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas - AV	-	-	-	-	-	-
Total	10.914	-	187.619	-	-	198.533

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)**

**21. Revisão e Reajuste Tarifário**

**21.1 Tarifa da UHE Machadinho**

Em 27/10/2015, quando da deliberação da proposta tarifária referente à quarta revisão tarifária da DME-D, a ANEEL determinou a abertura de processo administrativo específico (Audiência Pública 066/2016), a ser conduzido pela SFF e SGT, sob a coordenação da primeira, para realizar a avaliação dos ativos de geração da UHE Machadinho e estabelecer o valor regulatório necessário à cobertura dos custos operacionais e dos custos de capital a ela referentes.

Na ocasião, fixou-se como diretriz que o valor relativo à compra de energia elétrica da UHE Machadinho utilizado na revisão tarifária periódica seria revisto, para mais ou para menos, com efeitos retroativos, via Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA energia no processo de Reajuste Tarifário de 2016.

Em 22/11/2016, através do Despacho 3026, a ANEEL aprovou o resultado da AP-066/2016 fixando a tarifa de Machadinho em R\$ 92,30/MWh (retroativa à 28/12/2015). O valor atualizado para 22/11/2016 ficou em R\$ 109,09/MWh.

**21.2 Processo de Reposicionamento Tarifário de 2016 - IRT**

A ANEEL deliberou em 22/11/2016 o resultado do Reajuste Tarifário da DMED. O efeito médio percebido pelos consumidores foi de -29,13%, sendo -32,07% para a alta tensão e -26,83% para a baixa tensão.

O efeito médio de -29,13% decorre: (i) do reajuste dos itens de custos de Parcela A e B, calculado conforme Índice de Reajuste Tarifário – IRT estabelecido no contrato de concessão; (ii) da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual reajuste tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes; e (iii) da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no processo de reajuste tarifário anual de 2015, que vigoraram até a data do reajuste em processamento.

A atualização dos custos de Parcela A e B resultou em um índice de reajuste tarifário de -7,28%, ao se ter como base de comparação para a Parcela A e a B na Data do Reajuste Anterior – DRA apenas os custos estabelecidos no reajuste de 2015. Desse índice de reajuste tarifário, a variação dos custos de Parcela A contribuiu para o efeito médio em -10,28% enquanto a variação de custos de Parcela B foi responsável em 3,01%.

Finalmente, os componentes financeiros contribuíram com -21,85%, sendo -13,71% referentes aos efeitos dos componentes financeiros do processo atual e -8,14% referentes aos efeitos da retirada dos componentes financeiros do processo anterior.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)**

**Resumo do IRT**

	DRA (R\$)		DRP (R\$)		Variacão	Participação no Reajuste	Participação na Receita
<b>PARCELA A [Encargos+Transmissão+Energia]</b>	<b>4,63</b>	<b>107.842.39</b>	<b>7,18</b>	<b>92.361.50</b>	<b>-14,36%</b>	<b>-10,28%</b>	<b>66,16%</b>
<b>Encargos Setoriais</b>	<b>5,52</b>	<b>42.397.35</b>	<b>8,40</b>	<b>41.623.01</b>	<b>-1,83%</b>	<b>-0,51%</b>	<b>29,81%</b>
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE		220.82 6,18		235.41 4,70	6,61%	0,01%	0,17%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (USO)		24.393.39 0,74		14.942.98 5,31	-38,74%	-6,28%	10,70%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (Decr. 7945/2013)		1.593.95 4,79		2.121.81 8,57	33,12%	0,35%	1,52%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (Conta-ACR)		8.748.00 1,63		11.149.22 9,15	27,45%	1,59%	7,99%
Compensação financeira - CFURH		270.06 1,04		526.35 1,61	94,90%	0,17%	0,38%
Encargos Serv. Sist. - ESS e Energ. Reserv. - EER		3.094.63 1,28		7.885.02 2,09	154,80%	3,18%	5,65%
PROINFA		2.844.80 2,84		3.822.52 1,06	34,37%	0,65%	2,74%
P&D, Efic.Energ e Ressarc.ICMS Sist.Isol.		1.231.68 7,02		939.67 5,90	-23,71%	-0,19%	0,67%
<b>Custos de Transmissão</b>		<b>6.150.55</b>		<b>6.333.63</b>	<b>2,98%</b>	<b>0,12%</b>	<b>4,54%</b>
		<b>6,54</b>		<b>9,72</b>			
Rede Básica		3.330.83 2,68		3.243.79 2,30	-2,61%	-0,06%	2,32%
Rede Básica Fronteira		1.164.31 3,71		1.319.13 1,38	13,30%	0,10%	0,94%
MUST Itaipu		995.83 5,88		1.095.88 2,65	10,05%	0,07%	0,78%
Transporte de Itaipu		469.49 0,14		488.29 2,08	4,00%	0,01%	0,35%
Conexão		190.08 4,13		186.54 1,32	-1,86%	-0,00%	0,13%
<b>Custos de Aquisição de Energia</b>		<b>59.294.48</b>		<b>44.404.84</b>	<b>-25,11%</b>	<b>-9,89%</b>	<b>31,81%</b>
		<b>2,58</b>		<b>9,06</b>			
<b>PARCELA B</b>	<b>3,49</b>	<b>42.727.06</b>	<b>1,48</b>	<b>47.251.94</b>	<b>10,59%</b>	<b>3,01%</b>	<b>33,84%</b>
<b>IRT considerando a variação tarifária da RTE</b>	<b>8,12</b>	<b>150.569.45</b>	<b>8,66</b>	<b>139.613.44</b>		<b>-7,28%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Efeito dos Componentes Financeiros do Processo Atual</b>						<b>-13,71%</b>	
CVA em Processamento - Encargos Setoriais						-1,18%	
CVA em Processamento - Energia comprada						1,15%	
CVA em Processamento - Transmissão						0,17%	
Saldo a Compensar CVA-Ano Anterior + Ajustes						-10,35%	
Neutralidade dos Encargos						2,20%	
Repasse da sobrecontratação/exposição de energia REN n° 255/2007						-0,78%	
Financeiro de Reversão RTE - Energia						-1,43%	
Financeiro de Reversão RTE - CDE Uso						-2,81%	
Financeiro de Reversão RTE - CDE Energia						-0,24%	
Reversão de Financeiros por Postergação - Componente TE						-0,07%	
Reversão de Financeiros por Postergação - Componente TUSD						-0,39%	
Ajuste Financeiro de Parcela B						0,01%	
Ajuste Financeiro de Parcela A						0,004%	
<b>Efeito da retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior</b>						<b>-8,14%</b>	



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)**

**22. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário**

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

ATIVO	NOTA	31/12/2016	AJUSTE	31/12/2016	31/12/2015	AJUSTE	31/12/2015	31/12/2014	AJUSTE	31/12/2014
		regulatório	CPC'S	societário	regulatório	CPC'S	societário	regulatório	CPC'S	societário
<b>CIRCULANTE</b>										
Caixa e Equivalentes de Caixa		73.020	-	73.020	70.816	-	70.816	84.803	-	84.803
Consumidores		29.037	-	29.037	34.675	-	34.675	18.482	-	18.482
Concessionárias e Permissonárias		4.284	-	4.284	155	-	155	16.147	-	16.147
Serviços em Curso		2.440	-	2.440	679	-	679	436	-	436
Tributos Compensáveis		1.709	-	1.709	3.827	-	3.827	6.016	-	6.016
Depósitos Judiciais e Cauções		-	-	-	2.822	-	2.822	-	-	-
Almoxarifado Operacional		1.574	-	1.574	2.773	-	2.773	1.774	-	1.774
Ativos Financeiros Setoriais		6.315	-	6.315	34.228	-	34.228	16.592	-	16.592
Despesas Pagas Antecipadamente		292	-	292	333	-	333	249	-	249
Subsídios Tarifários e Redução Tarifária Equilibrada		2.887	-	2.887	4.067	-	4.067	1.735	-	1.735
Outros Ativos Circulantes		12.157	(55)	12.102	1.551	-	1.551	3.048	-	3.048
		<u>133.715</u>	<u>(55)</u>	<u>133.660</u>	<u>155.926</u>	<u>-</u>	<u>155.926</u>	<u>149.282</u>	<u>-</u>	<u>149.283</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>										
Títulos de crédito a receber		546	-	546	694	-	694	840	-	840
Ativo financeiro indenizável (concessão)		-	2.697	2.697	-	3.455	3.455	-	119.228	119.228
Cauções e depósitos vinculados		8.361	-	8.361	5.112	-	5.112	4.681	101	4.782
Tributos a compensar		1.173	-	1.173	1.078	-	1.078	28	-	28
Superávit - Plano de Benefício Definido		4.231	-	4.231	3.911	-	3.911	4.203	-	4.203
Tributos Diferidos		4.112	-	4.112	-	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros Setoriais		-	-	-	-	-	-	12.851	-	12.851
Imobilizado		144.454	(102.081)	42.373	145.511	(103.122)	42.389	164.117	(132.939)	31.178
Intangível		264	147.668	147.932	519	139.871	140.390	1.553	27.295	28.848
		<u>163.141</u>	<u>48.284</u>	<u>211.425</u>	<u>156.825</u>	<u>40.205</u>	<u>197.029</u>	<u>188.273</u>	<u>13.685</u>	<u>201.958</u>
<b>Total do Ativo</b>		<b><u>296.854</u></b>	<b><u>48.229</u></b>	<b><u>345.083</u></b>	<b><u>312.751</u></b>	<b><u>40.205</u></b>	<b><u>352.955</u></b>	<b><u>337.555</u></b>	<b><u>13.685</u></b>	<b><u>351.241</u></b>
<b>PASSIVO</b>										
<b>CIRCULANTE</b>										
Fornecedores		6.819	-	6.819	13.453	-	13.453	8.161	-	8.161
Folha de pagamento		435	-	435	447	-	447	198	-	198
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Credores diversos		5.268	-	5.268	4.855	(169)	4.686	5.871	-	5.871
Passivos Financeiros Setoriais		32.981	-	32.981	13.741	-	13.741	12.495	-	12.495
Encargos Setoriais		1.647	-	1.647	2.826	169	2.995	458	-	458
Pesquisa e desenvolvimento		2.681	-	2.681	2.275	-	2.275	2.128	-	2.128
Programa de eficiência energética		3.396	-	3.396	3.768	-	3.768	3.272	-	3.272
Tributos e contribuições sociais		11.358	-	11.358	7.599	-	7.599	2.420	-	2.420
Obrigações estimadas		2.443	-	2.443	2.855	-	2.855	2.394	-	2.394
Outras contas a pagar		1	-	1	1	-	1	325	-	325
		<u>67.029</u>	<u>-</u>	<u>67.028</u>	<u>51.820</u>	<u>-</u>	<u>51.820</u>	<u>37.722</u>	<u>-</u>	<u>37.723</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>										
Reversão/amortização - retenção de quotas		-	-	-	164	-	164	164	-	164
Tributos Diferidos		-	-	-	2.425	-	2.425	36	-	36
Obrigações Vinculadas a Concessão e Perm. Serv. Públicos		7.037	(7.037)	-	7.783	(7.783)	-	7.032	(7.032)	-
Provisões para contingências		26.270	-	26.270	23.398	-	23.398	25.285	-	25.285
		<u>33.307</u>	<u>(7.037)</u>	<u>26.270</u>	<u>33.770</u>	<u>(7.783)</u>	<u>25.988</u>	<u>32.517</u>	<u>(7.032)</u>	<u>25.485</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>222.950</b>	<b>-</b>	<b>222.950</b>	<b>158.585</b>	<b>-</b>	<b>158.585</b>	<b>158.585</b>	<b>-</b>	<b>158.585</b>
Capital social		21.681	-	21.681	20.259	-	20.259	19.323	-	19.323
Reserva de capital		(1.731)	-	(1.731)	(1.549)	-	(1.549)	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes		6.494	-	6.494	6.391	-	6.391	5.783	-	5.783
Reserva de Reavaliação e Ajustes Patrimoniais		(55.782)	55.782	-	(47.735)	47.735	-	(21.746)	21.746	-
Lucros / Prejuízos Acumulados		2.906	(515)	2.391	91.210	252	91.462	105.370	(1.029)	104.341
		<u>196.518</u>	<u>55.266</u>	<u>251.785</u>	<u>227.161</u>	<u>47.986</u>	<u>275.148</u>	<u>267.315</u>	<u>20.717</u>	<u>288.032</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b><u>296.854</u></b>	<b><u>48.229</u></b>	<b><u>345.083</u></b>	<b><u>312.751</u></b>	<b><u>40.205</u></b>	<b><u>352.955</u></b>	<b><u>337.555</u></b>	<b><u>13.685</u></b>	<b><u>351.241</u></b>

**DME DISTRIBUIÇÃO S.A. - DMED**

Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2016

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)**

	Notas	31/12/2016 regulatório	AJUSTE CPC'S	31/12/2016 societário	31/12/2015 regulatório	AJUSTE CPC'S	31/12/2015 societário
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>	<b>12</b>	<b>198.533</b>	-	<b>198.533</b>	<b>237.570</b>	-	<b>237.570</b>
Fornecimento de energia elétrica		191.724	-	191.724	181.788	-	181.788
Suprimento de energia elétrica		27.242	-	27.242	35.373	-	35.373
Energia elétrica de curto prazo		10.843	-	10.843	12.641	-	12.641
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		8.802	-	8.802	6.550	-	6.550
Ativos e Passivos Regulatórios		(41.433)	-	(41.433)	3	-	3
Outras Receitas Vinculadas ( 12 )		1.355	-	1.355	1.215	-	1.215
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>							
<b>Tributos e Encargos</b>		<b>(113.834)</b>	-	<b>(113.834)</b>	<b>(118.297)</b>	-	<b>(118.297)</b>
<b>Tributos</b>		<b>(83.823)</b>	-	<b>(83.823)</b>	<b>(76.008)</b>	-	<b>(76.008)</b>
Federais		(28.363)	-	(28.363)	(29.039)	-	(29.039)
Estaduais		(55.460)	-	(55.460)	(46.969)	-	(46.969)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>		<b>(30.011)</b>	-	<b>(30.011)</b>	<b>(42.289)</b>	-	<b>(42.289)</b>
Reserva Global de Reversão - RGR		---	-	---	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D		(423)	-	(423)	(621)	-	(621)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(27.469)	-	(27.469)	(28.447)	-	(28.447)
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC		---	-	---	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		(423)	-	(423)	(621)	-	(621)
Taxa de Fiscalização - TFSEE		(310)	-	(310)	(327)	-	(327)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(1.329)	-	(1.329)	(1.069)	-	(1.069)
Conta Centralizadora dos Recursos das Bandeiras Tarifárias		(57)	-	(57)	(11.204)	-	(11.204)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		<b>84.698</b>	-	<b>84.698</b>	<b>119.273</b>	-	<b>119.273</b>
<b>CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - Parcela "A"</b>		<b>(47.722)</b>	-	<b>(47.722)</b>	<b>(74.945)</b>	-	<b>(74.945)</b>
Energia elétrica comprada para revenda		(35.855)	-	(35.855)	(64.122)	-	(64.122)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa		(3.823)	-	(3.823)	(2.927)	-	(2.927)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		(8.044)	-	(8.044)	(7.896)	-	(7.896)
Taxa de Fiscalização		-	-	-	-	-	-
CFURH		-	-	-	-	-	-
<b>RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>		<b>36.977</b>	-	<b>36.977</b>	<b>44.330</b>	-	<b>44.330</b>
<b>CUSTOS GERENCIÁVEIS - Parcela "B"</b>		<b>(63.688)</b>	<b>(2.762)</b>	<b>(66.450)</b>	<b>(55.935)</b>	-	<b>(55.935)</b>
Pessoal e Administradores	14	(35.078)	---	(35.078)	(31.112)	-	(31.112)
Serviço de Terceiros		(14.148)	---	(14.148)	(10.591)	-	(10.591)
Material		(3.144)	---	(3.144)	(2.583)	-	(2.583)
Arrendamentos e Aluguéis		(21)	---	(21)	(1.065)	-	(1.065)
Tributos		(2.448)	---	(2.448)	(2.315)	-	(2.315)
Seguros		(9)	---	(9)	(10)	-	(10)
Doações, Contrib e Subvenções		(193)	---	(193)	(221)	-	(221)
Provisão para Devedores Duvidosos		(1.101)	---	(1.101)	(864)	-	(864)
Provisões - Outras		(3.935)	---	(3.935)	(1.345)	-	(1.345)
Depreciação		(7.111)	<b>(2.762)</b>	<b>(9.873)</b>	(9.386)	-	(9.386)
Amortização		---	---	---	-	-	-
( - ) Recuperação de Despesas		3.616	---	3.616	3.387	-	3.387
( - ) Reversão da Provisão		1.161	---	1.161	2.510	-	2.510
Gastos Diversos		(1.277)	---	(1.277)	(2.340)	-	(2.340)
<b>Outras Receitas Operacionais</b>		<b>27.735</b>	---	<b>27.735</b>	<b>14.635</b>	<b>1.623</b>	<b>16.258</b>
<b>Outras Despesas Operacionais</b>		<b>(2.275)</b>	<b>(846)</b>	<b>(3.122)</b>	<b>(1.904)</b>	<b>(341)</b>	<b>(2.245)</b>
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO</b>		<b>(1.252)</b>	<b>(3.608)</b>	<b>(4.860)</b>	<b>1.126</b>	<b>1.281</b>	<b>2.406</b>
Receita Financeira		20.964	-	20.964	19.312	-	19.312
Despesas Financeiras		(12.149)	-	(12.149)	(8.085)	-	(8.085)
<b>Lucro (Prejuízo) Antes da IR e CSLL</b>		<b>7.563</b>	<b>(3.608)</b>	<b>3.955</b>	<b>12.351</b>	<b>1.282</b>	<b>13.633</b>
Imposto de Renda Corrente		(6.781)	-	(6.781)	(2.591)	-	(2.591)
Contribuição Social Corrente		(2.516)	-	(2.516)	(941)	-	(941)
Impostos Diferidos		6.537	-	6.537	(2.389)	-	(2.389)
Reversão de Juros sobre o Capital Próprio		846	-	846	4.448	-	4.448
<b>Lucro / Prejuízo</b>		<b>5.650</b>	<b>(3.608)</b>	<b>2.041</b>	<b>10.878</b>	<b>1.283</b>	<b>12.160</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)**

**22.1. Ativo financeiro indenizável**

O ativo financeiro indenizável refere-se à parcela não amortizada até o final da concessão dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão.

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização) e atualizações dos saldos pela aplicação de premissas, onde realizamos a bifurcação do Valor Novo de Reposição (VNR) depreciado até o final da concessão, bem como, identificamos o Valor Novo de Reposição (VNR) não depreciado pós-concessão, para valoração do ativo financeiro indenizável. Uma vez identificado o VNR do ativo financeiro, o mesmo é atualizado pelo IGPM acumulado, o qual em 2016 ficou na ordem de 7,19%, correspondente ao montante de 181 mil. Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios da ordem de 2.697 mil.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de geração e de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (Contratos de Concessão), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciada até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e.
- Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público.

No entendimento da Administração, há expectativa de receber ao término da concessão pelos investimentos não amortizados, o valor apurado com base na Base de Remuneração Regulatória - BRR.

**22.2 Imobilizado**

Os valores dos bens e instalações vinculados às atividades da distribuidora devem ser registrados, na contabilidade regulatória, no grupo Ativo Não Circulante – Imobilizado, enquanto que na contabilidade societária se subdividem em dois grupos no Ativo Não Circulante, Intangíveis e Ativo Financeiro Indenizável.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)**

**22.2.1 Reavaliação Compulsória - VNR**

O ajuste de R\$ 55.782 corresponde à diferença entre o Valor Líquido Contábil (Valor Original – Depreciação) e o Valor de Mercado em Uso – VMU. Foi efetuado em atendimento aos dispositivos contidos na Resolução Normativa 396 de 23 de fevereiro de 2010, por ocasião da Reavaliação Regulatória Compulsória dos bens patrimoniais, cuja Resolução nº 1.367 de 09 de outubro de 2012, homologou o resultado da Terceira Revisão Tarifária Periódica. Os valores do Laudo da Base de Remuneração Regulatória estão contidos no Ofício nº 78/2012 – SFF/ANEEL de 23 de janeiro de 2012. Na contabilidade societária este reconhecimento não é permitido em função da Lei nº 11.368/2007 que vedou a realização de reavaliação espontânea de bens, a partir da data 01/01/2008.

**22.3 Intangível**

Na contabilidade societária, por força do ICPC 01, o valor do intangível corresponde à parcela dos bens e instalações vinculados à distribuição, que será amortizada ao longo do correspondente contrato. Na contabilidade regulatória, no referido grupo são registrados apenas os direitos sobre softwares e áreas de servidão.

**22.4 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica**

O ajuste referente ao dispositivo contido na Resolução Normativa 396 de 23 de fevereiro de 2010, por ocasião da Reavaliação Regulatória Compulsória dos bens patrimoniais, não foi realizado, por conta do valor regulatório das obrigações especiais no laudo ter sido homologado de forma sintética, impedindo assim a alocação dos valores na contabilidade da empresa.

**22.5 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)**

**22.5.1 Parcela B (Depreciação)**

O ajuste de 2.762 mil corresponde ao Valor Novo de Reposição – VNR depreciado durante o exercício de 2016.

**22.5.2 Outras despesas operacionais**

O ajuste de 846 mil está assim segregado: 766 mil referente a atualização do ativo financeiro indenizável, o qual foi apurado através da bifurcação do Valor Novo de Reposição (VNR) depreciado até o final da concessão, bem como, identificação do Valor Novo de Reposição (VNR) não depreciado pós-concessão, sendo este utilizado para valoração do ativo financeiro indenizável e 80 mil decorrente da depreciação do VNR baixado.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)****22.6 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Saldos no final do exercício societário</b>	<u>251.785</u>	<u>275.148</u>
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>	<b>(55.267)</b>	<b>(47.988)</b>
Reavaliação regulatória compulsória líquida	(55.782)	(47.735)
Equalização do resultado regulatório e societário	515	(252)
<b>Saldos no fim do exercício regulatório</b>	<u><b>196.518</b></u>	<u><b>227.161</b></u>

O efeito decorrente da equalização do resultado regulatório e societário refere-se a atualização do ativo financeiro indenizável não aceito na contabilidade regulatória, bem como, aos efeitos da depreciação e baixa da reavaliação regulatória compulsória.

**22.7 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório**

	<u><b>2016</b></u>	<u><b>2015</b></u>
		<b>(Reapresentado)</b>
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	2.041	12.160
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>	<u><b>3.609</b></u>	<u><b>(1.282)</b></u>
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	767	(1.282)
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Depreciação VNR	2.762	-
Reavaliação Regulatória Compulsória - Baixa VNR	80	-
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade regulatória	<u><b>5.650</b></u>	<u><b>10.878</b></u>

Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)

O efeito é decorrente da atualização do ativo financeiro indenizável Da ordem de 767 mil contabilizado na contabilidade societária mediante prática contábil societária (ICPC 01), a qual não é aceita na contabilidade regulatória, bem como, depreciação do valor novo de reposição e baixa do VNR, os quais somente são contabilizados na contabilidade regulatória por força da Resolução Normativa ANEEL nº 396 de 2014.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
(Em milhares de Reais)**

\* \* \*

**Diretoria**

Alexandre Afonso Postal  
Diretor Superintendente

Miguel Gustavo Durante de Oliveira  
Diretor Administrativo Financeiro

Alexandre Afonso Postal  
Diretor Técnico Interino

**Responsável Técnico**

Sandra Cristina Rodrigues Ribeiro Bertozzi  
Gerente de Contabilidade  
CRC-MG 090512/O-2

## Relatório de Administração Regulatório

Senhores e Senhoras Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2016, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da DME Distribuição S/A para sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

### 1. Carta do Superintendente

A dinâmica do mercado de energia no município de Poços de Caldas, em 2016, apresentou crescimento em alguns segmentos, porém, no contexto geral, houve retração de mercado com conseqüente queda de receita e desequilíbrio do balanço energético.

Esta pressão – redução de receita – pela qual a companhia tem passado, exige cada vez mais o aumento da eficiência da empresa através da redução de custos, controle de gastos e aumento da eficiência e esta é a proposta da nova administração.

Seguiremos focados na inovação e eficiência alinhadas com uma gestão humanizada, que conta com a dedicação dos nossos colaboradores, clientes, parceiros comerciais, acionista e demais públicos.

Nos próximos anos daremos ênfase a investimentos destinados a melhoria dos ativos, tendo já sido sinalizado pelo controlador o caminho de forma estimular inovação e a busca de avanços tecnológicos com a adoção de redes inteligentes (*smart grids*).

Conhecer a que ora apresentamos neste relatório é importante para se entender os desafios que a DME Distribuição S/A enfrentará nos próximos anos, bem como para conhecer os resultados e conquistas obtidos pela Companhia em 2016.

### 2. Distribuição

A outorgada distribui energia elétrica em Poços de Caldas no sul do Estado de Minas Gerais, o que representa o atendimento a 0,12% do estado. Também atende 10 consumidores livres/especiais.

**Ligação de Consumidores** – a distribuidora teve incremento total de 787 novas unidades atendidas, com destaque para 1.012 novas unidades residenciais e 25 rurais, sendo que os consumidores industriais e comerciais foram reduzidos em 18 e 196 unidades, respectivamente, totalizando 73.309 consumidores atendidos, número 1,09% superior ao de 2015.

Número de Consumidores

Consumidores	2012	2013	2014	2015	2016
Residencial	60.673	62.433	63.933	65.037	66.049
Comercial	6.055	5.879	5.894	5.806	5.610
Industrial	287	414	398	380	362
Rural	676	687	699	724	724
Poderes Públicos	426	437	435	440	428
Iluminação Pública	5	5	5	10	10
Serviço Público	128	128	131	125	126
<b>Total</b>	<b>68.250</b>	<b>69.983</b>	<b>71.495</b>	<b>72.522</b>	<b>73.309</b>
<b>Varição</b>	<b>2,75%</b>	<b>2,54%</b>	<b>2,16%</b>	<b>1,44%</b>	<b>1,09%</b>

**Comportamento do Mercado** – A distribuição de energia da Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2016 foi de 321 GWh (401 GWh em 2015).

Tal queda justifica-se, principalmente, pelas migrações de grandes consumidores industriais do tipo cativo para o tipo especial, além da crise econômica atravessa pelo país. As maiores quedas foram registradas na classe industrial, com redução de 48% (-72 GWh) e comercial, com redução de 7% (-5 GWh).

#### Mercado Atendido

<b>Mercado Atendido - GWh</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Energia Faturada</b>	<b>396</b>	<b>405</b>	<b>423</b>	<b>401</b>	<b>321</b>
<b>Fornecimento</b>	<b>396</b>	<b>405</b>	<b>423</b>	<b>401</b>	<b>321</b>
Residencial	115	119	122	118	119
Comercial	78	81	83	81	76
Industrial	154	156	169	152	80
Rural	7	7	7	7	6
Poderes Públicos	6	6	6	6	6
Iluminação Pública	20	20	20	20	19
Serviço Público	1	1	1	1	1
Consumo Próprio	15	15	15	15	14
<b>Suprimento p/ agentes de Distribuição</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Uso de Rede de Distribuição</b>	<b>45</b>	<b>51</b>	<b>55</b>	<b>52</b>	<b>131</b>
Consumidores Livres/Dist./Ger.	45	51	55	52	131
Consumidores Rede Básica	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>441</b>	<b>456</b>	<b>478</b>	<b>452</b>	<b>452</b>
<b>Variação</b>	<b>3,66%</b>	<b>3,49%</b>	<b>4,79%</b>	<b>-5,32%</b>	<b>-0,09%</b>

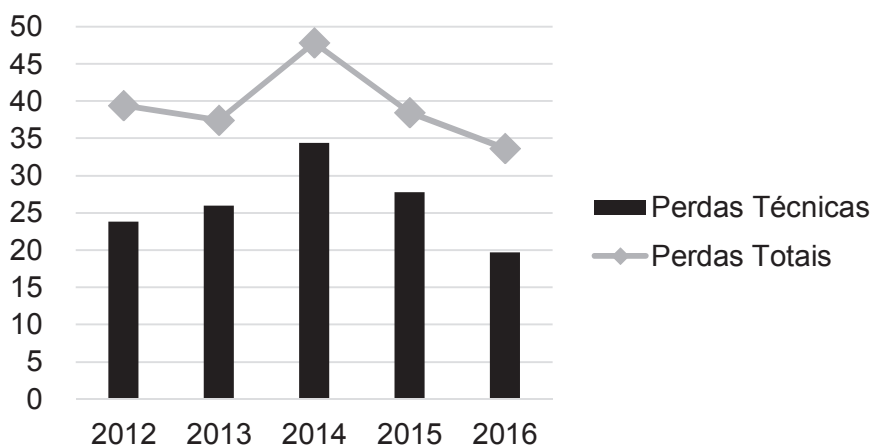
Na tabela abaixo é demonstrado o balanço energético, levando em consideração as perdas de energia nos sistemas.

#### Balanço Energético

<b>Energia Requerida - GWh</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Venda de energia	396	405	423	401	321
- Fornecimento	396	405	423	401	321
- Suprimento p/ agentes de distribuição	0	0	0	0	0
Consumidores Livres/Dist./Ger.	45	51	55	52	131
Consumidores Rede Básica	0	0	0	0	0
<b>Mercado Atendido</b>	<b>441</b>	<b>456</b>	<b>478</b>	<b>452</b>	<b>452</b>
Perdas na Rede Básica	9	5	7	7	7
Perdas na Distribuição	30	32	41	32	27
Perdas Técnicas	24	26	34	28	20
Perdas Não Técnicas - PNT	6	6	7	4	7
PNT / Energia Requerida %	1,30%	1,30%	1,27%	0,81%	0,94%
<b>Perdas Totais</b>	<b>39</b>	<b>37</b>	<b>48</b>	<b>39</b>	<b>34</b>
<b>PT / Energia Requerida %</b>	<b>8,21%</b>	<b>7,58%</b>	<b>9,10%</b>	<b>7,84%</b>	<b>6,93%</b>
<b>Total</b>	<b>480</b>	<b>493</b>	<b>526</b>	<b>491</b>	<b>486</b>

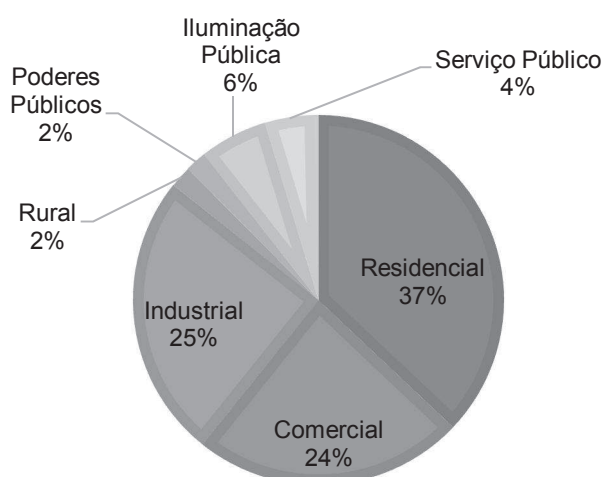


O gráfico abaixo apresenta a relação das perdas totais e as perdas técnicas. A diferença refere-se as perdas comerciais.



A seguir tem-se outro gráfico que segrega a participação dos tipos de consumidores no total de consumo. Destaca-se que o residencial representa 37% desse total, seguido pelas classes industrial e comercial, com participação de 25% e 24%, respectivamente.

#### CONSUMO POR CLASSE DE CONSUMO

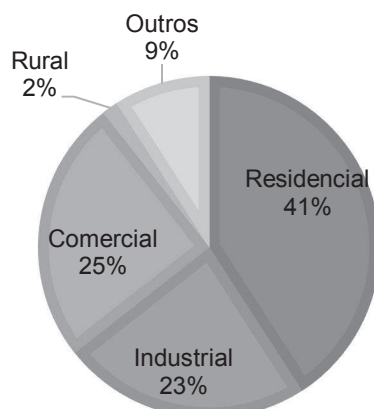


**Receita** – A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida de ICMS, importou em R\$ 141,721 milhões (-15,8%), conforme quadro a seguir:

Classe	Receita Líquida em R\$ mil		
	2016	2015	%
Residencial	57.918	57.487	0,7%
Industrial	33.350	58.150	-42,6%
Comercial	35.416	37.080	-4,5%
Rural	2.195	2.300	-4,6%
Outros	12.842	13.345	-3,8%
<b>Total</b>	<b>141.721</b>	<b>168.362</b>	<b>-15,8%</b>

A maior participação na receita líquida provém da classe residencial com fatia de 41%, seguido pelas classes comercial e industrial, com fatias de 25% e 23%, respectivamente.

RECEITA LÍQUIDA POR CLASSE DE CONSUMIDORES



**Número de consumidores** – o número de consumidores faturados em dezembro de 2016 apresentou variação positiva de 1,1% quando comparado ao ano anterior. A classe residencial representou o maior impacto com acréscimo de 1.012 unidades. Porém, os consumidores industriais e comerciais apresentaram quedas de 28 e 196 unidades, respectivamente.

Classe	Número de Consumidores		
	2016	2015	%
Residencial	66.049	65.037	1,6%
Industrial	352	380	-7,4%
Comercial	5.610	5.806	-3,4%
Rural	724	724	0,0%
Outros	564	575	-1,9%
<b>Total</b>	<b>73.299</b>	<b>72.522</b>	<b>1,1%</b>

**. Tarifas** – A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2016 atingiu R\$ 408,98/MWh, com aumento médio de 12% com relação a dezembro de 2015. Abaixo os valores por classe de consumo.

Classe	Tarifa média de fornecimento em R\$/MWh	
	2016	2015
Residencial	487,39	439,42
Industrial	416,54	355,54
Comercial	468,87	416,74
Rural	356,10	315,84
Outros	316,02	305,54

**Qualidade do fornecimento** – Os principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupção por consumidor) e FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (horas)	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)
2012	3,33	3,30	133,39
2013	2,58	2,76	76,45
2014	2,09	2,58	81,49
2015	1,53	1,27	83,08
2016	3,00	2,51	68,83

**Atendimento ao consumidor** – O processo de relacionamento com os clientes é contínuo e constante, neste contexto a melhoria das práticas e dos procedimentos, visando à qualidade do produto e a satisfação do consumidor, é fator primordial para a DMED. Em 2016, foram realizados 77.460 serviços, dentre eles: 27.375 calibrações em medidores, verificações diversas, serviços emergenciais e desligamentos de unidades consumidoras, 24.562 suspensões de fornecimento, 23.882 religações, 1.602 verificações de irregularidades e 39 pedidos de verificação de tensão.

### Tecnologia da Informação

Em Tecnologia da Informação, a DMED investiu cerca de R\$ 320 mil. Destaca-se a ampliação da capacidade de backup e melhoria dos sistemas de telecomunicação.

### 3. Desempenho econômico e financeiro

**Receitas** – As receitas operacionais fecharam 2016 em R\$ 198,5 milhões, o que representa redução de 16% ante o mesmo período de 2015. Essa queda é reflexo principal da migração de consumidores industriais do tipo cativo para o tipo livre/especial.

<u>Demonstração do Resultado</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Valores em R\$ mil		(Reapresentado)
<b>Receitas</b>	<b>198.533</b>	<b>237.570</b>
Fornecimento de energia elétrica	227.768	223.711
Energia elétrica de curto prazo	10.843	12.641
Ativos e Passivos Regulatórios	(41.433)	3
Outras Receitas	1.355	1.215

**Deduções das receitas** – As deduções apresentaram queda de 4% puxadas principalmente pelo decréscimo de 30% dos encargos regulatórios (Parcela A) encerrando 2016 com -R\$ 113,834 milhões.

<u>Demonstração do Resultado</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Valores em R\$ mil		(Reapresentado)
<b>Deduções das Receitas</b>	<b>(113.834)</b>	<b>(118.298)</b>
Tributos	(83.823)	(76.009)
Encargos - Parcela "A"	(30.011)	(42.289)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>84.699</b>	<b>119.271</b>

**Gastos** – Os gastos, por sua vez, representam os desembolsos (custo e despesas) registrados para a manutenção das atividades administrativas e operacionais da empresa. Em 2016 somaram R\$ 85,950 milhões alcançado redução de 27% quando comparado ao ano de 2015. A principal redução foi na Parcela A com decréscimo de 36% (-R\$ 27,2 milhões). A Parcela B foi reduzida em 12% (-R\$ 5 milhões).

<u>Demonstração do Resultado</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Valores em R\$ mil		(Reapresentado)
<b>Custos - Parcela A</b>	<b>(47.722)</b>	<b>(74.945)</b>
Energia elétrica comprada para revenda	(35.855)	(64.122)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa	(3.823)	(2.927)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(8.044)	(7.896)
<b>Custos - Parcela B</b>	<b>(38.228)</b>	<b>(43.203)</b>
Pessoal e Administradores	(35.078)	(31.112)
Serviço de Terceiros	(14.148)	(10.591)
Material	(3.144)	(2.583)
Outros	(332)	(2.564)
Demais	14.474	3.646

**Resultado Operacional** – O resultado operacional fechou em -R\$ 1,251 milhões, o resultado financeiro em R\$ 8,8 milhões e o lucro bruto R\$ 7,6 milhões.

Após as deduções, o lucro líquido encerrou 2016 em R\$ 5,6 milhões representando redução de 48% (-R\$ 5,2 milhões) ante o mesmo período de 2015.

<b>Demonstração do Resultado</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Valores em R\$ mil		(Reapresentado)
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>(1.251)</b>	<b>1.124</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>8.815</b>	<b>11.227</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Antes da IR e CSLL</b>	<b>7.564</b>	<b>12.350</b>
Deduções	(1.914)	(1.473)
<b>Lucro / Prejuízo</b>	<b>5.650</b>	<b>10.877</b>

#### 4. Investimentos

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2016				
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<b>AIS Bruto <sup>1</sup></b>	<b>7.401</b>	<b>11.678</b>	<b>8.595</b>	<b>13.835</b>	<b>12.413</b>	<b>8.113</b>	<b>8.352</b>	<b>8.606</b>
Transformador de Distribuição	1.208	1.066	1.474	1.282	1.320	1.362	1.400	1.442
Medidor	1.519	1.389	1.886	1.612	1.656	1.707	1.757	1.814
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	1.464	2.658	1.666	2.739	2.821	2.906	2.994	3.083
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	2.929	5.314	3.333	2.014	2.076	2.138	2.201	2.267
Redes Alta Tensão (69 kV)								
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)				1.286				
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)								
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	26							
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)				4.902	4.540			
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)								
Demais Máquinas e Equipamentos	255	1.251	236					
<b>Obrigações Especiais do AIS Bruto</b>	<b>(6.102)</b>	<b>(8.950)</b>	<b>(8.710)</b>	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(5.989)	(5.966)	(6.239)					
Outros	(113)	(2.984)	(2.471)	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	(113)	(2.984)	(2.471)	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda		(918)	(711)	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos		(1.953)	(1.647)	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros	(113)	(113)	(113)	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
<b>R\$ Mil</b>	<b>2016R</b>	<b>2017P</b>	<b>2018P</b>	<b>2019P</b>	<b>2020P</b>	<b>2021P</b>		
<b>Plano de Investimentos 2016</b>	7.466	13.835	12.413	8.113	8.352	8.606		
<b>R\$ Mil</b>	<b>2016P</b>	<b>2017R</b>	<b>2018R</b>	<b>2019R</b>	<b>2020R</b>			
<b>Plano de Investimentos 2015</b>	7.466	14.495	7.920	8.160	8.405			
<b>Diferença</b>	<b>0,0%</b>	<b>-4,6%</b>	<b>56,7%</b>	<b>-0,6%</b>	<b>-0,6%</b>			

Sobre a evolução dos investimentos em transformadores, medidores e redes citados na tabela acima, foi previsto conforme dados estatísticos um crescimento de 3% em relação ao ano anterior, com início em 2017 e término em 2021. O valor descrito na linha Subestações Alta Tensão (primário 88kV a 138kV – R\$ 6.802 milhões) refere-se à construção de nova linha para atender os fornecedores do Grupo A.

A evolução dos valores referentes ao Ativo Imobilizado em Serviço Bruto de 2015 para 2016 se deu em virtude das obras de reconduzimentos de circuitos que foram executadas no ano.

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
<b>AIS Bruto</b>	<b>146.038</b>	-	<b>(1.119)</b>	<b>8.595</b>	<b>(8.959)</b>	<b>144.555</b>	<b>7.476</b>
Transformador de Distribuição	10.739		(338)	1.474		11.875	1.136
Medidor	8.309		(180)	1.886		10.015	1.706
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	18.825		(201)	1.666		20.290	1.465
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	37.650		(400)	3.333		40.583	2.933
Redes Alta Tensão (69 kV)	2.772					2.772	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	4.718					4.718	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)						-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	800					800	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	15.284					15.284	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	42.473					42.473	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)						-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	4.468			236	(8.959)	(4.255)	236
<b>Obrigações Especiais do AIS Bruto</b>	<b>(8.950)</b>	<b>505</b>	-	<b>(265)</b>	-	<b>(8.710)</b>	<b>240</b>
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(5.966)	(8)		(265)		(6.239)	(273)
Outros	(2.984)	513	-	-	-	(2.471)	513
Originadas da Receita	(2.984)	513	-	-	-	(2.471)	513
Ultrapassagem de demanda	(918)	207				(711)	207
Excedente de reativos	(1.953)	306				(1.647)	306
Diferença das perdas regulatórias						-	-
Outros	(113)					(113)	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

## 5. Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% e dividendo adicional de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. Entretanto, a Outorgada optou por pagar juros sobre o capital próprio, de acordo com o artigo 9 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que permitiu a sua dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social. No exercício de 2016, a Outorgada pagou a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 846 e (R\$ 4.448 em 2015). Além disso, a Outorgada constituiu reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

### Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Outorgada era de R\$ 222.950 milhões, composto por R\$ 476.785.114 milhões de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, e inexistência de emissão de certificados, todas de titularidade da DME Poços de Caldas Participações S.A. – DME.

## 6. Gestão -

### Recursos humanos

Em 2016 a DMED continuou investindo em treinamentos no âmbito operacional e também de gestão como, por exemplo, “Gerenciamento pela Gestão Estratégica”. Eventos importantes foram realizados tais como Dia da Mulher e a Semana Interna de Prevenção de Acidentes com palestras sobre saúde e segurança. Teve continuidade do programa de redução de custos e consumo consciente, através do desenvolvimento da consciência no uso dos materiais do escritório e a otimização do uso da energia elétrica, tais ações são exemplos de boas práticas empresariais que podem reduzir bastante os gastos de uma empresa. Por fim, foi instituído ainda o Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV com a adesão de 21 (vinte e um) empregados.

## 7. Responsabilidade social -

No quadro abaixo estão relacionados os principais indicadores da concessionária.

<b>Atendimento</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>
Número de consumidores	73.309	72.522	1,1%
Número de empregados	268	268	0,0%
Número de consumidores por empregado	274	271	1,1%
Número de localidades atendidas	1	1	0,0%
Número de agências	1	1	0,0%
Número de postos de atendimento	12	12	0,0%
Número de postos de arrecadação	7	8	-12,5%
<b>Mercado</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>
FEC (número de interrupções)	2,51	1,27	97,6%
Número de reclamações por 10.000 habitantes	2.115	1.886	12,1%
<b>Operacionais</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>
Número de usinas em operação	3	3	0,0%
Número de subestações	3	3	0,0%
Linhas de transmissão (km)	0	0	0,0%
Linhas de distribuição (km)	43	43	-0,2%
Capacidade instalada (MW)	133	133	0,0%
<b>Financeiros</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>
Receita operacional bruta (R\$ mil)	198.533	(Reapresentado) 237.570	-16,4%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	84.699	119.271	-29,0%
Margem operacional do serviço líquida (%)	42,7%	50,2%	-15,0%
EBITDA	4.727	8.488	-44,3%
Lucro líquido	5.650	10.877	-48,1%
<b>Operacionais</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>
Lucro líquido por lote de mil ações	1,19	(Reapresentado) 2,28	-47,8%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	196.518	227.161	-13,5%
Valor patrimonial do lote de mil ações	165.141	99.632	65,8%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	3	5	-40,0%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	51	38	35,5%
Em moeda nacional (%)	-	-	-
Em moeda estrangeira (%)	-	-	-
<b>Indicadores de performance</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>
Salário médio dos funcionários (R\$ mil)	5.940	(Reapresentado) 5.396	10,1%
Energia gerada/comprada por funcionário (MWh)	1	1	-19,9%
Energia gerada/comprada por consumidor (MWh)	0	0	-20,8%
Retorno de ativos por unidade (R\$ mil)	0,29	0,38	-25,2%

## **Agradecimentos**

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Outorgada. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuída para o cumprimento da missão da Outorgada.

Poços de Caldas, 30 de abril de 2017.

A Administração.